



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPPG
INSTITUTO DE ENGENHARIAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – IEDS
MESTRADO ACADÊMICO EM SOCIOBIODIVERSIDADE E TECNOLOGIAS
SUSTENTÁVEIS – MASTS

MEIRIANE DA SILVA PINHEIRO

PRÁTICAS CULTURAIS SUSTENTÁVEIS AFRO-BRASILEIRAS NA
COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MELANCIAS, OCARA - CEARÁ

REDENÇÃO, CEARÁ, BRASIL

2021

MEIRIANE DA SILVA PINHEIRO

**PRÁTICAS CULTURAIS SUSTENTÁVEIS AFRO-BRASILEIRAS NA
COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MELANCIAS, OCARA - CEARÁ**

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (Masts), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

Linha de Pesquisa: Sociobiodiversidade e Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Roberto Xavier
Coorientador: Prof. Dr. Carlos Mendes Tavares

REDENÇÃO, CEARÁ, BRASIL

2021

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Pinheiro, Meiriane da Silva.

P654p

Práticas culturais sustentáveis afro-brasileiras na comunidade quilombola de Melancias, Ocara - Ceará / Meiriane da Silva Pinheiro. - Redenção, 2022.

98 f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, Instituto em Engenharias e Desenvolvimento Sustentável, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Roberto Xavier.

Coorientador: Prof. Dr. Carlos Mendes Tavares.

1. Quilombola - Ceará. 2. Cultura afro-brasileira. 3. Etnografia- Resistência. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 305.89

MEIRIANE DA SILVA PINHEIRO

**PRÁTICAS CULTURAIS SUSTENTÁVEIS AFRO-BRASILEIRAS NA
COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MELANCIAS, OCARA - CEARÁ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (Masts), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab).

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Antônio Roberto Xavier (Presidente – Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB

Professora Doutora Andrea Yumi Sugishita Kanikadan (Externa ao Programa)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB

Professor Doutor Carlos Mendes Tavares (Coorientador-Interno ao Programa)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB

Professor Doutor José Gerardo Vasconcelos (Externo à Instituição)

Universidade Federal do Ceará – UFC

Ao autor do Universo, força e inspiração.

À minha amável mãe, amor incondicional.

Ao meu filho, Thiago Pinheiro, sempre compreensivo.

À Irinéia e à Ivone, queridas irmãs e admiradoras.

Ao Almir, pelo companheirismo.

Ao meu Pai, aquele que me ensinou as primeiras letras, em sua sabedoria leiga, informalmente me tornou letrada. Homem forte, humilde e destemido, que me encorajou a nunca desistir dos sonhos. Penso que, do paraíso onde descansa, Raimundo Gomes Pinheiro deve estar radiante de alegria e realizado em saber que consegui chegar até aqui. Que sua força invisível continue me fortalecendo para trilhar novos caminhos. Eternamente, meu pai, meu mestre, meu velho, meu amigo...Não está sendo fácil ficar distante do seu calor humano durante o percurso deste mestrado, *in memoriam!*

AGRADECIMENTOS

Primeiro agradecimento especial às forças invisíveis e inexplicáveis, ao autor do Universo, que iluminou meus passos para poder compartilhar este momento ímpar com meus familiares, professores, amigas, amigos e colaboradores.

Aos meus avós paternos e maternos, *In memorian*, pela contribuição na minha formação histórica e humana.

Especialmente aos meus pais, Raimundo Pinheiro e Maria Pinheiro, pelas lutas incansáveis que a mim dedicaram. Sem eles, jamais haveria conseguido chegar aqui.

Ao meu eterno professor, aquele que me ensinou as primeiras letras, meu pai, *In memorian*, meu exemplo, meu amigo; base fundamental!

Ao meu esposo Almir e ao meu filho Thiago, pela compreensão e pelo apoio, para que este momento tivesse êxito.

Aos meus irmãos (Airton, Haroldo, Alexsandro e Aelinton) e às minhas irmãs (Irinéia e Ivone), pelo apoio e pelo encorajamento.

Às minhas cunhadas e aos meus cunhados, pelo apoio nas horas necessárias; carinhosamente, à Sharliane, à Lediane e ao Sérgio, que vibram pelas minhas conquistas.

Aos sobrinhos e às sobrinhas, pelo carinho compartilhado.

Às minhas primeiras professoras, Tereza Correia e Vilanir Alves; às demais professoras e aos demais professores, desde a educação infantil ao nível superior, em especial ao Professor Dr. Antônio Roberto Xavier, pela inspiração, pelo incentivo, pelo amor e pela dedicação à vida acadêmica.

À Universidade da Integração Internacional e Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB, pela oportunidade, pelo acolhimento e pela inclusão ao mundo acadêmico *stricto sensu*, ampliando horizontes para poder conviver e sentir o mundo cultural bem próximo de nós.

Ao Professor orientador. Dr. Antônio Roberto Xavier, ponte fortalecedora e acolhedora que nos conduz à construção do conhecimento de forma leve e atraente: minha eterna gratidão!

Ao Professor e coordenador do MASTS, Juan Alcócer, pelo acolhimento.

Aos demais professores e às demais professoras do MASTS, Alexandre Oliveira, Cícero Saraiva Ivanilda Aguiar, Olienaiide Ribeiro, Geranilde Costa, pelo conhecimento compartilhado.

Ao professor Pedro Magrini, pelo excelente acompanhamento e pelas orientações durante o estágio supervisionado.

À professora e aos professores presentes na banca de qualificação do projeto desta dissertação, pelas contribuições e pelos conhecimentos compartilhados: Dra. Andrea Yumi Sugishita Kanikadan, Dr. Carlos Mendes Tavares e Dr. José Gerardo Vasconcelos.

À secretária do MASTS, Michelle, pela eficiência e pela prontidão nos atendimentos.

Aos amigos e às amigas da turma do mestrado, obrigada, pelo companheirismo, pelo aprendizado e pela amizade que construímos ao longo deste percurso acadêmico. De modo especial, ao Glauber, à Bárbara, ao Francisco e à Maria Lenir, aquela equipe inseparável!

À comunidade Lagoa das Melancias, pelo acolhimento, pela acessibilidade e pela disponibilidade ao conhecimento histórico da comunidade. De modo especial, ao Sr. Antônio Costa, à Sra. Maria Iranir, à Josirlândia Costa, a Edmilson e a Ernilton Oliveira.

À minha amiga Ana Luiza, que não mediu esforços para ajudar-me sempre que solicitei, disponibilizando informações, orientações, formatações, apoio e parceria nos trabalhos, meu anjo de luz, gratidão!

Às amigas e companheiras da vida acadêmica: Maria Rosângela, Maria Zilma e Ana Célia Lopes, Aldemiza Correia, pelo apoio e pelas parcerias.

À secretária de educação de Ocara, Raquel Lopes; aos amigos e às amigas de trabalho, pela compreensão durante minhas ausências, de modo especial às diretoras Luisa Helena, Aurilene Menezes; às coordenadoras, Glaucilene Bezerra, Leide Paulino, Joelma Pimentel, Dayana Lopes; e aos coordenadores do AEE, Edneudo Facó e Alexandre José.

Aos nossos ancestrais, pelo exemplo de resistência, sobrevivência, conhecimentos vivenciados e compartilhados que nos sustenta na luta pela vida.

A cada um, a cada uma, minha eterna gratidão!

Sem vocês, minhas buscas teriam sido em vão, assim, terei em minha construção um pouco de cada um que me fez ser o que sou.

Meiriane da Silva Pinheiro

Pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha e que vou costurando na alma. Nem sempre bonitos, nem sempre felizes, mas me acrescentam e me fazem ser quem eu sou. Em cada encontro, em cada contato, vou ficando maior... Em cada retalho, uma vida, uma lição, um carinho, uma saudade... Que me tornam mais pessoa, mais humana, mais completa. E penso que é assim mesmo que a vida se faz: de pedaços de outras gentes que vão se tornando parte da gente também. E a melhor parte é que nunca estaremos prontos, finalizados... Haverá sempre um retalho novo para adicionar à alma. Portanto, obrigada a cada um de vocês, que fazem parte da minha vida e que me permitem engrandecer minha história com os retalhos deixados em mim. Que eu também possa deixar pedacinhos de mim pelos caminhos e que eles possam ser parte das suas histórias. E que assim, de retalho em retalho, possamos nos tornar, um dia, um imenso bordado de “nós”.

Cora Coralina.

RESUMO

A escrita deste trabalho dissertativo buscou compreender o processo histórico e cultural do Brasil, da colonização portuguesa aos seus arcaísmos presentes na formação do povo brasileiro; não somente europeus, mas de uma miscigenação cultural herdada também dos povos indígenas e negros. Com o objetivo de conhecer, valorizar e fortalecer as práticas culturais sustentáveis dos remanescentes do quilombo denominado Lagoa das Melancias, Ocara, Ceará, em seu percurso histórico de autorreconhecimento e legitimação oficial como comunidade de descendentes de antigos escravos. Sendo este um estudo etnográfico, recorreu-se metodologicamente à pesquisa de campo como procedimento técnico à abordagem qualitativa e às técnicas da história oral, além da observação direta, do diário de bordo, da roda de conversa *in loco*; e, através do *WhatsApp*, na coleta de dados, buscou-se compreender o sentimento da comunidade acerca do legado das práticas culturais e de sua ancestralidade, presente na análise das narrativas. Desse modo, concluiu-se que se mantêm nas famílias saberes e legados advindos dos seus antepassados, cujas práticas sociais, culturais e econômicas estão ligadas à coleta de grãos, frutas, legumes coletados da agricultura de subsistência; atividades de pequenas criações; cultivo das plantas medicinais; grupo de capoeira; produção de peças artesanais; e uso do cabelo rastafári, atividades cotidianas na perspectiva de trabalho permanente e sustentável.

Palavras-chave: Quilombo Melancias. Práticas Culturais. Sustentabilidade. Ocara-CE.

ABSTRACT

The writing of this dissertation work seeks to understand the historical and cultural process of Brazil since the Portuguese colonization and its frameworks present in the formation of the Brazilian people, not only Europeans, but a cultural miscegenation also inherited from our Indian and black brothers. Aiming to know, value and strengthen the sustainable cultural practices of the remnants of the quilombo called Lagoa das Melancias, Ocara, Ceará, Brazil. In its historical path of self-recognition and official legitimation as a community of descendants of former slaves. As this is an ethnographic study, field research is methodologically resorted to, as a technical procedure to the qualitative approach and the techniques of oral history, in addition to direct observation, logbook, in loco conversation circle and through *WhatsApp*, in the collection We will seek to understand the feeling of the community about the legacy of cultural practices and their ancestry, present in the analysis of the narratives. Thus, it is concluded that, knowledge and legacies from their ancestors remain in the families, whose social, cultural and economic practices are linked to the collection of grains, fruits, vegetables collected from subsistence agriculture, small breeding activities, cultivation of medicinal plants, capoeira group, production of handcrafted items and the use of Rastafarian hair, daily activities from the perspective of permanent and sustainable work.

Keywords: Quilombo Watermelons. Cultural Practices. Sustainability. Ocara -CE.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Percurso Metodológico	13
2	RESISTÊNCIA E SUPERAÇÃO DAS ETNIAS FRENTE A CULTURA DOMINANTE	16
2.1	Origem e Percurso dos Quilombolas no Brasil	17
2.2	Marcas de Luta e Resistência: Quilombolas no Ceará	26
2.3	Comunidade Quilombola em Ocara	32
3	COLETA/GERAÇÃO DE DADOS	34
3.1	Descrição do Lócus da Pesquisa	35
3.2	Gêneses: Comunidade Quilombola Lagoa das Melancias	39
3.3	Práticas Culturais Sustentáveis em Melancias	40
3.3.1	Agricultura: economia de subsistência.....	42
3.3.2	Cultivo das plantas medicinais.....	48
3.3.3	Capoeira: a arte da ginga.....	50
3.3.4	O artesanato e a arte de fazer fuxico	52
3.3.5	Vivendo a arte do cabelo rastafári.....	56
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	59
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
	REFERÊNCIAS	84
	APÊNDICE	90
	ANEXO	94

1 INTRODUÇÃO

O aporte desta pesquisa busca (re)conhecer o perfil identitário e de pertença no que tange à cultura brasileira mais massiva e diversa, apesar de esforços de implantação da cultura eurocêntrica como superior pelo colonizador. Neste sentido, é inegável que as culturas africana e afro-brasileira permanecem fortalecidas, visivelmente arraigadas no cotidiano, presentes no arcabouço histórico cultural do país.

Com este trabalho, pretende-se conhecer, valorizar e fortalecer as práticas culturais sustentáveis desenvolvidas pelos descendentes de povos quilombolas da comunidade denominada Lagoa das Melancias; pretende-se, ainda, pressupor a vinculação da comunidade com a sustentabilidade, visando desenvolver ações educativas com a juventude para a preservação da não degradação ambiental e evitar a perda das manifestações culturais, principalmente pelas gerações mais jovens. Desse modo, há a necessidade de maior presença do município e do estado, com o objetivo de executar ações que valorizem as atividades socioculturais e preservem ou conservem o ambiente natural, para que os comunitários tenham condições de permanecer em seu território de conquista.

Um aspecto que chama a atenção é que os moradores conhecem, como poucos, o desafio de viver em um território limítrofe: um lado da comunidade pertence à Ocara e o outro lado pertence ao município de Cascavel (ALVES, 2015)¹. Porém, as dificuldades não impedem de os moradores se juntarem na hora de garantir os seus direitos, em especial quando forem realizar o reconhecimento da comunidade quilombola pelo Ministério da Cultura, através do Departamento do Patrimônio Afro-brasileiro e da Associação Fundação Cultural Palmares. A área é habitada por uma comunidade negra, descendente de escravos, e desempenham papel fundamental com relação à cultura afro-brasileira, sendo desenvolvido o trabalho da agricultura de subsistência e o artesanato, pelo grupo de mulheres; a capoeira, o uso de cabelo rastafári, realizado e propagado por jovens da comunidade; o cultivo das plantas medicinais, para cura e prevenção de algumas infecções e patologias.

Os costumes vivenciados pela comunidade quilombola são as práticas culturais disseminadas ao longo da história africana, fortemente preservada pelos grupos étnicos em forma de resistência à cultura implantada pelos colonizadores, representando também a cultura tradicional nos costumes das artes, das crenças, das divindades, dos hábitos alimentares, dos medicamentos de ervas naturais, base de subsistência e sustentabilidade,

¹ ALVES, Maria Auricélia Alves. Professora efetiva de Ocara - CE, Historiadora, Pesquisadora e Autora.

visto pelo cuidado com a natureza no plantio, na fabricação dos remédios caseiros a partir das plantas e dos próprios objetos de uso. Ao reconhecer a importância da preservação, os remanescentes retiram da natureza a matéria-prima para garantir a sobrevivência e evitam a devastação, mantendo sempre o equilíbrio entre o homem e o meio ambiente. “É neste âmbito que se deve compreender a unidade e a diversidade das comunidades quilombolas, unidas por um processo histórico, social e étnico, mas diferenciáveis nas suas especificidades.” (OOSTERBEEK; REIS, 2012, p. 7-8 *apud* SUCUPIRA *et al.*, 2018, p. 73).

Ao discutir sobre esta temática, surgem alguns questionamentos que fomentam o desenvolvimento da pesquisa, a partir da etnografia que faz emergir o conhecimento de dados e vivências que evidenciam o estudo em processo de conclusão, em parte. Nesse caso, faz-se necessário compreender o que são práticas culturais sustentáveis. Como surgiram as comunidades quilombolas? Quais as práticas culturais disseminadas na comunidade quilombola de Lagoa das Melancias? Essas práticas são consideradas sustentáveis?

O estudo dissertativo apresentado encontra-se dividido da seguinte forma: na seção 1, intitulado como introdução, consideram-se escritos de natureza da apresentação da pesquisa, motivos que a justificam, campo onde se inserem seus objetivos, seguindo a metodologia abordada na visão historiográfica dos autores acerca das práticas culturais sustentáveis, fazendo uma rápida abordagem do objeto de estudo.

A seção 2 apresenta a formação cultural do povo brasileiro, mediante a contribuição cultural dos nativos e dos povos africanos, vindo de diversas regiões da África para serem traficados no Brasil por ocasião da invasão dos colonizadores nas terras brasileiras. Torna-se perceptível o acultramento desses povos, originando a miscigenação que hoje compõe o país. Esses povos, ao serem massacrados, foram resistentes, lutaram por liberdade e se organizaram em locais distantes, de difícil acesso, em bandos denominados quilombos. Desse modo, dialogar-se-á com teóricos e historiadores, os quais conceituam a cultura afro-brasileira, na perspectiva do desenvolvimento das práticas culturais vivenciadas e disseminadas na construção da história como marca da resistência e da preservação da identidade étnica, perpassando gerações. Abre-se a discussão dessa historiografia na visão de autores, como: Novaes (1993), Bosi (1994), Holanda (1995), Munanga (1995/1996), Chizzotti (2003), Ribeiro (1995), Souza (2007), Severino (2007), Frediane e Barbosa (2008), Dutra (2011), Claro (2012), Freitas (2012), Oosterbeek e Reis (2012), Xavier (2014), Xavier, Santos e Dantas (2016), Sucupira *et al.* (2018), Silva e Lima (2019), Xavier *et al.* (2021). Bem como, apropriou-se de demais documentos que norteiam os direitos fundamentais da humanidade como ser em sociedade.

Na seção 3, discutem-se as relações entre a obra e as suas leituras históricas, tratando de alguns aspectos que já marcaram época na historiografia da preservação e os entraves para que tenham reconhecimento, tanto na história quanto na vida do povo em sociedade, para o fortalecimento da identidade cultural. Esse é um diálogo dos resultados encontrados através do trabalho de pesquisa sobre a agricultura de subsistência, o cultivo das plantas medicinais, a roda de capoeira, o artesanato e o uso do cabelo rastafári como práticas culturais com vistas à sustentabilidade.

Na seção 4, evidenciam-se a apresentação e a descrição do objeto de estudo, incluindo a base conceitual com discussão no que diz respeito às práticas culturais como desenvolvimento do trabalho sustentável herdado das ancestralidades. Com os enfoques mais atuais e suas motivações circunstanciais e teóricas, em seguida, analisam-se os aspectos da pesquisa, tomando como base as práticas culturais sustentáveis vivenciadas pela comunidade quilombola de Lagoa das Melancias no município de Ocara, no Ceará.

Na seção 5, apresentam-se as considerações finais, os limites da pesquisa, um panorama geral dos assuntos abordados na dissertação e os resultados já obtidos, indicando também caminhos para trabalhos futuros; finalizando com o referencial teórico, à luz da pesquisa, utilizam-se os apêndices e os anexos como complemento da pesquisa.

1.1 Percurso Metodológico

O percurso metodológico trata-se de uma pesquisa etnográfica na comunidade quilombola, denominada Lagoa das Melancias, localizada na BR-116, Km 82, em Ocara, no Ceará, pertencente ao Maciço de Baturité. Alinha-se à abordagem qualitativa, pois fortalecerá as práticas de uma vivência coletiva e sustentável. As técnicas a serem empregadas *in loco* serão: observação direta através da pesquisa de campo, grupos focais, diário de bordo e roda de conversa com moradores da referida comunidade. Após a observação direta do objeto de investigação, o levantamento detalhado da comunidade e o diálogo com a comunidade quilombola de Melancias, segue-se com a escrita do trabalho e com o incentivo à população para apresentar as práticas culturais sustentáveis dos remanescentes; esses “métodos e técnicas são compatíveis com a abordagem qualitativa” (SEVERINO, 2007, p. 119).

Neste sentido, a pesquisa qualitativa une teoria e prática através das ações desenvolvidas por grupos de jovens, idosas e idosos, observados durante a primeira parte da pesquisa, firmando um elo de confiança na expectativa que o trabalho realizado possa ser reconhecido por outros grupos e comunidades. Com a proposta de fortalecer a economia

sustentável, fazem-se as especulações, oportunizando ouvir os participantes envolvidos e compreender as circunstâncias reais nas quais o objeto está inserido, as indagações sobre o desenvolvimento das ações pertinentes à sustentabilidade. Assim, faz-se necessário seguir uma agenda de visitas para analisar de modo considerável o trabalho em grupo. Essa abordagem deve fomentar o interesse em buscar parcerias do grupo de trabalho das mulheres em outras comunidades. Na ocasião, o diálogo formal e informal deve ser, de fato, documentado, através dos registros fotográficos, das escritas, do caderno de bordo e da entrevista, valorizando os resultados observados e a análise da situação, pertinente à etnografia que elucida os diversos processos cotidianos (SEVERINO, 2007).

Segundo Chizzotti (2003), no final do século XX, a pesquisa qualitativa entrou em uma nova perspectiva, visto que remontou algumas querelas metodológicas do romantismo e do idealismo e buscou, a partir de então, vivenciar uma metodologia mais autônoma em relação à ciência da vida, fundamentando-se no neokantismo, visando novas “fases evolutivas progressas da sociedade europeia ocidental, contraposta a outros povos colonizados ou a culturas primitivas” (CHIZZOTTI, 2003, p. 224). Desse modo:

A escola de Chicago criou um método interpretativo realista a partir das narrativas orais de história de vida cotidiana de pessoas comuns, adotando um realismo literário que utilizava a linguagem, as percepções, os sentimentos e os pontos de vista dos pesquisados; o pesquisador assume uma posição empática com o ambiente, as pessoas e os problemas que aborda, confiante de que a descrição dos problemas identificados é, também, o meio tanto de revelação quanto de solução desses problemas sociais. (CHIZZOTTI, 2003, p. 226).

O estudo com ênfase nas práticas culturais sustentáveis, no modo de vida e na resistência dos povos remanescentes quilombolas, busca conhecer a historiografia desses povos, desde as suas ancestralidades à contemporaneidade. Desse modo, será desenvolvida em seu percurso a etnografia, com base na dialética, por discorrer da dinâmica cotidiana imbuída nos conhecimentos formais e informais, unindo teoria e prática, a qual “interpreta o estágio epocal da cultura estudada e, em geral, avalia a cristalização dessa cultura, no tempo” (CHIZZOTTI, 2003, p. 227). A interface da dialética, presente no percurso da pesquisa, objetiva conhecer as práticas culturais disseminadas na comunidade a partir da realidade social, interligando subjetividades e objetividades, em uma dinâmica cultural entre a teoria e a práxis, presente no contexto das ações humanas em seus aspectos globais (XAVIER *et al.*, 2021).

Assim, torna-se necessário o envolvimento da pesquisa bibliográfica, recorrendo a documentos e a conhecimentos já pesquisados e publicados em livros, revistas, artigos,

dissertações, trabalhos acadêmicos, escrito por outros autores para a fundamentação da pesquisa de campo, pois a coleta dos dados está sendo realizada naturalmente. No primeiro momento foi realizada a visita presencial no lócus da pesquisa.

O uso da tecnologia digital é imprescindível para o registro dos dados, especialmente neste momento de pandemia causada pela Covid-19. Para continuar a pesquisa, foi necessário fazer alguns contatos para levantamento de dados da comunidade através do *WhatsApp*, pois o distanciamento impediu a aproximação presencial para outras rodas de conversas.

Sendo uma pesquisa de abordagem qualitativa, visa as informações vivenciadas e discutidas em rodas de conversas informais, partindo das inquietações em conhecer a cultura disseminada pelos povos quilombolas da referida comunidade, imbricada nas heranças culturais dos ancestrais preservadas pela história oral e pelas tradições repassadas e vivenciadas nas diferentes gerações.

No entanto, torna-se necessária a busca de parcerias para fortalecer as práticas de trabalho desenvolvidas de forma harmoniosa, coletiva, as quais possam viver com mais dignidade e qualidade de vida. Segundo Chizzotti (2003, p. 230), a interação entre sujeito e pesquisa qualitativa “não escapa a uma posição no contexto político e a objetividade está delimitada pelo comprometimento do sujeito com sua realidade circundante”.

2 RESISTÊNCIA E SUPERAÇÃO DAS ETNIAS FRENTE À CULTURA DOMINANTE

Ao se deleitar no entendimento da cultura brasileira, encontra-se um processo mítico de diversidade culturalmente dissociável, porém interligado, incorporado mais tarde pela sociedade como uma cultura de miscigenação. Antropologicamente falando, a origem cultural parte dos primórdios indígenas (cultura de subsistência, de preservação da natureza, dos mitos, das crenças, dos valores e das diversas artes, da sustentabilidade comum ao modo de vida das tribos, utilizando como matéria-prima a própria natureza, sem desperdício algum). Para Lévi-Strauss (2004), a matéria-prima que forma os mitos parte da própria natureza, composta pelos seres vivos, pelas divindades, pelos elementos da natureza, pelas crenças, pelos ritmos e pelas atividades vivenciadas e repassadas pelos ancestrais de geração em geração. "Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos" (BOSI, 1994, p. 84).

Desse modo, é no campo cultural que os nativos (índios) resistem às dominações, aos enfrentamentos sociais e à descaracterização da identidade. Um processo que vai, mecanicamente, substituindo elementos da cultura original por outros da cultura dominante. As fronteiras da cultura se diluem naquilo que chama-se de natureza, e é difícil de separar a humanidade do universo que a envolve, anunciando perspectivas cruzadas (FREITAS, 2012). Supostamente, a natureza se caracteriza como mito da força motriz para a luta de resistência indígena que, apesar de tanto genocídio, consegue sobreviver à dominação do colonizador, tornando presente a cultura e a tradição do povo diante do cenário de bravura, enfrentamentos, determinados a vencer.²

A noção de território na sociedade moderna deve ser vista como resultado de uma história, como construção de sociedade e civilidade, devendo ser estranhada e relativizada em qualquer contexto de outra matriz e perspectivas culturais, sejam elas indígenas, quilombolas, tradicionais (FREITAS, 2012). Na visão de Oosterbeek e Reis (2012), ao desenvolver trabalhos em territórios étnicos, buscam-se assertivas que vão de encontro a uma problemática envolvendo diferentes contextos e atores sociais bem complexos, pois interferem em um passado próximo, inócuo, trazendo marcas memoráveis que vão para além da historicidade (OOSTERBEEK; REIS, 2012). Percebe-se que os autores coadunam com o entendimento de território como percurso histórico com memórias distintas e significativas.

² ALVES, Maria Auricélia Alves. Professora efetiva de Ocara - CE, Historiadora, Pesquisadora e Autora.

Similar aos nativos (índios), os africanos, ao serem comercializados no Brasil, também resistiram à cultura do colonizador, sofreram maus tratos, torturas, genocídios, sendo negociada a identidade original. Segundo Mattoso (2003), a maioria dos escravos consegue aprender a rezar, a obedecer e a trabalhar para os seus senhores. Sendo esse novo aprendizado indispensável para a sobrevivência intrínseca da cultura incorporada à nova identidade que forma o povo brasileiro, a cultura da miscigenação.

2.1 Origem e Percurso dos Quilombolas no Brasil

Durante o período de escravidão, a maioria dos africanos que foram trazidos para o Brasil vieram da região da Angola; eram grupos *bantos* que se fizeram presentes nas diferentes regiões do país, de norte a sul, de leste a oeste do território, tendo se fixado com relevância na região sudeste, onde se tornam perceptíveis as marcas das suas culturas. Os escravos vindos da África ocidental, entre eles os *iorubas*, embarcavam em diferentes portos, transportados em um número bem significativo, ao aportar nas terras brasileiras se organizaram primordialmente na Bahia e no Maranhão, fazendo-se presentes, também, no estado de Minas Gerais, local em que obtiveram papel de destaque nas atividades mineradoras (SOUZA, 2007). Desse modo:

Os escravos que chegavam ao Brasil eram embarcados em alguns portos africanos como Luanda, Benguela e Cabinda, na costa de Angola, Ajudá e Lagos, na Costa da Mina, e mais tarde no porto de Moçambique. De Benguela vinham principalmente ouvimbundos; de Luanda, dembos, ambundos, imbangalas, quiocos, lubas e lundas; de Cabinda vinham congos e tios. Todos pertencentes ao grupo linguístico banto. No Brasil, essas diferentes etnias foram reagrupadas com os nomes de angola, congo, benguela e cabinda, identificando os africanos pelos portos nos quais haviam sido embarcados ou pela região na qual eles se localizavam. Também os nomes das feiras interiores nas quais os escravos haviam sido negociados, como no caso dos chamados de cassanjes, eram usados para identificar um conjunto de etnias, cujos nomes se perdiam no transporte das pessoas para o Brasil. (SOUZA, 2007, p. 85).

Na cidade do Rio de Janeiro, depois de 1850, sobretudo, os africanos chegaram em um número bem elevado. Quando o tráfico atlântico acabou, escravos do Nordeste foram comercializados para o Sudeste, visto que a lavoura cafeeira pagava bons preços pelos escravos de senhores de engenho que estavam em declínio. Segundo a historiadora e professora africana da Universidade de São Paulo, Souza (2007), a influência *banta* é a mais antiga influenciada por todo o Brasil, porém a *iorubá* é um grupo bem fortalecido na região de Salvador, atrelado à costa da Mina até o período final do tráfico.

Os africanos recém-chegados encontravam, porém, os ladinos e os crioulos vivendo uma cultura híbrida, na qual aspectos africanos e portugueses se misturavam ou conviviam lado a lado. Nesses intercâmbios entre negros e brancos, africanos e portugueses, sempre com um tempero ameríndio aqui e ali, não só os escravos e negros livres eram expostos às influências de seus senhores, como estes também se relacionavam com as práticas daqueles, algumas vezes recorrendo a saberes africanos para cuidar dos males que os afligiam. [...] a classe senhorial conhecia pouco a vida das comunidades negras, mas alguma coisa sabia, principalmente no diz respeito às suas temidas práticas mágico-religiosas, que podiam tanto curar como matar. (SOUZA, 2007, p. 110).

Ao chegarem à Região Sudeste do Brasil, os africanos e os seus descendentes refizeram suas religiões, permanecendo próximos às suas matrizes africanas. Percebe-se que as manifestações culturais de influência *bantos*, tendo como resultado misturas antigas, incorporavam elementos das culturas indígenas, portuguesa e africana, formando a miscigenação de um povo, tornando a sociedade pluricultural, favorecendo a importância das heranças culturais defendidas e difundidas no Brasil como marco histórico negado pelo colonizador, em resistência, incorporada pelos grupos étnicos raciais como escudo de luta, dor, e superação, em meio às turbulências, à submissão, às torturas vivenciadas ao longo da história. Na visão de Frediane e Barbosa, um país pluriétnico e multicultural como o Brasil possui, como não poderia deixar de ser, uma riquíssima literatura oral, formando um repertório lúdico e mágico (FREDIANE; BARBOSA, 2008).

À medida que os africanos se integrou à sociedade brasileira tornou-se afro-brasileiro e, mais do que isso, brasileiro. Usamos o termo afro-brasileiro para indicar produtos das mestiçagens para os quais as principais matrizes são as africanas e as lusitanas, frequentemente com pitadas de elementos indígenas, ignorar que tais manifestações são acima de tudo brasileiras. Essas misturas estão muito mais presentes do que podemos perceber a um primeiro olhar, mesmo que esse já mostre uma quantidade importante de contribuições africanas em nossa formação. (SOUZA, 2007, p. 132).

No entanto, percebe-se que os africanos no Brasil foram desapropriados de si, tratados com discriminação, preconceito, desprezados humanamente; muitos foram torturados até a morte. Os sobreviventes reconstruíam depois suas características de ser cultural, através da convivência com outros povos africanos de diversas etnias e com indivíduos da velha Pindorama, sob um regime de exploração escravagista (RIBEIRO, 1995). Diante de toda essa repressão, como principal forma de resistência, os negros escravizados fugiam e se organizavam em bando, denominado quilombo.

Para Munanga (1996, p. 58), “o quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas *bantu* (kilombo, aportuguesado: quilombo)”, o autor continua descrevendo que o “quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano

reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos.”

Ao falar da história do quilombo no Brasil, Munanga (1996) relata sobre a semelhança do quilombo dos povos *bantus* na África. Ambos têm uma vivência de luta, fuga, migrações, perseguições e resistências. Os *bantus* são marcados por uma história que envolveu povos de regiões diferentes entre Zaire e Angola. Esses povos traficados, em número bem significativo no Brasil, disseminaram suas crenças, seus credos, seus costumes, seus rituais, suas divindades presentes nas práticas culturais herdadas de diferentes povos e ancestralidades, os quais trouxeram consigo, arraigados por uma cultura milenar. Tais costumes dissociados com diferentes povos no Brasil suscitam mestiçagens. Desse modo, são encorajados a resistir aos ataques, encontrando saídas para se proteger. Apesar das lacunas e das imprecisões da tradição oral, continua sendo até hoje uma das grandes fontes de informação da história da África negra (MUNANGA, 1996).

Pelo conteúdo, o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos. Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não-povoados, geralmente de acesso difícil. Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos), prefigurando um modelo de democracia plurirracial que o Brasil ainda está a buscar. Não há como negar a presença, na liderança desses movimentos de fuga organizados, de indivíduos escravizados oriundos da região bantu, em especial de Angola, onde foi desenvolvido o quilombo. Apesar de o quilombo ser um modelo bantu, creio eu que, ao unir africanos de outras áreas culturais e outros descontentes não-africanos, ele teria recebido influências diversas, daí seu caráter transcultural. Com efeito, a transculturação parece-me um dado fundamental da cultura afro-brasileira. (MUNANGA, 1996, p. 63).

Percebe-se a forte influência dos *bantus* na estrutura da política do quilombo brasileiro, essa similaridade não é mera coincidência, é a estreita relação do povo africano com povos brasileiros, tornando visível que a formação da cultura do Brasil está intrinsecamente atrelada à cultura africana. Por conseguinte, o preconceito à cultura africana já deveria ter sido extinto, uma vez que a sociedade é formada pelas heranças culturais dissociadas, incorporadas e vivenciadas nas diferentes gerações, sendo imprescindível para o reconhecimento do ser em comunidade e da identidade cultural, segmentada pelo modelo transcultural, sem, no entanto, ignorar suas origens e seus costumes ancestrais. “É certo que o alicerce da cultura brasileira é rico em costumes e valores advindos da civilização africana, os quais são evidentes em variadas expressões do cotidiano nacional” (SUCUPIRA, 2018 *et al.*,

p. 68).

Imbuídos na cultura *bantu*, um dos quilombos que mais se destacou foi o de Palmares, localizado na serra do atual estado de Alagoas. No século XVII, reuniu mais de 20.000 pessoas, contando com o chefe Zumbi, ícone estruturante de resistência e modelo, para fortalecer os demais quilombos que foram surgindo nas diversas regiões brasileiras.

Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, foi morto em 1695, quase no fim do século XVII. Coincidentemente, a formação da instituição quilombo no continente africano, especificamente na área cultural bantu, aconteceu também nos séculos XVI e XVII. O quilombo africano, no seu processo de amadurecimento, tornou-se uma instituição política e militar transétnica, centralizada, formada por sujeitos masculinos submetidos a um ritual de iniciação. A iniciação, além de conferir-lhes forças específicas e qualidades de grandes guerreiros, tinha a função de unificá-los e integrá-los ritualmente, tendo em vista que foram recruta dos das linhagens estrangeiras ao grupo de origem. Como instituição centralizada, o quilombo era liderado por um guerreiro entre guerreiros, um chefe intransigente dentro da rigidez da disciplina militar. (MUNANGA, 1996, p. 63).

A partir da Lei Áurea de 1888, a terminologia quilombo desapareceu do cenário jurídico brasileiro, sendo retomada 100 anos depois, com a promulgação da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988). Nessa época, o conceito de quilombo se resumia somente à terra de escravos fugidos e aos seus descendentes aliados às suas meras características morfológicas e à perpetuação de seus signos culturais e resquícios com base na ancestralidade quilombola. Na concepção tradicional, “o quilombo significa apenas um passado a ser lembrado e não propriamente um direito a ser reconhecido” (DUTRA, 2011, p. 7).

Para Monteiro (2009 *apud* SILVA; LIMA, 2019), o termo quilombola tem um longo percurso até a sua definição na Carta Magna brasileira, nos anos de 1988:

A definição do termo apareceu pela primeira vez numa consulta ao conselho ultramarino ao Rei de Portugal, em 1740, que definia quilombo como toda habitação de negros fugidos que passem de 05 (cinco), em parte despovoada, ainda que não tenha rastros levantados nem se ache pilões neles. Esse conceito perpetuou-se no imaginário brasileiro, graças à contribuição dos historiadores oficiais, cristalizando a existência quilombola como a que vigora no período da escravidão no Brasil, ou seja, que eram espaços de resistência e de isolamento da população negra. Obviamente, o conceito de quilombola de 1988 corresponde a outro imaginário, a outro sistema de classificação, sendo reapropriado às lutas políticas dos então identificados como remanescentes de quilombo brasileiro. (MONTEIRO, 2009, p. 40, *apud* SILVA; LIMA, 2019, p. 5).

É inegável a imensurável contribuição dos historiadores e dos pesquisadores na efetivação de direitos conquistados e na valorização da disseminação da cultura dos quilombolas ao longo da historiografia desses povos. De modo peculiar, essas conquistas

iniciam-se no campo educacional a partir de vivências com grupos dos subalternos. Professores, pesquisadores e historiadores observam, investigam, fazem os registros, fomentando os grupos a saírem da sua zona de conforto para adentrar no campo do conhecimento, buscando leis que assegurem os direitos fundamentais das etnias, desconhecidos por grande parte da população. Um destes direitos é o Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta a identificação e a titulação dos povos quilombolas.

Assim, o conceito contemporâneo de quilombo leva em consideração a presença de comunidades ou agrupamentos, cujas práticas cotidianas, na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos, contribuam para a consolidação de um território próprio, valorizando elementos como histórias de resistências, experiências coletivas e diferentes trajetórias históricas e políticas de determinada coletividade. (LEITE, 2000 *apud* GOMES, 2018, p. 109).

Os debates, as discussões, os seminários, os congressos acerca do reconhecimento da cultura quilombola vêm sendo disseminados há algum tempo, tanto no campo educacional como nos seguimentos político e social. O fomento da propagação e do conhecimento, no tocante ao tema, desse modo, suscita na realização de ações concretas que amenizam o preconceito e garantem um pouco de dignidade para os povos negros, sendo um desses o direito à terra para trabalhar, mas ainda com algumas ressalvas. Nota-se:

A tendência é, portanto, que os quilombolas sejam pensados, de um lado, pela política fundiária, como coletividades diferenciadas e territorializadas, enquanto, de outro, as demais políticas os concebem como agregados de indivíduos mais desfavorecidos no acesso a recursos, entre eles as políticas públicas gerais. Em ambos os casos há algum reconhecimento e alguma redistribuição, mas no primeiro caso o reconhecimento resulta em uma política diferenciada, enquanto nos outros casos o reconhecimento gera um tratamento diferenciado no acesso a políticas indiferenciadas. (ARRUTI, 2009, p. 84).

Percebe-se de forma considerável que os quilombolas têm como base de subsistência econômica o cultivo da terra, enfrentando dificuldade de acesso a programas de incentivo à agricultura familiar devido à falta do título da terra, que garante a posse das famílias. A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) executa ações que contribuem para a garantia de direitos das organizações quilombolas. Nesse sentido, evidencia-se que o perfil dos quilombolas é de agricultores, extrativistas ou pescadores artesanais, mas eles têm uma limitação de acesso à terra, por isso não conseguem ser inscritos na Declaração de Aptidão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que dá acesso às políticas públicas, os quais poderiam ter seus direitos assegurados e menos desigualdades sociais.

É possível considerar que uma comunidade é Quilombola a partir da certificação da terra, reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura (FCP/MinC), o qual atribui que as comunidades desenvolvam ações de proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural, registrado pela Portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98, de 26/11/2007 (BRASIL, 2013, p. 20).

As comunidades quilombolas brasileiras passam a existir legalmente a partir da regularização fundiária, com a posse proprietária de terras para o trabalho de subsistência. O processo acontece através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/MDA), em parceria com os Institutos de Terras Estaduais e a Secretaria de Patrimônio da União (BRASIL, 2013, p. 21). Com a resistência e as lutas dos remanescentes quilombolas, acompanham-se, no Guia de Políticas Públicas, algumas conquistas para comunidades quilombolas no ano 2013, como base legal:

Constituição Federal de 1988 Artigos 215 e 216 da Constituição Federal – Direito à preservação de sua própria cultura; Artigo 68 do ADCT – Direito à propriedade das terras de comunidades remanescentes de quilombos. Convenção 169 da OIT (Dec. 5051/2004) – Direito à autodeterminação de Povos e Comunidades Tradicionais. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 – Estatuto da Igualdade Racial - Decreto nº 4.887, de 20 novembro de 2003 – Trata da regularização Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Decreto nº 6261, de 20 de novembro de 2007 – Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola. Portaria Fundação Cultural Palmares nº 98 de 26 de novembro de 2007 - Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres. Instrução Normativa INCRA nº 57, de 20 de outubro de 2009 – Regulamenta a demarcação, desintração, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. (BRASIL, 2013, p. 15).

O preconceito às manifestações culturais africanas ainda são presentes na contemporaneidade; com as reivindicações e a luta por direitos, surgem políticas públicas de valorização às práticas culturais. As Novas Diretrizes Curriculares Nacionais, enfatizadas pela publicação da Lei 10.639/2003, apresentam aspectos que fomentam o engajamento dessas práticas no currículo do ensino de história africana e afro-brasileira, dentre os citados: “articulação” entre passado, presente e futuro [...] experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro [...] A historiografia Africana estudada como perspectiva positiva, não somente os rumores da miséria e discriminações, e “História da ancestralidade e religiosidade africana [...] civilizações e organizações políticas pré-coloniais” (BRASIL, 2014). Assim, enfatiza-se que a Lei 10.639

foi revogada pela Lei 11.645 de 10 de março de 2008, fazendo cumprir o direito da sociedade (re) conhecer o legado cultural dos africanos disseminados em nossas terras, cultuadas em mais diversos ritmos, cores e credos, rememorando a cultura dos ancestrais.

É salutar que estudos e debates acerca da cultura afro-brasileira têm se destacado nos últimos anos, visto que, com o conhecimento que a sociedade vem buscando hoje nas universidades a partir do incentivo do governo Lula, já que as camadas populares ganharam vez e voz para ingressar nas universidades, facilitando a compreensão da população menos favorecida. Percebendo que, na história brasileira, os principais heróis não estavam presentes nas enciclopédias, nem escritos nos livros didáticos, havia uma inversão de valores distante do conhecimento da sociedade. Mas é racional ressaltar que é somente a partir da Lei nº 10.639, sancionada em 9 de janeiro de 2003, que estados e municípios se veem obrigados a incluir as temáticas do negro e do índio em suas agendas de debate (CAVALCANTE; OLIVEIRA; XAVIER, 2016, p. 61).

A história dos vencedores, tem uma visão conservadora que prioriza os heróis e fatos do homem branco, e a história na visão dos progressistas brancos, prioriza o relato da história da classe operária (visão eurocêntrica que identifica as manifestações de resistência dos trabalhadores, a partir da chegada dos primeiros imigrantes brancos europeus), desprezando, deturpando ou secundarizando a história dos negros e negras no Brasil. (FERNANDES, 2007, p. 11).

Visivelmente, as escritas históricas ao longo dos tempos foram tendenciosas, deixando clara a soberania das classes dominantes, eximindo-se da culpa dos genocídios, da exclusão e do preconceito, tão marcantes ainda hoje na sociedade brasileira. Graças aos verdadeiros heróis da história brasileira, aqueles que, marcados pela tortura e pela discriminação, sobreviveram para mostrar verdadeiramente quem de fato merece ser reconhecido, conclamado, soberano; aqueles que deixam marcas de trabalho sustentável, de lutas incansáveis e de uma valiosa cultura além-mar², um legado de cores, de credos, do batuque, dos costumes, da arte viva que pulsa, encanta, promove qualidade de vida, resistindo e ultrapassando gerações.

Considera-se que uma comunidade é quilombola a partir da certificação da terra, reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura (FCP/MinC), os quais atribuem que as comunidades desenvolvam ações de proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural, registradas pela Portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98, de 26/11/2007 (BRASIL, 2013, p. 20).

Segundo levantamentos de dados de Ceará (2015), até março de 2013, a Fundação Cultural Palmares havia certificado 2040 comunidades quilombolas, nas regiões com maior número de remanescentes, sendo estes localizados nos estados do Maranhão, da Bahia, do Pará, de Minas Gerais e de Pernambuco. Estatísticas realizadas pela Fundação Cultural Palmares, órgão do Ministério da Cultura, apresentam a existência, no Brasil, de 1.209 comunidades quilombolas devidamente certificadas e 143 áreas com terras já tituladas.

Diante do processo histórico e cultural do Brasil desde a colonização portuguesa e seus resquícios deixados como herança para o povo brasileiro, não somente dos europeus, mas de uma miscigenação cultural herdada também dos índios e dos negros. Somos ainda hoje povos desterrados em nossa terra (HOLANDA, 1995), significa que a cultura vivenciada, propagada nos dias atuais, reconhecida como trabalho de subsistência e práticas sustentáveis, sobrevivendo economicamente dos recursos da própria natureza, são heranças dos ancestrais índios e negros, de contrapartida o embate sofrido ao longo dos anos do jogo de interesses ambiciosos, lucrativos, causando genocídio, ceifando sonhos, deixando na sociedade as marcas da violência e da opressão, reflexos daqueles que pensam no lucro mesmo sepultando a coletividade e a solidariedade.

Um fato que não se pode deixar de tomar em consideração no exame da psicologia desses povos é a invencível repulsa que sempre lhe inspirou toda moral fundada no culto ao trabalho. Sua atitude normal é precisamente o inverso da que, em teoria, corresponde ao sistema do artesanato medieval, onde se encarece o trabalho físico, denegrindo o lucro, “o lucro torpe”. Só muito recentemente, com o prestígio maior das instituições dos povos do Norte, é que essa ética do trabalho chegou a conquistar algum terreno entre eles. Mas as resistências que encontrou e ainda encontra têm sido tão vivas e perseverantes, que é lícito duvidar de seu êxito completo. (HOLANDA, 1995, p. 38).

É perceptível que o colonizador apenas delegava funções para alguém cumprir e realizar o trabalho árduo dos quais eles usufruíam dos serviços e do produto pronto. Eram os índios e os negros que se tornavam escravos para servir seus senhores e a senhora no conforto e no luxo. Quando o trabalho não era realizado como haviam determinado, os negros eram castigados das mais duras penas possíveis. Sem direitos à educação e sem dignidade humana eram forçados a trabalhar até a morte.

Também se compreende que a carência dessa moral do trabalho se ajustasse bem a uma reduzida capacidade de organização social. Efetivamente o esforço humilde, anônimo e desinteressado é agente poderoso da solidariedade dos interesses e, como tal, estimula a organização racional dos homens e sustenta a coesão entre eles. Onde prevaleça uma forma qualquer de moral do trabalho dificilmente faltará a ordem e a tranquilidade entre os cidadãos, porque são necessárias, uma e outra, à harmonia dos

interesses. O certo é que, entre espanhóis e portugueses, a moral do trabalho representou sempre fruto exótico. Não admira que fossem precárias, nessa gente, as ideias de solidariedade. (HOLANDA, 1995, p. 39).

Formados por uma cultura de exploração e dominação, vive-se até os dias atuais resquícios dessa história, na qual os povos menos favorecidos vivem às margens da sociedade, sendo que se os negros optarem por estudar precisam recorrer às cotas para garantir sua inserção nas universidades. Vivendo o preconceito e a exclusão social rotineiramente, vistos ainda hoje para o desempenho das atividades braçais, manufatureiras, trabalhos que, de certa forma, ainda escravizam e impedem o desenvolvimento econômico e social desses povos. Assim,

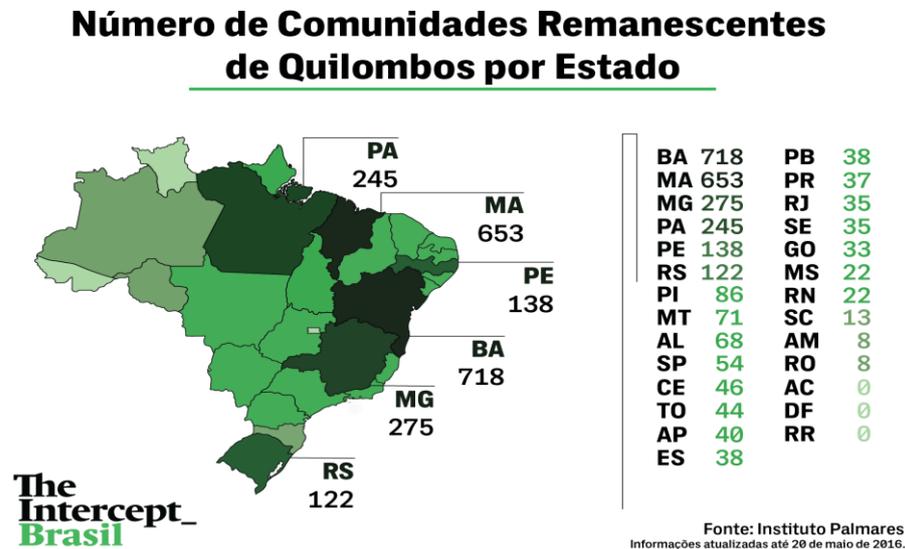
Oriundo da Revolução Industrial e orientado pelo emprego progressivo da máquina do que essa primazia conferida a certos fatores subjetivos, irreduzíveis a leis de mecânica e a termos de matemática. “A máquina”, notou um arguto observador, “quer a adaptação do trabalhador ao seu trabalho, não a adaptação do trabalho ao trabalhador.” O gosto artístico, a destreza, o cunho pessoal, que são virtudes cardeais na economia do artesanato, passam assim a plano secundário. O terreno do capricho individual, do engenho criador e incentivo, tende, na medida do possível, a restringir-se, em proveito da capacidade de atenção perseverante a todas as minúcias do esforço produtivo. A mais cabal expressão de semelhante tendência encontra-se sem dúvida, nos atuais sistemas organização racial do trabalho, como o taylorismo e a experiência de Ford, que levam as suas consequências extremas o ideal da completa despersonalização do trabalhador. (HOLANDA, 1995, p. 84).

Ideias apregoadas pelo marxismo, munidas pelo dilema da França e da Inglaterra, “Liberdade, Fraternidade e Igualdade”, trabalho de produção da classe operária e a superprodução, manifestação do advento do capitalismo que começa a reinar com o surgimento da Revolução Industrial no Brasil, após a segunda guerra mundial. Enfraquecendo de vez o trabalho manufatureiro para ascensão da superprodução gerada pelo trabalho das máquinas, substituindo, assim, a mão de obra assalariada. Com isso, muitos perdem seus trabalhos, gerando um elevado índice de desemprego, principalmente nos grupos dos subalternos, dos negros, dos artesãos e dos analfabetos. O trabalho nas fábricas exigia o mínimo de conhecimento para compreender as instruções para o manuseio das máquinas, desse modo não podiam perder tempo alfabetizando os negros e os miscigenados.

A negação de direitos, inclusive os direitos fundamentais ao desenvolvimento da vida, da saúde, da educação, da moradia e da alimentação aos escravos e às escravas “libertos”, deu-se de forma excludente, avassaladora. Porém, nada impediu que os grupos se fortalecessem em busca de dignidade e das conquistas do próprio território, assim, o Instituto

Palmares pontua comunidades quilombolas em quase todos os estados do Brasil, como mostra o Mapa 1, a seguir.

Mapa 1 – Número de comunidades remanescentes de quilombos por estado



Fonte: Instituto Palmares.

2.2 Marcas de Luta e Resistência: Quilombolas no Ceará

No final do século XIX, com a efervescência da industrialização e o acúmulo do capitalismo, os países escravocratas sentiam-se obrigados a libertar os escravos. No entanto, somente no século XXI é que se evidenciam políticas públicas de efetivação à certificação com base legal na legislação, que assegura o processo de demarcação e titularização das terras quilombolas no Brasil. Os povos remanescentes, ainda hoje, enfrentam as dificuldades políticas, sociais, econômicas e raciais na manutenção de sua identidade cultural. Segundo Silva e Lima (2019), as comunidades quilombolas se ampliam politicamente e se manifestam como comunidades negras rurais.

Faz-se necessário lembrar que foram inúmeros os desafios enfrentados pelos negros para assegurarem direitos constitucionais que, de fato, ainda são negados na sociedade contemporânea devido o preconceito étnico racial arraigado na história brasileira.

Cientes dos direitos conquistados pela população menos favorecida desde o advento da Constituição de 1988, as comunidades quilombolas buscam o reconhecimento das suas práticas culturais e o direito de viver em seus territórios. Porém, são inúmeras as dificuldades enfrentadas pelos quilombolas no reconhecimento desses direitos. Desse modo, o

estado do Ceará, assim como outros estados do país, também é afetado pelas políticas da morosidade assistencial. Nos últimos anos, as reivindicações destas comunidades na região têm se intensificado juntamente com integrantes do Conselho de Igualdade Racial do Ceará, em busca de valorização social, étnica e cultural.

O processo de militância do movimento negro traz reflexões de um negro cearense inquieto com o combate ao racismo no Ceará, Ilário Ferreira³, o qual revela:

Creio que fazíamos tão bem isso, que perguntas sobre a realidade local começavam a surgir, tais como: e no Ceará, como é a história dos negros daqui? Por que não se fala sobre os negros no Ceará? Quando tais perguntas surgiam, ficávamos em silêncio, não tínhamos respostas, pois não sabíamos nada sobre nossa história. Estávamos totalmente desinformados e, portanto, dependentes e reféns das informações oficiais produzidas por uma historiografia oficial que dizia não haver condições de se construir uma história dos negros no Brasil por que Rui Barbosa, em despacho datado de 14 de dezembro de 1890 e cumprido por intermédio de circular, em 13 de maio de 1891, mandara queimar toda documentação sobre escravidão. Era este o nosso pensamento. E essa história era verdade? Em parte, sim. (FERREIRA, 2020, p. 50).

Segundo Ferreira (2020), foi a partir do Seminário Negrada Negada que os negros no Ceará, em 1992, tiveram a iniciativa de conhecer sobre a história dos negros no Ceará, fato este do qual, até então, conhecia-se apenas parte da história negra no Brasil, sendo o Ceará pouco revelado na historiografia nacional. O referido seminário desperta no estudante Ilário Ferreira o sentimento de pesquisar e documentar sobre a história da produção dos negros no Ceará, pois era de interesse do militante entender sobre a história dos documentos queimados por Rui Barbosa sobre o cenário do negro nas terras cearense. No encontro com historiadores e pesquisadores durante o seminário, Ilário Ferreira compreendeu que: “na verdade, é que ele queimou as cópias dos documentos que eram enviados para a Corte, mas os originais ficavam nas províncias e são estes que estão hoje ‘guardados’ nos Arquivos Públicos Estaduais” (FERREIRA, 2020, p. 51).

Por um período de quase 15 anos, Ilário Ferreira foi membro do Grupo de União e Consciência Negra do Ceará – Grucon – CE. No ano de 2019, comemoraram 35 anos de movimento negro, de luta e resistência ao preconceito, contrapondo “um sistema político fundado sobre o direito de uma raça (considerada pura e superior) de dominar outras, consideradas inferiores” (FERREIRA, 2020, p. 50).

³ Militante do movimento negro. Professor da UniAteneu, lotado no curso de Serviço Social. Graduado em Ciências Sociais e Mestre em História Social – ambas pela UFC. Também é Pesquisador da História e da Cultura dos negros no Ceará. Autor do livro “Catirina, minha nêga, tão querendo te vendê...”: escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850-1881). Fortaleza: SECULT/CE, 2011, v.1. e do didático Abolição no Ceará: um novo olhar – Editora IMEPH. 2009.

No Grucon-CE sempre houve uma preocupação com a formação dos militantes. Foi esta entidade que apresentou o debate de raça e classe e introduziu a pesquisa, reflexão e a produção de conhecimento sobre a história, cultura, comunidades negras, quilombos, resistência e a presença negra na educação no Ceará. Fazíamos leituras sobre racismo, cultura negra brasileira e africana, que nos ajudou nas pesquisas sobre Negros no Ceará. Atuávamos em comunidades negras, escolas e, posteriormente, nos fixamos na Comunidade do Trilho. A medida que crescíamos culturalmente e politicamente sentíamos a necessidade de repassar tal conhecimento para os pretos e pretas. Não importava onde estes estivessem: periferia, escolas, comunidades negras, universidades, maracatus, capoeira e terreiros. Acreditávamos na socialização do saber. E foi com este pensamento que cresceu a necessidade incessante de conscientizar nosso povo com o objetivo de despertar a Consciência Negra, que o interesse do resgate da história do negro no Ceará surgiu. Fomos na verdade despertados e obrigados a pensar sobre este tema. (FERREIRA, 2020, p. 50).

Destarte, por meio da oralidade, do diálogo, das pesquisas e dos documentários, entende-se que o estado do Ceará se faz presente em toda vivência histórica ocorrida nos diferentes períodos da escravidão do Brasil. O que impediu a divulgação dos documentários foi, “portanto, reproduzindo o silêncio intencional construído historicamente por um conhecimento eurocêntrico que, estrategicamente, nos priva de uma ligação com o passado” (FERREIRA, 2020, p. 55).

Francisco Pinheiro assinala transformações no Ceará, a partir da segunda metade do séc. XIX. A principal era a "organização das relações de trabalho. A preocupação das classes dirigentes, quanto ao processo de transição da. trabalho escravo para o livre, passava por mecanismos eficientes de controle do trabalho, é que se via a escravidão estar condenada. E um dos meios fundamentais era cercar-se de elementos jurídicos que criassem as condições que os favorecessem, impedindo qualquer possibilidade de escolha para esses trabalhadores. A primeira atitude foi proibir que tivessem acesso à terra. Nessa linha de raciocínio, entende-se a criação da Lei de Terra, de 1850, que consolida os direitos da propriedade privada. Pinheiro, mostra os mecanismos utilizados pela classe dirigente (no momento, hegemonicamente comercial) de viabilização, na Província do fim do trabalho escravo, para substituição pelo trabalho livre, que sempre existiu, a ponto de situações em que trabalhadores livres dividiam o espaço, lado-a-lado com escravos - a exemplo das fazendas de criar. Nesse momento, dava-se maior valorização e importância a esta condição de trabalho. Era uma situação que, em razão da conjuntura do Império do Brasil, na segunda metade do séc. XIX se discutia como saída para a modernidade. E o Ceará não era uma exceção. (SOBRINHO, 2005, p. 146).

Desse modo, por ocasião do levantamento histórico sobre o turismo no Maciço de Baturité, afirma-se que o Ceará é o único estado localizado completamente no bioma caatinga, sendo esta a sua vegetação predominante (CEARÁ, 2014). Ainda assim, encontram-se na região variados tipos de vegetação, destacando-se aquelas dos enclaves úmidos, caracterizados por florestas pluviais tropicais ricas em diversidade biológica, sem dúvidas, o que facilitaria a sobrevivência dos quilombolas refugiados (CEARÁ, 2014, p. 72).

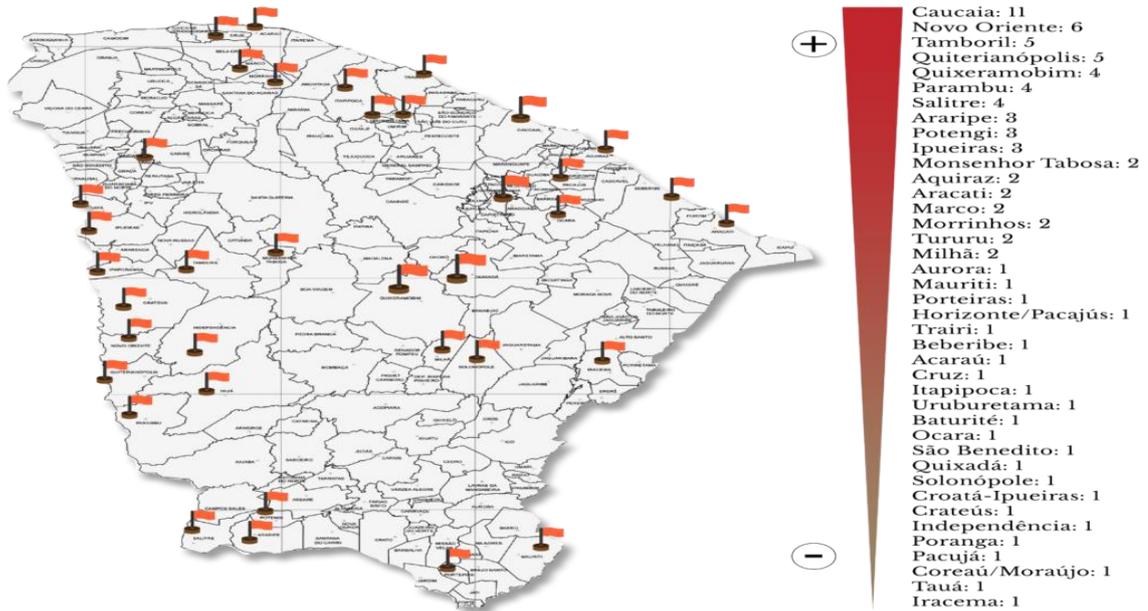
Ao estudar as comunidades quilombolas, é possível caracterizá-las como grupos com trajetória histórica própria, oriundas das mais diversas situações que se destacam pelo exemplo peculiar de doações de terras realizadas a partir da desagregação de monoculturas, por meio das quais as terras podem ser negociadas pelos próprios moradores, evidenciando o fim do sistema escravista; as terras podem ser adquiridas através de diferentes negociações: trocas, prestação de serviços; por meio de resistência ao sistema escravista. De qualquer modo, o território deve ser a base da reprodução física, social, econômica e cultural da coletividade (CEARÁ, 2015).

No Ceará para compreender e conhecer os quilombos é necessário superar as ausências históricas, reconhecendo dinâmicas diferenciadas em suas formas de ocupação, que incluem: “emigração da zona rural para urbana ou suburbana, as fugas com ocupação de terras geralmente isoladas e desocupadas, heranças, doações, recebimento de terras como formas de pagamentos de serviços prestados ao Estado” (DANTAS, 2011, p. 264). Pois, discute-se que a fixação da população negra no Ceará foi influenciada pela dinâmica da produção de gado, couro e carne de sol nos primórdios da produção escravista, mas também atividades “de cana de açúcar, engenho de rapadura, algodão e mineração, navegação, transporte de mercadorias e construções urbanas [...] o que implicou no estabelecimento de comunidades rurais e urbanas de população de africanos e descendente”. (SILVA, 2018, p. 16), evidenciando um amplo campo de organizações do território quilombola. (SILVA; LIMA, 2019, p. 8).

Nesse sentido, os remanescentes buscam seu espaço na sociedade, interligando suas práticas de cidadania e respeito, tentando superar os desafios tão marcantes pelas desigualdades sociais que ainda existem entre negros e brancos. Imersos nestes paradigmas de exclusões e preconceitos devem se manifestar e lutar por seus direitos e deveres, em prol de sua participação inclusiva e democrática, sem amarras de grupos dominantes que, de certo modo, ainda reinam na contemporaneidade.

Mapa 2 – Onde estão as comunidades quilombolas do Ceará

Onde estão as comunidades Quilombolas do Ceará



Fonte: cearacriolo.com.br.

No Ceará, segundo o Mapa 2, é possível encontrar comunidades quilombolas nos municípios: Tururu, Porteiras, Horizonte, Crateús, Aquiraz, Pacajús, Coreaú/Moraújo, Quiterianópolis, Tamboril, Tauá, Croatá, Araripe, Novo Oriente, Quixadá, Baturité, Ipueiras, Salitre, Itapipoca, Potengi, Mauriti, Aurora, Caucaia, Croata, São Benedito, Monsenhor Tabosa, Iracema, Acaraú, Aracati, Ocara. Nesses municípios distribuem-se 70 comunidades quilombolas, em alguns municípios existem mais de uma comunidade de povos remanescentes, destas 46 já estão certificadas pela Fundação Cultural Palmares, inclusive as mencionadas.

Em 1988, pontua Cintra (2012), a Fundação Cultural Palmares é criada para promover e preservar a arte e cultura negras. A instituição fomenta e produz manifestações artístico-culturais brasileiras de matriz africana, protegendo o patrimônio material e imaterial afro-brasileiro e se responsabilizando pela emissão de certidões de autodefinição dos quilombos: processo inicial de titulação das terras quilombolas. (SUCUPIRA, 2015, p. 17).

Vale ressaltar que a resistência dos refugiados e a luta para tornar seus direitos assegurados em políticas públicas foram direitos negados secularmente, visto a fúria do opressor em dominar os negros, as negras, as crianças, os jovens, os adultos e os velhos por mão de obra escravizada; “em 1888, o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão” (MALACHIAS, 2007, p. 31). Porém, o Ceará se adiantou e começou o processo de libertação dos escravos em 25 de março de 1884, sendo que a cidade de Redenção se

adiantou e, em 01 de janeiro de 1883, tornou libertos os povos escravizados nessas terras, a pioneira nesse legado histórico, fato este, que hoje é contado no museu senzala Negro Liberto, que rememora todo o percurso histórico da época, inclusive a praça da liberdade local onde acontecia a negociação dos escravos, onde foi erguido o pelourinho, o monumento da Negra Nua, entre outros locais de memória, de sofrimento, mas também de resistência dos povos escravizados. As construções históricas documentam e elucidam a memória de um povo.

Em reparação aos tempos de negação dos direitos dos negros, a cidade de Redenção foi contemplada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2010, com a UNILAB⁴, universidade que integra os negros de países que foram escravizados e africanos, com direito a cotas e a bolsas de estudo a nível superior, fazendo intercâmbios em terras brasileiras. Assim, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), instalada desde 2010 na cidade de Redenção/CE, destaca-se por ter sido pioneira na abolição da escravatura no Brasil (CEARÁ, 2014, p. 126). Observando os anos das publicações, torna-se visível que os decretos de políticas públicas e a valorização da cultura dos quilombolas tiveram ênfase durante os governos Lula e Dilma, época de fomento à inclusão social, ao acolhimento e a oportunidades aos menos favorecidos, de modo especial aos africanos, aos indígenas e aos quilombolas, os quais são reportados neste trabalho de pesquisa.

Durante a pesquisa, percebe-se que existem muitos quilombos que tiveram suas origens a partir das rupturas de fugas no período da escravidão, outros, porém, originaram-se séculos depois, quando os descendentes de quilombolas foram motivados a se inteirar dos seus direitos, reconhecer sua identidade cultural e lutar pela certificação do território, primeiro desapropriado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e reconhecido pelo Ministério da Cultura Palmares. Assim:

Os quilombos nem sempre teriam sido constituídos a partir de movimentos de ruptura com a escravidão, mas também por grupos que desenvolveram práticas cotidianas de manutenção-reprodução de seus modos de vida característicos, através da consolidação de um território próprio. (FIABANI, 2005, p. 29).

É possível conhecer como exemplo de quilombo que surgiu séculos depois da escravidão propriamente dita, o Quilombo de Lagoa das Melancias, Ocara - CE, que se originou a partir da memória, do incentivo, do conhecimento e do reconhecimento, elucidado, a partir da oralidade, o qual parte de uma ancestralidade de escravos, visto que as terras

⁴ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

existentes e de pertencimento desses povos devem ser reconhecidas e certificadas pelo Ministério da Cultura Palmares para incorporarem a identidade de remanescentes de quilombolas.

2.3 Comunidade Quilombola em Ocara

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2010), Ocara localiza-se entre serras e sertões, pertencente à microrregião do Maciço de Baturité, a 85 quilômetros da capital, Fortaleza. O município é formado por 24.007 habitantes, em uma área de 765,37 km², sendo uma cidade bem jovem, atualmente, com apenas 33 anos de emancipação. Como o próprio nome caracteriza, a cidade foi terreiro indígena, pois além de ser repassada a história oral dos mais velhos, encontram-se vestígios e utensílios utilizados pelos ancestrais, bem como por pessoas descendentes próximas de etnias indígenas e povos quilombolas. O topônimo “Ocara” vem do tupi-guarani e significa palco, terreiro, ou terraço de aldeia, ou taba. Sua denominação original era Jurema, passando a chamar-se Ocara em 1943. Sua base econômica é a agricultura de subsistência e a produção da castanha de caju (PINHEIRO; XAVIER; REIS, 2020, p. 131).

A história vivenciada traz consigo a riqueza dessa herança cultural, da resistência, da luta por dignidade e da garantia de direitos. Isto posto, buscou-se conhecer de perto a identidade cultural presente nos quilombolas que vivenciam as práticas culturais do manuseio da terra, dos alimentos naturais, do conhecimento e do uso das plantas medicinais; a luta corporal e expressiva presente na arte da música e da dança na roda de capoeira; a história oral presente nas rodas de conversas; o uso das tranças e os nós na arte do cabelo rastafári; o uso e o manuseio dos artefatos.

Vivências essas que representam a ancestralidade, a economia sustentável do artesanato como renda complementar do trabalho das mulheres secularmente disseminado na sociedade como competência da ocupação feminina (mulher vista como cuidadora do lar, dos afazeres domésticos e dos cuidados com o esposo e os filhos, trabalho de resistência, porém de inferioridade). Encontrou-se a existência desses povos na cidade de Ocara, comunidade denominada Lagoa das Melancias, reconhecida e definida como povos quilombolas através de certificado e certidão expedidos no dia 27 de outubro de 2011, pelo Ministério da Cultura, através do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro e Associação Fundação Cultural Palmares, representados respectivamente por seu diretor, Alexandre Anunciação dos Reis, e por seu presidente, Eloi Ferreira de Araújo (BRASIL, 2011).

Segundo o relato da Professora, historiadora e escritora Auricélia Alves⁵, ao fazer um levantamento histórico da cidade de Ocara, em 2015, na época, secretária da cultura, visitou a comunidade em pesquisa, Lagoa das Melancias, e fez o registro em um livreto, documentando relatos orais dos remanescentes, bem como o certificado e a certidão que definem legalmente a comunidade como remanescentes de Quilombo. Dito isto, seguindo todo o protocolo de legitimação do Ministério da Cultura brasileira, foram expedidos no dia 27 de outubro de 2011, registrados no livro de cadastro geral nº 013, Registro nº 1.538, fl.154, nos termos do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro 2003 e da Portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 228, de 28 de novembro de 2007, Seção 1, fl.29. Assim, a comunidade fica reconhecida definitivamente como comunidade Quilombola Lagoa das Melancias. A denominação se deu por ter sido encontrada por caçadores, no meio do mato; uma lagoa com plantação de melancias. (ALVES, 2015).

Sendo uma comunidade limítrofe, desprovida de recursos, vivem economicamente à base da agricultura de subsistência, da colheita da castanha e do caju, do trabalho do grupo de mulheres que desenvolvem o artesanato como forma de sustentabilidade. Com rara assistência de políticas públicas na garantia da qualidade de vida, agradecem a conquista de ter a terra para trabalhar, assegurando a moradia e a sobrevivência da comunidade, mesmo tendo que buscar recursos incansavelmente.

Não posso, por isso, cruzar os braços fatalistamente diante da miséria, esvaziando, desta maneira, minha responsabilidade no discurso cínico e ‘morno’, que fala da impossibilidade de mudar porque a realidade é mesmo assim. O discurso da acomodação ou de sua defesa, o discurso da exaltação do silêncio imposto de que resulta a imobilidade dos silenciados. (FREIRE, 2009, p. 76).

Diante de muitos direitos negados na sociedade, no que diz respeito às políticas públicas já conquistadas, porém reprimidos, torna-se necessário se manterem fortalecidos e unidos aos diferentes grupos para a defesa da vida, da consciência humana de não degradar o meio ambiente, mas de garantir a sustentabilidade da comunidade, mantendo orientadas a atual e a futura geração, para vivenciar os ensinamentos e as práticas culturais dos ancestrais. Não pode calar-se diante da falsa democracia que coaduna com a negação de direitos e valores e ameaçam a existência da humanidade no planeta terra.

⁵ Professora, historiadora, pesquisadora da gênese cultural da cidade de Ocara, escritora das obras: Festa das Almas: a alegria dos vivos; Uma síntese histórica da Festa de Finados em Ocara-Ceará; e Pai Dodó - O Patriarca de Ocara. Uma homenagem aos 150 anos do nascimento de Pai Dosó-1866-2016.

3 COLETA/GERAÇÃO DE DADOS

Nesta sessão, apresenta-se a descrição *in loco* da pesquisa, seguida de levantamento de dados que devem ser culminados a seguir nos resultados da pesquisa que elucidam as práticas culturais vivenciadas pelos remanescentes de quilombolas.

Para a realização da pesquisa, contou-se com cinco fases, as quais são: definição do tema e realização do projeto (1); preparação e coleta de dados (2); análise inicial (3); análise final (4) e conclusões (5).

Na primeira fase, fez-se um estudo no que se refere à cultura dos povos tradicionais e às práticas culturais vivenciadas atualmente, definido o tema sobre as Práticas Culturais Sustentáveis Afro-Brasileiras na Comunidade Quilombola de Melancias, Ocara-Ceará. Pesquisa teórica e elaboração do projeto.

Na segunda fase, após a escrita do projeto de pesquisa, para a coleta de dados, além do estudo teórico sobre os remanescentes de quilombolas, fez-se necessária uma visita na comunidade *in loco* para observar as práticas culturais vivenciadas e disseminadas na comunidade. A primeira visita aconteceu no dia 06 de janeiro de 2019, momento em que conheceram-se os líderes da comunidade quilombola de Melancias; apresentou-se e realizou-se uma explanação do provável projeto a ser desenvolvido na comunidade, se estavam de acordo com a pesquisa.

Na ocasião, em uma roda de conversa, conheceu-se um pouco da história da comunidade, firmando parceria com a liderança em fazer apanhado de dados sobre a historiografia dos remanescentes, em comum acordo, presentearam os pesquisadores com um livreto escrito pela professora Auricélia Alves com levantamentos imprescindíveis sobre a fundação do Quilombo Lagoa das Melancias, sendo necessário voltar na comunidade quinze dias depois para receber o livreto e algumas encomendas de artesanato confeccionadas pela Sra. Maria Iranir, mãe da líder da comunidade e presidenta da associação.

Na terceira fase, em janeiro de 2020, retornou-se à comunidade para fazer um levantamento de famílias abaixo da linha de pobreza para serem contempladas com cestas básicas do projeto Fé e Alegria da cidade de Fortaleza em parceria com o projeto Amigos Solidários de Ocara, que tem como presidenta Ana Luiza Castro e vice-presidenta Meiriane da Silva Pinheiro. Em fevereiro, realizou-se uma reunião com a comunidade, em roda de conversa discutiu-se sobre as dificuldades enfrentadas pelos comunitários por falta de políticas públicas que assegurem os direitos fundamentais da localidade quilombola. No

momento, foi distribuído um total de 50 cestas básicas para as famílias detectadas em vulnerabilidade social.

O próximo passo seriam outros momentos com a comunidade para realizar entrevistas e coleta de dados, mas surgiu, no mês de março de 2020 a pandemia causada pela Covid-19, impossibilitando encontros presenciais. Assim, os pesquisadores foram pegos de surpresa em vivenciar o distanciamento social não sendo possível fazer as entrevistas *in loco*. Contando com o apoio da tecnologia, optou-se por algumas entrevistas pelo *WhatsApp*, mas as devolutivas foram insuficientes para a conclusão da pesquisa, visto que o sinal de internet ainda não tem uma boa frequência na comunidade, dificultando as conversas e os encontros on-line.

A quarta etapa compõe a análise final dos dados da pesquisa, foi uma etapa comprometida pelo *lockdown* decretado pelo governo do estado do Ceará, sendo uma necessidade diante da crescente linha de casos da Covid-19, período trágico que tem durado mais de um ano e meio. Fato este que ainda assola o município, o estado, o Brasil e o mundo. Desse modo, durante o confinamento pelo distanciamento social e a ausência de vacinas para imunização, parte da pesquisa aconteceu através dos meios de comunicação no uso do *WhatsApp*, porém sem muito êxito devido à infrequência do sinal de internet.

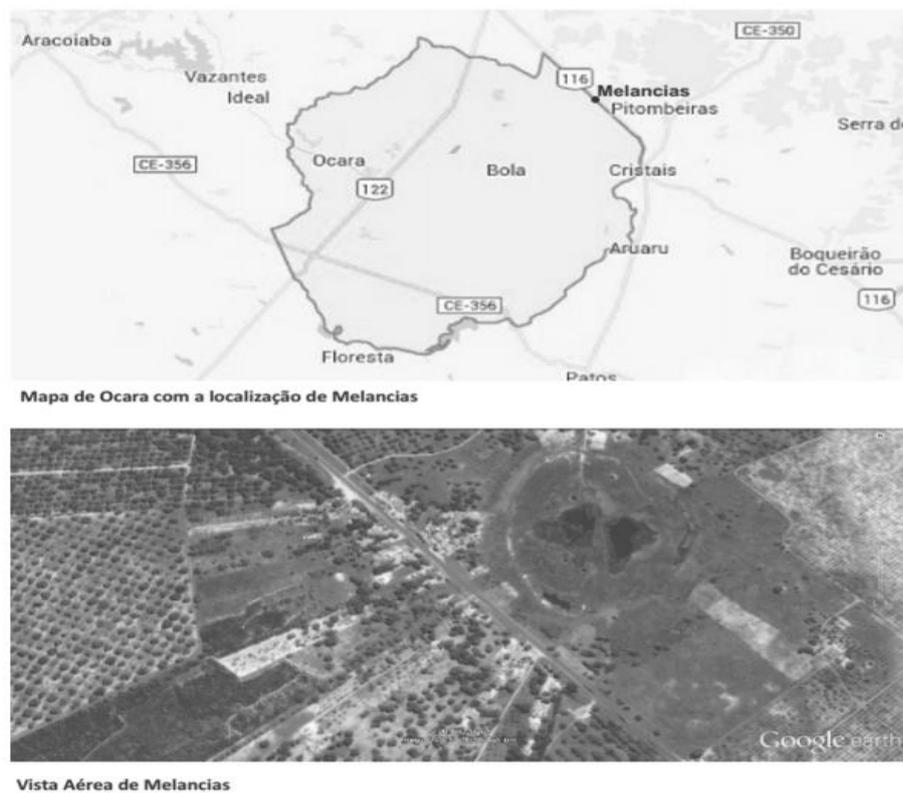
Para compilar os dados da pesquisa e concluir a quinta etapa da dissertação, após a vacinação dos grupos prioritários, foram necessárias algumas visitas *in loco* para a conclusão e a análise das entrevistas realizadas com jovens e idosos/a da comunidade, através de rodas de conversas, entrevistas semiestruturadas, as quais foram dialogadas, transcritas e apresentadas através de gráficos que podem ser observados a seguir nos resultados e na discussão da pesquisa.

3.1 Descrição do Locus da Pesquisa

Na comunidade em pesquisa, denominada Lagoa das Melancias, estima-se uma área de 1.500 hectares de terra que limita-se ao Norte, com o município de Chorozinho; ao sul, com Morada Nova; a leste, com Aracoiaba; e a oeste, com o município de Cascavel. Composta por um pequeno povoado de idosos, jovens e crianças, é um local arborizado, com construções de casas de alvenaria e taipa, escola municipal (que se encontra desativada), igreja evangélica, área de lazer (de domínio particular), borracharia, recentemente foi construído um pólo de lazer de domínio particular, pequenos comércios funcionando nos alpendres das casas, sendo que os comércios mais elevados ficam distantes da comunidade,

algumas barraquinhas de vendas de produtos da terra (no momento, desativadas), pois a comunidade é dividida pela BR-116, tornando-a bem movimentada. A seguir, apresenta-se o Mapa 3 com a referida localização da comunidade.

Mapa 3 – Localização da comunidade



Fonte: Alves (2015).

O mapa apresentado localiza a comunidade dos remanescentes de quilombolas da Lagoa das Melancias, que vivenciam na pele a dificuldade de residir em uma comunidade limítrofe, realidade complexa desprovida de políticas públicas, pois os quatro municípios devem assistir a comunidade, no entanto, são desassistidos por ambos. Essa falta de assistência dificulta o desenvolvimento e a qualidade de vida dos remanescentes.

Vale ressaltar que a localidade Lagoa das Melancias, situada na estrada de rodagem, como os moradores denominam a BR-116, tem início no quilômetro 81 e se estende até o quilômetro 83. A rodovia federal divide a comunidade quase ao meio. A distância em média até cada localidade da circunvizinhança varia: Chorozinho - 17 Km, Ocara - 26 Km, Cascavel 75 - Km e Morada Nova - 84 Km.

Do lado referente a Ocara, reside a família que lidera e responde legalmente pela comunidade, pois como a comunidade é desprovida de recursos, ainda não tem sede para a

realização das reuniões da comunidade ou mesmo quando precisam tomar decisões para receberem recursos ou fazer planejamentos da associação. Desse modo, as reuniões acontecem sempre na residência do Sr. Antônio e da Sra. Maria Iranir, a artesã matriarca da comunidade. Quem articula e promove as reuniões, nomeada como líder da comunidade, é Josirlândia, filha do casal mencionado anteriormente.

Os moradores de Melancias conhecem, como poucos, o desafio de viver em território limítrofe, dificultando o seu desenvolvimento e a sua permanência na localidade, pois a comunidade não dispõe de unidade de saúde, clube, campo de futebol, cemitério, igreja católica. Assim, as festividades tradicionais de São João e a coroação a Nossa Senhora há muito tempo não se comemoram, visto que os organizadores agora fazem parte de outra religião, sendo o templo construído na comunidade da Igreja Batista Shalom Jerusalém.

A única escola que tem na comunidade, a qual fica do lado do município de Cascavel, foi nucleada, pois o número de alunos não era suficiente para manter o funcionamento da escola, onde crianças e jovens estudavam em séries diversificadas, multisseriada. Dessa forma, as crianças, desde a educação infantil; os adolescentes, do fundamental I e II; e os jovens, do ensino médio, se deslocam, fazendo uso do transporte escolar para outras comunidades de Pitombeira, Cristais, Serragem.

O deslocamento das crianças da educação infantil é sinônimo de resistência por parte das famílias, pois o ônibus não tem um profissional de apoio para conduzir e orientar as crianças, tendo ocasionado alguns acidentes e algumas lesões nas crianças (quando as aulas estavam sendo presenciais, houve momentos de conversa com as famílias na primeira visita na comunidade em 6 de janeiro de 2019). Hoje, a dificuldade está bem mais significativa, visto que o sinal da internet não chega com frequência na comunidade, segundo Josirlândia em mensagens pelo *WhatsApp*.

O atendimento médico da comunidade pelo PSF (Programa saúde da família) acontece bimestralmente na residência do Senhor Antônio Batista, por não ter um local público de referência. Em casos de emergência, as famílias fretam carro particular para se deslocar até o hospital da sede de Ocara, a maioria acha mais acessível ir para Chorozinho ou Pacajus, sendo mais viável conseguir transporte.

A base da economia da comunidade de Melancias é a agricultura de subsistência, produzem milho, feijão, jerimum. Nos quintais produtivos cultivam cebolinha, coentro, plantas medicinais, criam pequenos rebanhos de galinhas, cabras e colhem a castanha do cajueiro gigante uma vez por ano, atividade que integra homens, mulheres, idosos, jovens, adolescentes e crianças. As famílias visam, principalmente, a harmonia do trabalho e a

qualidade de vida, por garantir, a partir da produção conjunta, recurso necessário para complementar a cesta básica e adquirir outros produtos que são necessários, porém não é comum comprar por serem desprovidos de reservas econômicas. A maioria das famílias depende unicamente do Programa Bolsa Família como renda complementar para manter as necessidades básicas em alimentação, saúde e educação.

Na comunidade, encontram-se práticas culturais vivenciadas e disseminadas desde os ancestrais; entre as observadas, é possível citar cinco práticas que são manifestações culturais comuns na comunidade: a agricultura de subsistência, o cultivo das plantas medicinais, a capoeira, o artesanato e a cultura do uso de cabelo rastafári. Esses dados serão compilados através de roda de conversas informais e por meio de pesquisa não diretiva. Alguns dados da pesquisa serão realizados por meio do acesso à tecnologia, em vista da pandemia causada pela Covid-19. Será feito contato através do *WhatsApp*, pois o momento ainda exige distanciamento social, impedindo o contato direto com a comunidade.

Desse modo, entrevistaram-se 10 pessoas, entre jovens e idosos(as), observando a fala de cinco idosos quanto ao uso/participação nas práticas culturais apresentadas, da mesma forma ouviram-se também cinco jovens no que diz respeito às práticas culturais vivenciadas por eles(as), como aparece no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Práticas culturais vivenciadas

PRÁTICAS CULTURAIS	10 ENTREVISTADOS	ROTEIRO DE ENTREVISTA
AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA	Jovem e Idoso/a	A agricultura é a base do desenvolvimento econômico e social. Como são vivenciadas as práticas da agricultura de subsistência na comunidade?
PLANTAS MEDICINAIS	Jovem e Idoso/a	O uso de plantas medicinais é uma prática milenar. A comunidade costuma fazer uso das plantas medicinais? Como?
CAPOEIRA	Jovem e Idoso/a	Qual a importância e o seu sentimento quando vê uma roda de capoeira? O que ela representa para a comunidade?
ARTESANATO	Jovem e Idoso/a	O trabalho artesanal é uma prática cultural bem antiga, como essa atividade é realizada na comunidade? Quem iniciou esse trabalho? Como tem ajudado o grupo de mulheres?
CABELO RASTAFÁRI	Jovem e Idoso/a	Como você percebe o uso do cabelo rastafári na comunidade? Por quem é disseminado?

Fonte: Elaborado pela autora.

Após a realização das entrevistas, os dados foram compilados no sentido de compreender como são vistas as práticas culturais disseminadas na comunidade de Lagoa das

Melancias, tanto pelos(as) idosos(as) quanto pelos jovens. Feito isso, pra finalizar, apresentaram-se os resultados também em forma de gráfico.

3.2 Gêneses: Comunidade Quilombola Lagoa das Melancias

A comunidade ainda não conseguiu datar com exatidão a chegada dos pioneiros, presumindo que os primeiros moradores se instalaram em Melancias acerca de 106 anos, aproximadamente. Conforme depoimento do Sr. Cícero Batista, as terras foram compradas da Sra. Maria Clara⁶, em 1930, por João Batista da Costa, seu avô, conhecido por Batista. Na época, morava num sítio em Cascavel com a esposa Joana Batista e alguns filhos, os quais viviam do plantio, principalmente da roça e da cana de açúcar. Assim, construíram a primeira casa nessa localidade, do lado pertencente a Cascavel. De início, vinham visitar as terras, mas logo fixaram residência em Melancias. Da antiga casa restam apenas as lembranças. O casal, formou uma família de doze filhos, da qual descendem os quilombolas: Benedito, Antônio, João de Deus. Maria, Francisca (conhecida por Santa), Raimundo (Mundoca), José, Francisco, Sebastiana, Pedro e Luís.

A propriedade conquistada era extensa, mas uma parte foi vendida. Cada um dos filhos recebeu uma parte para construir sua moradia e garantir o seu sustento. A terra é o território que conseguiram para se abrigar, fazer plantações, saciar a fome, buscando na natureza o sustento para sobreviver com a família, vivenciando a tradição dos ancestrais; uma herança repassada de geração em geração; o ensinamento primordial era sempre o cultivo da terra, sendo comum encontrar entre eles uma escassez de letramento.

Alguns moradores listam também Benedito Batista da Costa e sua esposa, Maria de Jesus Ferreira da Costa, como uma das primeiras famílias a morar nas terras. Benedito era filho de João Batista e seus oito filhos “nasceram e se criaram” em Melancias. Posteriormente, a vida se encarregou de apresentar os diferentes caminhos e horizontes a serem trilhados. Alguns deles se mudaram para Fortaleza, Messejana e Rio de Janeiro, embora realizem visitas periódicas aos familiares.

As terras que ainda estão sob a posse dos moradores foram certificadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A comunidade é constituída por 29 famílias, com aproximadamente 100 moradores⁷. Existem em média 50 casas do lado de Ocara e umas 70 casas do lado de Cascavel.

⁶ Natural do Amazonas. Faleceu em decorrência de uma queda de rede e foi sepultada em Pitombeiras.

⁷ Dados sistematizados por Lúcia, agente de saúde da região e registrado em um livreto por Alves (2015).

A energia elétrica chegou à comunidade somente em 1997. O sinal do meio de comunicação de telefonia celular e o sinal de internet não chegam com frequência, o que dificulta a conexão dos remanescentes na hora da resolução dos problemas.

Quanto à religiosidade, sua origem é denominada católica. Havia festejos de São João, a Coroação a Nossa Senhora, mas há algum tempo já não fazem estes festejos, pois parte das pessoas são evangélicas e construíram uma Igreja Evangélica Batista Shalom Jerusalém. Não existe Igreja católica, mas uma vez por mês acontece a celebração da Santa Missa na Escola João de Deus, no lado de Cascavel, atualmente desativada.

Sobre a gênese da denominação de Lagoa das Melancias, existe uma explicação bastante plausível. O referido nome surgiu a partir da abundância do fruto de melancias na localidade, mais precisamente nas proximidades da lagoa que há na localidade. Os caçadores, ao procurar áreas de caça, identificaram a plantação e registraram o nome da comunidade por ocasião do fato. Vale ressaltar que a plantação é de origem natural, sem intervenção humana.

3.3 Práticas Culturais Sustentáveis em Lagoa das Melancias

Ao iniciar a pesquisa, buscou-se conhecer a literatura sobre a história dos povos quilombolas no Brasil e apoiar-se na bibliografia local existente no que se refere aos povos afrodescendentes acerca das práticas culturais no município de Ocara.

Após o estudo teórico, visitaram-se os remanescentes de quilombos em Lagoa das Melancias, em Ocara, devidamente autorizados pela comunidade visitada para desenvolver a pesquisa referente às práticas culturais desenvolvidas por esses povos. Foi possível conhecer a comunidade através da observação direta, através de uma roda de conversa informal com os representantes da comunidade.

Em segundo momento, realizou-se uma visita ao Sr. Antônio, à Sra. Maria Iranir, esposa do Sr. Antônio, e à sua filha Josirlândia, presidenta da associação dos moradores quilombolas, os quais presentearam a autora da pesquisa com um livreto escrito pela professora, historiadora e pesquisadora Auricélia Alves, que havia desenvolvido um trabalho de pesquisa para o município de Ocara, a pedido da gestão política da época, no ano de 2011, sobre o princípio histórico da comunidade quilombola.

Em seguida, a pesquisa tomou um novo percurso. Realizaram-se entrevistas através do *WhatsApp*, por não ser possível retornar à comunidade neste momento por ocasião da pandemia causada pela Covid-19. Nesse caso, a tecnologia está sendo imprescindível para possibilitar a conclusão da pesquisa em lócus, enfatizando a seriedade legal da pesquisa de

campo em que “a coleta dos dados não sofreu intervenção por parte dos pesquisadores” (SEVERINO, 2007, p. 122-123).

Durante o desenvolvimento deste trabalho, utilizaram-se como base fundamental informações obtidas em trabalhos publicados sob a forma de livros, revistas, artigos, dissertações, documentos impressos, imagens fotográficas, escrita e dados oficiais publicados na internet, que abordam direta ou indiretamente o tema em análise, bem como a pesquisa de campo, as rodas de conversas, a observação direta das vivências das práticas culturais da referida comunidade, o caderno de bordo, os vídeos e os áudios.

Com as práticas culturais herdadas dos ancestrais, mantendo a tradição na apropriação da identidade cultural quilombola, mesmo diante do confronto da tecnologia globalizada, a comunidade consegue conciliar o avanço da modernidade, enfrentando a cultura efêmera, na resistência com a produção do artesanato e do modo de vida à base da agricultura como fonte sustentável, causando poucos prejuízos ao meio ambiente, sendo a produção de subsistência e não de exploração pelo poder consumista.

Vive-se em um mundo dinamicamente interligado e indissociável dos legados culturais do passado que une o presente, perdendo e ganhando traços e vivências múltiplas que incorporam e massificam o entendimento cultural praticado por diferentes povos, em suas diversas maneiras de ver e sentir o mundo para compreender sua identidade e o sentimento arraigado de cultivar e disseminar práticas culturais diversas. Segundo Peter Burke (1999), em consonância com outros antropólogos e historiadores, isso se deve a uma construção histórica e social definida pela cultura como “um sistema de significados, atitudes e valores compartilhados, e as formas simbólicas (apresentações e artefatos) nas quais eles se expressam ou se incorporam” (BURKE, 1999, p. 21).

Desse modo, a identidade cultural surge do sentimento de “pertencimento” à cultura étnica, racial, e aos diversos legados vivenciados cotidianamente, originando a identidade de um povo visto como deterrados da própria terra, como diz Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (HOLANDA, 1995). Porém, os negros, através de lutas travadas severamente, de sofrimentos e muito sangue derramado, tiveram a coragem e a resistência de enfrentar as amarras do colonizador, superar a repressão e deixar um legado vitorioso de direitos essenciais que são assegurados na contemporaneidade.

Segundo o Decreto 4887/2003, são denominadas comunidades quilombolas os grupos étnico-raciais segundo critérios de autoatribuição, tendo como referência um percurso histórico próprio, baseado em relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra com afinidade à resistência à opressão histórica sofrida. As comunidades

quilombolas estão localizadas em 24 estados do Brasil, em sua maior parte nos estados do Maranhão, da Bahia, do Pará, de Minas Gerais e de Pernambuco, exceto os estados do Acre e Roraima, bem como o Distrito Federal, nos quais não aparecem registros de comunidades remanescentes de povos quilombolas (BRASIL, 2013, p. 14).

Apreciam-se algumas práticas culturais na comunidade em pesquisa, Lagoa das Melancias, respectivamente, como: a agricultura de subsistência, o cultivo das plantas medicinais, a capoeira, o artesanato em tecidos e o uso do cabelo rastafári.

3.3.1 Agricultura: economia de subsistência

Imbuído como práticas culturais sustentáveis, no trabalho desenvolvido na comunidade Lagoa das Melancias abrange-se a agricultura de subsistência, incorporando e caracterizando a identidade de um povo com o trabalho tradicional, heranças ancestrais. Vale ressaltar que a participação dos grupos familiares, homens, mulheres e crianças torna-se envolvente, visto que desempenham papéis de pertencimento ao plantio, favorecendo um conhecimento mútuo, no qual todos são responsáveis pela produção, valorizando o trabalho de cada participante em prol da sustentabilidade. Os índios tinham como fórmula ecológica específica de sobrevivência a base da agricultura (RIBEIRO, 1995).

Atualmente, o termo sustentabilidade pode ser definido como a capacidade do ser humano interagir com o mundo, preservando o meio ambiente para não comprometer os recursos naturais das gerações futuras. Com o meio ambiente degradado, o ser humano abrevia o seu tempo de vida, a economia não se desenvolve, complicando o futuro da humanidade. Para preservar a natureza, é necessário que se faça uma mediação entre o homem e a natureza; antes, o ser humano precisa de empatia e respeito, como parte essencial, o planeta que habita, transforma, mas exige equilíbrio, sendo de fundamental importância os cuidados de preservação com a mãe natureza para que a sustentabilidade flua na humanidade. O desenvolvimento sustentável é o que deve atender às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (VAN BELLEN, 2006).

Desse modo, os grupos geram condições de criar e recriar com exatidão seus próprios produtos, por exemplo, dentro do espaço doméstico normalmente operam a redistribuição e a reciprocidade (MACHADO, 2009), fortalecendo o trabalho e a satisfação de uma produção de excelência mantendo-os sempre em harmonia e fomentando a empatia da comunidade na participação ativa e transformadora.

As práticas na comunidade são voltadas a relação com o rural, principalmente pela agricultura por processos da agroecologia trabalhada de forma intuitiva e menos metodológica, pois a relação tradicional com a terra vem por ancestralidade, parte de suas produções na comunidade possibilita que a plantação seja de forma saudável e acessível para que todos detenham da terra territórios/lugares para o cultivo de sua própria alimentação. Desta forma garantindo a subsistência e o manejo adequado para cultivar os alimentos e a criação de animais para sua própria alimentação mantendo a segurança alimentar da comunidade. (SILVA; MENDANHA; COSTA, 2018, p. 10).

A vivência da agricultura familiar na sociedade local dissemina, ao longo dos anos, o conhecimento das pessoas na valorização da cultura, compreendendo princípios, valores e atitudes relacionados à sustentabilidade, a qual envolve parte da comunidade para participar do processo de produção, visando a economia e a qualidade de vida, uma vez que os produtos basicamente orgânicos são consumidos na própria comunidade, produzindo o básico para a sobrevivência das famílias. “Essa herança técnico-cultural em que se assenta a adaptação ecológica dos brasileiros é essencialmente a mesma de todas as tribos agrícolas da floresta tropical,” onde habitavam os índios de origem tupi (RIBEIRO, 1995, p. 130).

Vale ressaltar que o nome Melancias, o qual a comunidade traz em seu registro, tem referência aos aspectos naturais, encontrados pelos primeiros habitantes da comunidade; uma lagoa situada literalmente no meio do terreno com plantações de melancias, surgida naturalmente, não fora semeada pelo homem, pelo menos não se tem registro destes achados. Assim, entende-se que a própria natureza direcionou o nome da comunidade.

Ao desenvolver a agricultura de subsistência, as comunidades tradicionais e quilombolas atendem à lógica da biodiversidade biológica, cultural, econômica e social, no que se refere à relação homem natureza, respeitando os ciclos econômicos e culturais de cada comunidade e sua produção no atendimento às necessidades humanas e ao meio ambiente. (SILVA; MENDANHA; COSTA, 2018). Quando se incorpora a agricultura às práticas culturais sustentáveis, políticas, sociais e econômicas, denomina-se como agroecologia. Para Lévi- Strauss (2004), a matéria-prima que forma os mitos parte da própria natureza, composta pelos seres vivos, pelas divindades, pelos elementos da natureza, pelas crenças, pelos ritmos e pelas atividades vivenciadas e repassadas para seus pares.

A educação ambiental (EA) visa não somente o presente, mas a perspectiva ampla, com o olhar à proteção e ao uso sustentável de recursos naturais, contando com uma sociedade dinâmica, porém equilibrada, reconhecendo a Educação Formal, a qual envolve os diferentes segmentos da sociedade, pois a agricultura é a base sustentável da humanidade, é a matéria-prima que sustenta todo o processo de industrialização. Assim, todos são responsáveis, além de professores e demais profissionais que buscam desenvoltura com vistas

à Educação Ambiental. Conta-se também com a Educação Informal, envolvendo todos os participantes da comunidade, bem como os grupos focais de mulheres, jovens, crianças, trabalhadores e trabalhadoras. Desse modo, a BNCC apresenta um trabalho sistêmico na escola e na comunidade, das disposições gerais:

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2018, p. 9-10).

É racional saber que todo desenvolvimento humano, comunitário e social, parte da educação como alicerce primordial da cultura que fortalece laços, enobrece a vida de seus participantes por vivenciarem valores, cuidados com a natureza e seus semelhantes, no usufruto da coletividade, da partilha, do respeito e da garantia da sobrevivência. Visivelmente, percebe-se essa rotina dentro da comunidade em estudo quando partilham-se as experiências vivenciadas pelos moradores com as comunidades vizinhas, em grupos de professores e universidades. Para Freire (2013), é impossível viver no mundo sem fazer história, sem ser transformado através dela, sem fazer cultura e sem cultivar a terra. Isto posto, compreende-se que a EA é o

Processo em que se busca despertar a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental, garantindo o acesso à informação em linguagem adequada, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e estimulando o enfrentamento das questões ambientais e sociais. Desenvolve-se num contexto de complexidade, procurando trabalhar não apenas a mudança cultural, mas também a transformação social, assumindo a crise ambiental como uma questão ética e política. (MOUSINHO, 2003, p. 25).

Uma das atividades culturais desenvolvidas pelas famílias de Lagoa das Melancias são os quintais produtivos, disseminado e vivenciado através dos valores, sendo também uma questão de necessidade, uma vez que a localidade fica distante de centros urbanos, de comércios e supermercados. Apesar de a localidade ser dividida pela BR-116, isso não garante acessibilidade ao desenvolvimento econômico da comunidade. Assim, percebe-se que a solidariedade entre esses povos é mais presente e a presença do capitalismo exacerbado é menos fluente, o que diferencia dos centros urbanos e dos bairros das cidades vizinhas que cultivam menos esses valores. “À medida que o capitalismo toma rumo

desenfreado na sociedade, o individualismo se espalha em uma proporção avassaladora, comprometendo as práticas sustentáveis ainda vivenciadas na atualidade” (PINHEIRO; XAVIER; REIS, 2020, p. 135).

No sistema organizacional, a comunidade funciona por meio de associação dos moradores, os quais se reúnem uma vez por mês ou quando houver necessidade para tratar de assuntos de interesse da coletividade, seja para gerar alguns recursos, atendimento da saúde ou outro assunto que seja do interesse da coletividade. Em relato dos moradores, o atendimento do Programa Saúde da Família (PSF), que deveria ser uma vez por mês, no entanto, raramente acontece. Ressalta-se, ainda, que a comunidade é desprovida de posto de saúde, a única escola que existe foi nucleada, e os estudantes são direcionados para os Cristais, distrito de Cascavel ou Serragem, localidade mais próxima da comunidade.

Para Munanga (2005), os direitos sociais não se referem apenas a um pouco de bem-estar e à seguridade econômica, visa, no entanto, o necessário para que os indivíduos tenham uma vida plena, possam usufruir da herança social e da vida de um ser “civilizado”. Essa reflexão de civilização não está em voga diante do poder de dominação, mas a civilização pode viver dignamente com seus direitos e deveres preservados, assegurados e executados no cotidiano da comunidade. Nota-se, diante de tantas lutas, que esses povos que foram vistos secularmente como inferiores, ainda não são assistidos dos direitos fundamentais.

Assim como em outras comunidades do município, em Melancias encontram-se famílias que padecem por falta de estrutura econômica, sendo necessário um olhar de acolhimento e solidariedade. Em visita a estas famílias mais vulneráveis para a distribuição de cestas básicas, com o apoio do projeto Amigos Solidários, ouviu-se o depoimento de integrantes da comunidade, relatando o quanto são desprovidos de recursos e políticas públicas que fortaleçam a economia e o desenvolvimento social dos moradores.

Torna-se perceptível que a comunidade necessita de planejamento e de políticas públicas que favoreçam o fortalecimento de redes de apoio para o desenvolvimento integral das famílias. Durante o período da visita na comunidade, um dos integrantes do Projeto Amigos solidários explicitou a importância do trabalho em redes, pois as parcerias podem integrar e desenvolver o trabalho dos grupos apoiados. Sua fala motivacional orientou as famílias a buscarem ser inclusas em programas do governo federal ou na cooperativa do próprio município para o fornecimento de produtos alimentícios para merenda escolar do município de Ocara, a exemplo de outros assentamentos que já desenvolvem essa atividade no próprio município e no Maciço de Baturité.

Essas famílias “necessitam de apoio para desenvolver o trabalho de sustentabilidade a partir da agricultura de subsistência, no plantio de milho, feijão, jerimum, as hortaliças, sendo complementada a renda pelas habilidades do artesanato, da culinária e da comercialização dos produtos” (PINHEIRO; XAVIER; REIS, 2020, p. 144). A comunidade almeja uma política que possa fortalecer a economia da comunidade, impedindo muitos jovens de deixar suas casas à procura de empregos em cidades de grandes pólos industriais.

As fotos 1 e 2 mostram a calorosa tarde em que a comunidade se reuniu para receber as cestas básicas do Projeto Amigos Solidários, contemplando 50 famílias da referida comunidade que necessitam de recursos adicionais em períodos que não são possíveis realizar as produções por desequilíbrios naturais de escassez. A distribuição de cestas aconteceu em fevereiro de 2020, um pouco antes dos países entrarem em confinamento social em decorrência da Covid-19⁸, a pandemia que ainda hoje assola o planeta. A reunião aconteceu na casa do Sr. Antônio, um dos moradores mais antigos da comunidade, modelo de liderança, sendo a filha presidenta da associação. Atualmente, a comunidade de Melancias não construiu sede da associação, pois, segundo moradores, faltam recursos.

Foto 1 - Reunião do Pro Amigos Solidários na Comunidade Lagoa das Melancias



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Foto 2- Distribuição de cestas básicas na Comunidade Lagoa das Melancias



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

As dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo ao desenvolverem as plantações são gigantescas, pois dependem das condições climáticas naturais para o cultivo, o manuseio e a colheita dos grãos, dos legumes e das hortaliças. A região de Ocara, em suas condições climáticas, situada no semiárido entre serra e sertão do

⁸ [Medicina] Síndrome respiratória aguda e grave que, causada pelo *Novo Coronavírus*, pode levar à morte; febre, tosse seca, cansaço são os sintomas mais comuns dessa doença: perda de paladar ou olfato, erupção cutânea, dificuldade para respirar também podem indicar Covid-19. Vírus que causou a pandemia no mundo nos últimos anos 2020-2021.

Ceará, apresenta duas estações: inverno e verão. O cultivo das plantações acontece durante o inverno, tempo propício para desenvolver o plantio, devido o período chuvoso. No período do verão, os canteiros de verduras como cebolinha, coentro, pimentão e plantas medicinais, exigem mais cuidados, sendo regados cuidadosamente todos os dias para manter as plantas vivas e viçosas.

Segundo dados do IBGE (2010), Ocara chamou-se primitivamente Jurema, denominação que caracteriza certa espécie arbórea e própria de solos empobrecidos, rasos e impermeáveis. Sendo predominante no bioma caatinga, possui clima tropical semiárido, com média de temperaturas elevadas e duas estações caracterizadas por um período chuvoso, com incidência de chuvas irregulares, nos primeiros meses do ano (janeiro a maio), seguido de um período de seca no restante do ano, o que dificulta uma plantação permanente, assim, produzem legumes no primeiro semestre, período invernos para o sustento da família o ano inteiro. A base econômica predominante é a agricultura familiar e a produção da castanha de caju.

Durante a estação verão, os agricultores complementam a renda com a colheita da castanha e do caju, agricultura também de subsistência econômica da comunidade e da região do Maciço de Baturité. Esse período envolve todos os membros das famílias: homens, mulheres, crianças e até mesmo os idosos sentam em torno de uma “ruma” de cajus para descastanhá-los. É uma época de muito trabalho, porém gratificante, pois o período é bem favorável, tempos em que os recursos financeiros ficam mais acessíveis para garantir a alimentação da família, e as economias que sobram da cesta básica são utilizadas para outras demandas; alguns trabalhadores usam parte das economias para cultivar a terra e semear novas plantações quando o inverno chegar novamente.

Nesse período, muitos jovens e até mesmo chefes de famílias, que haviam saído para as cidades de grande porte industrial à procura de trabalho, voltam para fazer a colheita da castanha e do caju. A vida na comunidade é dinâmica, com momentos complexos, no entanto, envolventes. Até mesmo os momentos de conversas nas calçadas ainda existem, fato este que ainda não foram engolidos pela tecnologia e pela era digital. Visto que o sinal da internet ainda não chega com boa qualidade na comunidade, deve ser por esse fator que as rodas de conversas ainda sejam comuns por estes povos.

3.3.2 Plantas medicinais

Desde os primórdios, o uso das plantas medicinais é uma prática comum adotada por diversos grupos e populações. A crença dos mais velhos na cura das enfermidades a partir das plantas, tanto no uso dos chás, quanto na transformação destes em banhos, lambedores, pó cicatrizantes, entre outros derivados, sendo estes conhecimentos transmitidos pelas primeiras civilizações. As plantas são fontes renováveis de grande importância para distintos fins, auxiliando na cura de enfermidade pela vivência terapêutica popular. O domínio em classificar e identificar o uso das plantas naturais, distinguindo as úteis das venenosas e selecionando as plantas propícias à alimentação eram práticas indígenas (RIBEIRO, 1995). As plantas e os extratos vegetais foram os recursos terapêuticos mais utilizados pela população até o século XIX, estudados mais tarde pelos etnobotânicos e disseminados no campo científico.

A sabedoria popular na utilização das plantas medicinais é significativa pelas vivências pessoais, bem como despertam novas pesquisas e informações importantes sobre as plantas, culminando com possíveis estudos farmacológicos e fotoquímicos (BRASILEIRO *et al.*, 2008). Entende-se que as plantas medicinais possuem históricos milenares, sendo a principal forma terapêutica vivenciada desde os Egípcios. Atualmente, os programas nacionais de saúde em alguns estados se utilizam de fontes primárias para disseminar esses conhecimentos, os quais envolvem toda comunidade através das hortas medicinais. Destarte, o conhecimento popular é resguardado (ARNOUS *et al.*, 2005).

Estudos apontam que não somente no Brasil, mas também em outros países em desenvolvimento, a etnobotânica avança por meio da diversidade cultural (em um cenário de conhecimentos e práticas de seus habitantes), destacando a “diversidade biológica, que constitui um patrimônio de imenso valor, incluindo plantas de interesse e potencial de mercado que podem ser possíveis fontes de geração de renda com sustentabilidade ambiental” (OLIVEIRA *et al.*, 2009, p. 591).

Diante do exposto, a diversidade cultural de seus habitantes, com raízes indígenas, africanas e europeias, propicia uma vasta fonte de conhecimentos sobre o uso cotidiano das plantas. Desse modo, a comunidade Lagoa das Melancias, como remanescentes de quilombolas, também utiliza as plantas medicinais para o tratamento e para a prevenção de infecções, gripes entre outras patologias que, com o conhecimento aprendido por meio dos ancestrais, conseguem tratar algumas infecções e enfermidades, sem necessariamente procurar um ambulatório de saúde ou esperar pelo atendimento do Programa Saúde da Família (PSF).

Muitas plantas cultivadas nos quintais das casas, como as árvores robustas encontradas nas matas ou próximo às casas, são vistas como símbolo de proteção, conservação ambiental e cultural da região. Desse modo, apresenta-se a seguir um quadro com as plantas mais comuns, utilizadas na comunidade em pesquisa.

Quadro 2 – Plantas comuns utilizadas na comunidade

Nome popular das plantas medicinais	Nome científico das plantas medicinais	Origem das plantas citadas
Agrião	Nectandra nitidula	Ásia e Europa
	Plectanthis amboinicus (Lour.) Spreng	Ilha de Amboin na Nova Guiné
	Bryophyllum pinnatum	Ainda incerta, mas é cultivada na Amazônia
Boldo	Peumus boldus Mol.	Andes do Sul e Andes Chilenos
Hortelã	Mentha piperita	Europa
Capim Santo	Cymbopogon citratus D.C Stapf	Índia
Malvarisco	Nectandra nitidula	Sri Lanka, sul da Índia
Corama	Dipteryx odorata	Brasil

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

A estreita relação das pessoas com as plantas vem de uma herança milenar, desde os tempos mais remotos da humanidade, quando não se tinham vestígios da medicina científica. Herdaram-se muitas práticas da medicina alternativa dos povos indígenas e africanos que buscavam na natureza a cura do corpo e da alma através das plantas naturais. “Os índios já possuíam habilidades, tanto no reconhecimento de plantas quanto no modo de preparo de extratos, levando em consideração a ritualidade e o respeito por seus ancestrais” (FERREIRA *et al.*, 2020, p. 199).

Com a aproximação das pessoas de diferentes culturas das diversas regiões, muitas plantas também percorriam o país durante essas migrações, sendo utilizadas e disseminadas em inúmeros locais. Fatos este encontrados na comunidade quilombola de Lagoa das Melancias, a cultura do uso das plantas medicinais de diferentes origens, como apresentadas anteriormente.

3.3.3 Capoeira: a arte da ginga

Ao descrever a história das práticas culturais brasileiras, torna-se inegável a imensurável contribuição da cultura africana dissociada e vivenciada na contemporaneidade. Para Granada (2020), o fato de a sociedade brasileira ser vista como escravocrata inicia-se com o tráfico de escravos, vindos das diferentes partes do continente africano, comercializados como se fossem mercadorias. As famílias eram comercializadas para diferentes regiões, cortando os laços afetivos e, assim, tornando os escravos mais dóceis, no pensamento do colonizador. Mesmo assim, os negros, resistentes à cultura dominante, aos maus tratos e às torturas, revoltaram-se e começaram a fugir e se refugiar em locais altos e de difícil acesso para não serem capturados.

“Tornou-se o símbolo da revolta dos escravos e mesmo da negritude brasileira; frequentemente é cantado nas rodas de capoeira”. (GRANADA, 2020, p. 9).

A capoeira nasceu nesse contexto de escravidão. A ideia amplamente difundida nos grupos de capoeira atuais é a de que a prática nasceu nos quilombos e foi utilizada por escravos africanos como uma arma contra a opressão colonial dos portugueses. Contudo, essas ideias são contestadas por historiadores pesquisadores que estudam a capoeira no século XIX. De acordo com Soares (1999), na primeira metade do século XIX, a capoeira estava além de uma forma de resistência escrava, era uma prática urbana, uma forma de identidade grupal e um recurso de afirmação pessoal na luta pela vida. Durante todo o século XIX, a questão da escravidão permaneceu primordial e suscitou posições diferentes por parte das elites da nova nação, na qual os negros eram amplamente mais numerosos do que os brancos. (GRANADA, 2020, p. 9-10).

Na comunidade de Melancias, encontra-se a manifestação cultural da capoeira, incorporando as diferentes gerações. Para Areias (1983), a capoeira é uma herança tipicamente dos africanos no Brasil. Ao buscarem formas de se defender de ataques, sentiram necessidades em diferentes circunstâncias próprias da situação em que aqui se encontravam, no entanto grande parte dos recursos extraídos para sua invenção são de origens culturais africanas. Hoje, a capoeira é vivenciada como prática artística e cultural em diferentes grupos e regiões do Brasil.

A cultura da capoeira foi disseminada pelo professor Ernilton, o qual praticava a ginga com um grupo de crianças e jovens, e que busca incorporar a cultura dos ancestrais, bem como vivenciar a disciplina e o ritual. “A capoeira, dessa forma, é reconhecida como fenômeno cultural urbano, cuja história permeia o passado e o presente” (BRASIL, 2007, p. 12). Em relato, afirma o Professor:

Para mim, capoeira é algo acima das palavras e das pessoas. Desde que conheci se tornou a minha vida, minha fé, algo bem espiritual... Minha profissão, minha escola de vivência, com adultos e crianças todos os dias aprendo. Com as rasteiras banho-me de humildade, com as dores físicas me fortaleço e com as rodas elevo-me espiritualmente e energeticamente. As músicas feitas por outros capoeiristas são a alma desta filosofia de vida que abraçei. Muito Axé pra todos os amantes da nossa arte... Ela representa tudo na minha comunidade o gingado, o molejo, a dança e a musicalidade da arte corporal e o desenvolvimento psicológico dentro da arte. (OLIVEIRA, 2021c, informação verbal).

É perceptível a emoção e a espiritualidade transmitida pelo professor de capoeira na sua fala, visto que o grupo incorpora uma ritualidade imprescindível fortalecida por forças ancestrais, as quais são invocadas durante a roda da dança, unindo música, ritmo, molejo; desenvolvendo a arte, o batuque e o equilíbrio, em uma sintonia que envolve corpo e mente.

Foto 3 - Roda de capoeira da comunidade Melancias



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

A Foto 2 representa um dos momentos de apresentação da roda de capoeira da comunidade em uma festa alusiva ao dia das crianças, momento de interação, participação, disciplina e envolvimento corporal e espiritual, incorporando um sentimento mítico da arte que pulsa e perpassa gerações. A capoeira pode ser vista como um conjunto ritualístico de procedimentos, que discute tanto o combate contra um adversário como a expressão do júbilo corporal, presente em um quadro histórico e mítico da etnia dita negro-brasileira, cujos valores também são de tradição.

Presente na vivência das práticas culturais da ancestralidade, o referido grupo de capoeira pratica a roda de dança, tanto na comunidade Melancias quanto em outras comunidades vizinhas, o qual é convidado a apresentar voluntariamente a arte corporal, ritualística em momentos de festividades culturais. Além da capoeira, existem outras heranças culturais agregadas na comunidade, como o uso do cabelo rastafári, uma prática comum no grupo de mulheres.

3.3.4 A arte de fazer fuxico

Fundamentadas na cultura tradicional quilombola, o trabalho desenvolvido pelas mulheres de Melancias é característica dos povos africanos, herança cultural afrodescendente, precioso e de uma beleza encantadora, que demanda uma política cultural que primordialmente é o eixo central do desenvolvimento que impacta, porém equilibra e promove justiça, igualdade e inclusão social (XAVIER; XAVIER; LOPES, 2014).

A pesquisa desenvolvida e representada nestas escritas visa fortalecer as condições de trabalho artesanal da referida comunidade, uma vez que, com este trabalho desenvolvido, é possível motivar e disseminar a arte da produção das mulheres nas demais regiões da circunvizinhança, garantindo uma maior valorização e contemplação do belo trabalho artesanal desenvolvido pelo grupo de mulheres da comunidade, pois “Tudo o que se aprende de um modo ou de outro faz parte do processo de endoculturação, através do qual um grupo social aos poucos socializa, em sua cultura, os seus membros, como tipos de sujeitos sociais” (BRANDÃO, 2007, p. 25).

Entende-se que o ponto crucial para uma metodologia de projeto sistêmico deve ser o respeito pelo conhecimento tácito desses profissionais, compreendendo que a melhor opção de viabilizar essa troca é através da participação do grupo em todas as etapas emancipatórias, não de forma passiva, mas partindo da premissa de que os próprios artesãos são designers. Desse modo, os grupos terão condições de criar e recriar com exatidão seus próprios produtos. Por exemplo, dentro do espaço doméstico normalmente operam a redistribuição e a reciprocidade (MACHADO, 2009), fortalecendo o grupo de trabalho e a satisfação de uma produção de excelência, mantendo-os sempre em harmonia.

Quanto aos aspectos científicos, esta pesquisa aspira originalidade, metodologia de execução própria a ser cumprida, é colaborativa, comporta teorização peculiar, será revisada, explicada e publicada (TRIPP, 2005, p. 243-266), visando fazer a diferença no cotidiano da comunidade quilombola de Melancias, aguçando a empatia daquelas mulheres que ainda anseiam uma participação ativa e transformadora.

A inserção do artesanato do grupo de mulheres de Melancias, na sociedade local e circunvizinhança, ajudará o conhecimento das pessoas na valorização da cultura, na compreensão de competências, habilidades, princípios, valores e atitudes relacionadas às práticas culturais sustentáveis. Motivando toda a comunidade para participar de doações de materiais recicláveis, aprender e desenvolver trabalhos artesanais, não visando somente a

economia, mas como terapia ocupacional, evitando patologias futuras que são adquiridas por falta de trabalhos terapêuticos, favorecendo mais qualidade de vida.

Convivendo cotidianamente com o conhecimento histórico da construção social e da diversidade cultural existente no presente, perde-se a noção de quantos artefatos foram minuciosamente construídos e desconstruídos ao longo da história da humanidade. Visada em sua acepção original, a palavra artesanato significa um fazer, no conhecimento dos ancestrais, trabalho manual, feito com as mãos. “Dizer que toda prática cultural é necessidade ideológica não quer dizer nada mais senão que toda prática é significativa.” (WILLIANS, 1992, p. 28).

A arte presente na evolução das práticas culturais e na construção do trabalho manufatureiro, que exige a perfeição, portanto uma construção lenta, por ser peculiar ao entrelaçar das ideias, configurando a obtenção do produto final, surge com o processo de industrialização, com a ideologia de sua rapidez, eficácia, praticidade e fácil acessibilidade. Porém,

Isso não significa, no entanto, que o artesanato seja algo do passado, uma sobrevivência que necessariamente esteja fadada à extinção. Uma espécie que, obediente às leis da natureza, irá desaparecer, cedendo espaços a outras formas de produção (sendo a industrial a atual). Se tal parece vir ocorrendo, é resultado de fatores de outra ordem. É decorrência da maneira pela qual os grupos sociais se organizam, do modo como se pensam, das prioridades e hierarquias que constroem para eles mesmos e para os demais, do que elegem como o melhor, o mais bonito, o mais perfeito. (LIMA, 2008, p. 66).

A oponência visível na história da humanidade surge no século XVIII, com a Revolução Industrial Europeia, sendo disseminada e aceita por inúmeros países, inclusive o Brasil, transformando a realidade e o modo de ser da sociedade, proeminente da cultura de dominação, de exploração e do capitalismo exacerbado. Contudo, a arte manufatureira (artesanato) permanece viva como forma de resistência ao oponente.

Portanto, o artesanato é uma maneira de fazer objetos, existente há milênios. Toda a antiguidade foi assim construída e até a Idade Média europeia, essa foi a forma pela qual a humanidade se fez. E porque essa era a única maneira de confeccionar objetos durante esse longo período, quando nos referimos a ele, o termo artesanato não é enfatizado. O termo é mais empregado ao nos referirmos ao período pós-Revolução Industrial, quando o objeto criado pela indústria passa a ser visto em oposição ao *hand made*. (LIMA, 2008, p. 67).

Embora não seja do conhecimento de muitos, o artesanato, ainda hoje, é produzido como forma de subsistência, em alguns casos a única renda para manter a

desenvoltura familiar, ou seja, a sobrevivência. Na comunidade de Melancias, um grupo de mulheres, além de cuidar da casa, dos filhos, do esposo, dos animais domésticos, das pequenas plantações: plantas ornamentais, medicinais, frutíferas, canteiros e hortaliças, desenvolvem o trabalho de artesanato como fonte de renda.

Ainda no que toca aos aspectos materiais da vida, é bom lembrar que muitas técnicas de produção e de confecção de objetos foram trazidas para o Brasil por africanos, que além da sua força de trabalho também nos deram alguns de seus conhecimentos. [...] Os artesãos e especialistas trouxeram não só suas técnicas mas também seus padrões estéticos, presentes nas formas, nas decorações, nas cores das coisas que faziam. [...]. (SOUZA, 2007, p. 135-136).

Com o processo da industrialização, os avanços crescentes de novas tecnologias facilitam e desenvolvem com rapidez diversas produções industriais, os quais tornam os trabalhos manufatureiros menos valorizados. Mesmo assim, diante dos fatos sociais, um pequeno grupo de mulheres desenvolve com maestria o artesanato com pequenos retalhos de tecidos, na confecção de tapetes, colchas entre outras peças que são utilizadas cotidianamente pelas mulheres nos cuidados da limpeza e na ornamentação dos lares.

A prática do artesanato desenvolvido pelas mulheres quilombolas de Melancias é um trabalho reciclável, pois utilizam pedaços de tecidos dos cortes de peças de roupas das fábricas, restos de tecidos em tamanhos pequenos que, ao invés de serem jogados no lixo, são transformados em lindas peças úteis que, além de necessárias, embelezam as casas. O trabalho das mulheres é manual, terapêutico, criativo e de subsistência.

Foto 4 - Toalha artesanal de fuxico



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Na Foto 4, apresenta-se uma toalha de mesa produzida pela Sra. Maria, mulher descendente de quilombolas da comunidade em estudo. Ao observar o trabalho, percebe-se a grandeza da produção do artesanato desenvolvido minunciosamente, a partir de pedaços de tecidos cortados em pequenos diâmetros no formato de circunferência, pontilhados em seu entorno, ponto a ponto, com agulha manual, depois puxa-se a linha e faz-se um franzido, unindo toda a borda do tecido, formando uma espécie de flor, esse produto é conhecido como

fuxico⁹.

Durante a roda de conversa, Sra. Maria não soube informar com precisão quantos fuxicos serão necessários para formar uma toalha de mesa, pois depende do diâmetro de cada superfície, mas afirma que são muitos fuxicos para unir um ao outro e formar uma toalha, um tapete, uma colcha de cama, entre outras peças utilizadas na cozinha para envolver objetos, como: copo do liquidificador, garrafão de água e outros. Sra. Maria expressa a satisfação de trabalhar com o artesanato, apesar de ser um trabalho demorado, pois requer muito tempo para finalizar uma peça. Segundo a artesã, o trabalho exige concentração, atenção, paciência, mas é tão gratificante e prazeroso que dá vontade de apreciar a beleza durante muito tempo e acumular todas as peças, porém é preciso comercializar para que o trabalho possa ser apreciado e valorizado por muita gente.

Diante da negação de valores pela produção do trabalho mecânico em vistas à crescente produção por meio do desenvolvimento industrial, a comunidade resiste à efêmera produção capitalista, preservando a cultura que marca a história e a vida dos ancestrais. No entanto, faz-se necessário que aconteçam políticas públicas que atendam à perspectiva de uma produção sólida e que seja reconhecida para que o artesanato das mulheres de Melancias possa ser propagado em outras comunidades, fortalecendo a cultura da comunidade.

Ao visitar a comunidade de Lagoa das Melancias, percebe-se a alegria das mulheres em apresentar parte do seu trabalho para os visitantes, contando com satisfação o tempo que elas reservam para a produção das peças. Alguns tapetes precisam do auxílio da máquina de costura manual ou elétrica para unir as partes pequenas das peças até formar o tapete. Já as peças feitas com a arte de pedaços de tecidos, costurados a mão, transformados em formato de flor denominada “fuxico”, demandam muito tempo e trabalho. Vale ressaltar que os pedaços de tecidos são cortados em forma de círculo, de medidas iguais, costuradas à mão, franzindo, deixando em formato de flor, em seguida é unida uma peça a outra, formando peças maiores que vão se transformando em toalha de mesa, colcha de cama, tapetes, entre outras peças.

Nesta primeira amostragem, conclui-se que o grupo de mulheres busca fortalecer as práticas sustentáveis dos recursos naturais da comunidade quilombola de Melancias, disseminando os costumes afrodescendentes para o reconhecimento sustentável da comunidade, considerando a valorização da identidade e a diversidade cultural afro-brasileira nas diferentes gerações, através da sustentabilidade econômica e social, promovendo a

⁹ Artesanato manufatureiro, feitos com pedaços de tecidos coloridos em formato de flor.

melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento local. Almejam parcerias de cooperativas e políticas públicas que fortaleçam a sustentabilidade e possam mobilizar para produzir impactos com recursos de forma contínua para desenvolver o trabalho em uma região com poucos investimentos e com a escassez de marketing, apesar de alguns municípios da região dentre as atividades comerciais, o artesanato tem destaque (CEARÁ, 2014, p. 22).

3.3.5 Vivendo a arte do cabelo rastafári

Atualmente, com o progresso da tecnologia, nota-se a massificação e a globalização cada vez mais presentes na sociedade através dos diferentes estilos, gostos, modo de ser e estar que tentam homogeneizar a cultura brasileira, não somente pela cultura vivenciada pelos ancestrais, mas também pelo poder midiático do capitalismo que busca atrair as pessoas ao consumismo e, assim, vivenciar a moda imposta pelo poder que opera e domina a sociedade através do marketing. Em resistência ao poder dominante e opressor, surge o movimento Rastafári “como uma proposta de liberdade e igualdade para o povo negro” (PRESTA, 2015, p. 195).

A cultura Rastafári, com sua gênese milenar no continente africano, emergiu da história etíope com base sólida na Jamaica, teve efervescência na década de 1930 por ocasião da diáspora negra, a priori, pela fusão de práticas culturais de ex-escravos de origem africana, norteadas por interpretações bíblicas do Antigo Testamento, haja vista ideias filosóficas, sociais e políticas, propiciando um estado soberano, conhecido como movimento pan-africanista. Em suma, entende-se “que o Rastafári representa, portanto, um movimento de caráter híbrido, milenar, revolucionário, revivalista e contestatório” (RABELO, 2006 *apud* PRESTA, 2015, p. 195).

Ao conhecer a cultura Rastafári, compreende-se que ela baseia-se na lógica do uso da arte como ativismo, fomentando a alternativa da visão de descaso, egoísmo e isolamento, arraigada pelo comportamento de uma sociedade estabelecida na espetacularização e no consumo. “Ainda mais quando somado às manifestações artísticas e culturais, sempre agindo no sentido de denunciar desigualdades e injustiças opressoras” (PRESTA, 2015, p. 197).

Corroborando com essa prática cultural ancestral, encontra-se na comunidade Melancias a cultura do cabelo rastafári, símbolo da cultura jamaicana, praticada no Brasil, especificamente após a segunda guerra mundial, período em que os grupos e os movimentos negros se tornaram mais resistentes e operantes contra a classe dominante, preconceituosa e racista. Destarte, a partir dos anos 2000, algumas jovens foram morar na capital de Fortaleza,

onde aprenderam o manuseio da arte, reproduziram na comunidade e hoje é bem comum o uso entre jovens e mulheres, sendo essa atividade realizada também por alguns jovens do sexo masculino da produção de cabelos rastafári¹⁰. “A moda rastafári vai crescendo através de um estilo diferente, caracterizado por um cabelo com nós ou torcido que pode ser ajeitado de formas diversas” (TRASFERETTI, 2008, p. 134).

O movimento Rastafári apresenta um complexo programa de articulações sociais e culturais capazes de estruturar uma vivência confrontadora aos sistemas neocoloniais. As estéticas do Rastafári manifestam-se em diversas esferas da arte, influenciando uma diversidade de artistas e ativistas no mundo globalizado. [...] os fluxos de resistência e transgressões estabelecidos pelas práticas e estéticas do movimento Rasta, dada a conjuntura atual de homogeneização de subjetividades, alavancada pela mídia tradicional de massas. O resultante é a ampliação da compreensão dos limites da experiência cultural humana e da vivência afrodescendente, visando um melhor entendimento da riqueza da herança deixada pela diáspora africana. (PRESTA, 2015, p. 191).

Desse modo, a Secretaria da Educação de Ocara, em 2015, desenvolveu nas escolas, projetos e programas de (re)conhecimento e valorização à cultura Étnico-Racial, pautada na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), no inciso IV, artigo 208, que repudia o “preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), na Lei 10.639/2003, revogada pela Lei 11.645/2008, que definem que estados e municípios são “obrigados a incluir as temáticas do negro e do índio em suas agendas de debates.” Assim, foi elaborado um Plano Municipal de Educação, contemplando a década (2015-2025) e elencando desafios e perspectivas da cultura indígena e negra (CAVALCANTE; OLIVEIRA; XAVIER, 2016, p. 60-61).

Foto 5 - cabelo rastafári das mulheres de Melancias



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

¹⁰ Diz-se de, ou movimento místico, político e cultural dos negros da Jamaica e das Antilhas anglófonas. (A música, reggae é manifestação desse (...)). Na comunidade de Melancias, o rastafári é uma manifestação cultural realizada nos cabelos, no uso de tranças ou nós coloridos.

Desse modo, as práticas culturais Rasta fortalecem “suas propostas de resistência nos tempos atuais, fazendo com que o Rastafári apresente-se como um agente de transgressão aos padrões culturais homogêneos, que tentam ser impostos pela indústria cultural”. É comum encontrar jovens mulheres da comunidade de Melancias fazendo o uso do cabelo rastafári em diferentes cores e estilo. Na intenção de disseminarem a cultura nas escolas, foram convidadas a desenvolver oficinas com estudantes do ensino fundamental e médio do município de Ocara, culminando com desfile da cultura negra. Na ocasião, as jovens mulheres da comunidade de Lagoa das Melancias tiveram a oportunidade de apresentar para a sociedade a beleza da sua cultura, “momento de renovação de nossas práticas de ensino” (CLARO, 2012, p. 8).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta sessão, serão conhecidos e compreendidos o sentimento dos remanescentes e as práticas culturais sustentáveis desenvolvidas na comunidade denominada Lagoa das Melancias. Uma comunidade rural de um povo acolhedor e acessível ao diálogo e disponível a tornar suas histórias conhecidas e reconhecidas por todos, inclusive pelo poder público. Percebe-se que foi necessário trilhar um longo caminho de dificuldades, mas também de superação, o que fortalece e enobrece o gosto pela pesquisa, pois, para chegar à conclusão de um trabalho acadêmico, existe um vasto acervo memorável que somente o tempo é capaz de elucidar, como afirma Bosi (1994) em seu livro *Memória e Sociedade, lembrança de velhos*.

Foram inúmeras turbulências que surgiram durante o percurso desta pesquisa, as quais poderiam induzir ao desânimo, porém nada impediu o desejo de tornar essa pesquisa possível de ser realizada, além da pandemia causada pela Covid-19. Foram várias perdas de familiares durante o processo desta pesquisa, sendo uma delas a separação irreparável daquele ser insubstituível na vida, aquele que ensinou a autora deste trabalho a suportar as dores do mundo, a seguir sempre de cabeça erguida; aquele que a ensinou as primeiras letras, despertando a mente e os olhos ao mundo da leitura e da escrita, aquele que se tornou o seu primeiro mestre, o seu pai.

Diante desse sentimento, também surgia um pensamento em realizar o seu desejo de se tornar uma mestra, tudo isso foi incentivo para trilhar o mundo acadêmico com entusiasmo, pois esse desejo de estudar e vencer na vida também foi um desejo de seu pai, porém a vida não o oportunizou visualizar esse sonho que se torna possível. Essa luz que a acompanha, concedeu-lhe forças para permanecer firme na caminhada e, assim, alcançar o objetivo desejado. Segundo Chizzotti (2003), após a segunda guerra mundial, as pesquisas desvinculam-se da teoria positivista, voltando-se para “questões delimitadas, locais, apreendendo os sujeitos no ambiente natural em que vivem, nas suas interações interpessoais e sociais, os quais urdem os significados e constroem a realidade” (CHIZZOTTI, 2003, p. 228-229).

Destarte, para chegar ao desenvolvimento e à conclusão desta dissertação de mestrado se faz necessário o conhecimento do percurso educacional envolvido desde o princípio histórico e cultural sequenciado pelo aprimoramento do conhecimento formal, essencial na compreensão da nossa identidade, para então se inteirar do ser em sociedade como sujeito que interage, constrói e transforma a comunidade em que vive. Deste modo, a pesquisa é uma prática válida e necessária na construção solidária da vida social

(CHIZZOTTI, 2003, p. 232).

Conhecer a cultura dos ancestrais é um tema que sempre despertou curiosidade nesta autora, pois compreender a identidade é uma questão de afinidade com o meio em que está inserida, envolta por sentimentos de valor imensurável presentes na cultura dos ancestrais. Na graduação em História, desta autora, ela começou o seu trabalho de pesquisa sobre o Patrimônio histórico cultural de Ocara, com ênfase na gênese educacional. Desse modo, apresentou vários trabalhos e publicações em congressos, capítulo de livros, homenagens honrosas à primeira professora de Ocara.

Nesse percurso de apresentações e publicações de artigos, a autora, desafiada pelo professor da época da graduação a escrever um projeto para concorrer ao mestrado da UNILAB, apesar de ser seu sonho fazer mestrado, pensava ser quase impossível, pois entrar em uma pós-graduação *Stricto Sensu* não é tarefa fácil. Porém, movida pelos desafios, escreveu o projeto sobre Práticas Culturais Sustentáveis na Comunidade Quilombola de Melancias em Ocara, o qual foi aprovado, e iniciou o Mestrado em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis-MASTS.

O mestrado, hoje, possibilita ver um imenso horizonte. O conhecimento aos poucos vai inquietando e transformando as ações. O indivíduo se desconhece, depois se reconhece, se vê como um novo ser, na verdade nunca mais é o mesmo, tanto na vida pessoal, como acadêmica e profissional, pois como professora, é necessário o conhecimento global, interdisciplinar, transdisciplinar, para então, ser realmente formadores de opinião. O importante é que o conhecimento torna o indivíduo uma pessoa mais experiente, mais crítica, reflexiva, com mais liberdade de expressão, de decisão, destemido a seguir nas pesquisas em diferentes contextos, visto que o MASTS viabiliza uma viagem no mundo do conhecimento, oportunizando o conhecimento e a convivência com pessoas em suas diferentes culturas, como afirma Chizzotti (2003, p. 230): “uma mixagem de estilística textual.”

Desse modo, segundo Chizzotti (2003, p. 230), a partir da pesquisa qualitativa, “reconhecem que a experiência humana não pode ser confinada aos métodos nomotéticos de analisá-la e descrevê-la”; as leis, mas vivenciadas e disseminadas, buscando sempre ser resistente à cultura do opressor, a exemplo dos ancestrais índios e negros.

Mergulhada nessa dinâmica temporal de conteúdos diversos, de aprendizagens mútuas e construção do conhecimento profícuo em que o MASTS induz a vivenciar, tudo isto transforma a pessoa em um novo ser, conduzindo-a a um novo olhar na valorização das práticas culturais disseminadas em comunidade tradicional, porém não reconhecida pela sociedade em esfera global. Com esta pesquisa, busca-se reconhecer e documentar, através

deste trabalho de dissertação, o imensurável valor que as práticas culturais dos ancestrais representam na construção da identidade, através da memória oral e da historiográfica.

O retorno à comunidade de Lagoa das Melancias aconteceu no dia 5 de setembro de 2021, após ter tomado a segunda dose da vacina contra a Covid-19, por segurança desta autora e da comunidade, para não correrem o risco de contaminação causada pelo novo corona vírus. Os remanescentes também estavam imunizados, pois foram contemplados no primeiro lote da campanha de imunização da vacina por estarem no grupo prioritário. Desse modo, foi viável fazer a entrevista *in loco* como previsto no projeto de pesquisa.

Sempre que a pesquisadora visita a comunidade, procura logo o ponto de apoio do local, que é a casa da família da líder da comunidade Josirlândia, filha do Sr. Antônio e da Sra. Maria Iranir; primeiros habitantes da comunidade, os quais fazem uma excelente receptividade aos visitantes. Acolheram com enorme satisfação a pesquisa, mostrando disposição para colaborar com o que for viável para que este trabalho seja concretizado.

Na última visita, ao chegar na comunidade às 9 horas e 30 minutos da manhã, a pesquisadora não encontrou o Sr. Antônio sentado no alpendre como de costume, ouviu apenas uma música de forró bem animado no interior da casa. Dirigiu-se até o portão no alpendre da casa, todo fechado com grades de ferro; durante as visitas anteriores, o alpendre era todo aberto, livre, por isso ela estranhou a mudança, chamou, mas não foi atendida no momento. Caminhou até o lado da casa, onde tem um pequeno comércio, contudo o portão também estava no cadeado, mas o Sr. da casa atendia uma criança nesse momento pelas pequenas aberturas do portão, ela o cumprimentou, fez uma apresentação do seu trabalho na comunidade e pediu que, se possível, ele a concedesse uma entrevista. Ele falou que era irmão do Sr. Antônio, descendente de quilombola, mas não gostava de falar para documentários e foi chamar sua esposa para conversar com a pesquisadora. Foram muito bem recebidos, a pesquisadora, seu filho e a namorada, os quais a acompanhavam para apoio na hora dos registros. Sra. Célia se apresentou, a pesquisadora também fez uma breve apresentação do seu trabalho na comunidade; ela reconheceu a pesquisadora e começaram uma conversa bem afinada, a qual ela permitiu ser gravada.

Foto 6 – Sr. Luiz atende pela grade



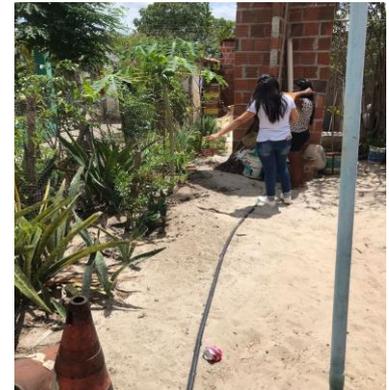
Fonte: Arquivo da pesquisadora

Foto 7 – Entrevista com a Sra. Célia



Fonte: Arquivo da pesquisadora

Foto 8 – Célia apresenta as plantas medicinais



Fonte: Arquivo da pesquisadora

Durante o diálogo com Célia, entendeu-se que o seu esposo, Luiz Batista, é irmão do Sr. Antônio, esposo da Sra. Maria Iranir, que é irmã de Célia, assim são dois irmãos casados com duas irmãs, casos bem comuns nas famílias dos ancestrais; essa familiaridade confirma que a comunidade é formada pela união de duas famílias, basicamente. Ao se unir, formaram famílias bem numerosas e formaram uma comunidade de famílias bem próximas. Para conhecer melhor a comunidade, segue parte da fala da Sra. Maria Célia Oliveira da Costa, 60 anos; relato da historiografia da vida na comunidade desde os seus ancestrais, os costumes e a cultura vivenciada pelos idosos e pelos jovens de Melancias.

Nasci na beira da praia de Cascavel, vi embora pra cá com minha mãe, morei sempre na comunidade, nunca me mudei daqui, me casei e criei dez filhos todos aqui. Conheci meu marido que é descendente de quilombola, eu não sei falar muito dos descendentes de quilombolas não. Não conheci os avós dele, conheci o pai dele, a mãe dele, mas a gente tem informação que eles sempre falavam a história do trabalho deles, trabalhavam de carroça botando mandioca para as casas de farinha, não tinha essa estrada aqui, no tempo dos avós dele, era estrada carroçal, iam para Cascavel de burro. Eu ainda cheguei a conhecer o meu avô, ele sempre fazia essas viagens de burro daqui para Cascavel, passava a noite viajando, de manhã chegavam lá, era assim: só viajavam mais a noite. A educação aqui pra nós é muito difícil para os nossos filhos estudarem o colégio é fechado faz tempo, o ônibus leva as crianças e já aconteceu acidente até com gente da nossa família com uma criança que hoje vive inutilizada porque voou, levou uma pancada muito grande que ofendeu a barriga, fez uma bola de sangue e teve que ficar no hospital. Agora está mais difícil do que antigamente. Tive dez filhos e criei todos aqui, moram mais eu 3, aqui perto de mim, tenho netos de 3 anos, 4 anos, os outros filhos e filhas moram em Fortaleza, nem todas são casadas, vivem lá só por viver porque tem o trabalho, mora com as outras irmãs lá, outros moram lá e tem casa e mora lá também, tem casados que mora lá também. Lá vive 4 mulher e 2 homens. O artesanato tem um pouco, tem pessoas que sabem fazer, no momento estão parados [...]. A Maria continua fazendo os tapetes de retalho e fuxico, mais esses dias ela tá parada porque caiu uma queda e tá com a mão bem inchada, mais ela continua fazendo as coisinhas dela. O artesanato aqui é bem difícil de vender. Aqui tinha um grupo de capoeira que vinha de Cascavel, agora tá tudo parado, o Ernilton é um rapazinho que é muito interessado nessas coisas gosta de da aula de capoeira e quando ele tava dando aula as crianças participavam. Tem igreja, católica ainda não tem, mais a dos crentes já

fizeram duas uma do lado de cá e uma lá do outro lado. Eu gosto de ter as minhas plantas medicinais, eu tenho hortelã, eu tenho courama, eu tenho boldo, eu tenho vique, tenho o mastruz. Eu tenho minhas plantas medicinais, sempre tenho, não deixo morrer não, passo o tempo todo lutando para elas não ficarem feia porque quando chega essa época elas ficam feiazinha assim, mais quando bate a chuva elas se renovam. Tenho canteiro de cebola e coento, agora tô só com a cebola porque agora é muito quente, fico só aguando. Aqui as meninas usam muito o cabelo rastafári, as minhas sobrinhas, filhas da minha irmã, quase todas usam o cabelo rastafári, as minhas sobrinhas usam, as minhas meninas não usam não, mais aqui as meninas mesmo fazem elas botam umas nas outras, acho que elas fizeram curso lá em Fortaleza. Muita gente aqui usa, eu que não entendo muito, nunca usei. Aqui tem a igreja Batista, mas eu sou católica, de vez em quando eu vou na igreja que tem aqui, as missas que ficaram mais difícil depois da pandemia os padres vir aqui. Custa muito mais tem médico que vem de Ocara pra cá, mais do lado de Cascavel tem um posto e vem médico também, eles atendem tanto o lado de lá, quanto o lado de cá, do mesmo jeito quando eles vem pra cá, ficam na casa da minha irmã e atende todos. Estudei o Mova Brasil e sei assinar o nome. Aqui as casas cada um construiu a sua de pouquinho em pouquinho, temos uma casa grande mais não foi construída de uma vez, de vez em quando fazia um pouquinho, quando podia comprava um milheiro de tijolos e ia construindo. Sou agricultora, a gente planta milho, feijão, macaxeira, roça para dá comida aos bichos, a gente cria galinhas, porco, coisa pouca, mais o povo aqui criam outros animais de criação. Para não ficar somente do aposento esperar só o dinheiro do mês a gente vende uns bombozinhos, banana, umas coisinhas pouca. Participamos da associação, tem os associados, tem as carteirinhas e quando tem reunião a gente participa, a Josiane é quem toma de conta. Agora na comunidade tem um clube de lazer da filha da minha irmã, lá tem piscina, vende uma comidinha, tem música. Ela construiu para ajudar a comunidade, os trabalhadores foram da própria comunidade, assim que ela abriu chegou à pandemia, ela teve que fechar e agora está abrindo novamente. Aqui não temos muita ajuda dos governantes não, durante o tempo de pandemia recebemos umas duas vezes cesta básica que chegou do lado de Ocara, fica aqui no quartinho da minha irmã, depois a Josiane junta as pessoas da comunidade e distribui. (COSTA, 2021d, informação verbal).

O relato apresentado é o resultado da primeira entrevista realizada naquela manhã de domingo com Maria Célia, uma mulher acolhedora, simpática, agricultora aposentada, batalhadora que dedicou sua vida para cuidar da família, com estudo parco; ela aproveita a oportunidade para aprender a ler e escrever através do Movimento de Alfabetização Mova Brasil¹¹, um ensino que chega até as comunidades rurais como política pública, com o objetivo de erradicar o analfabetismo, uma educação para jovens e adultos baseada na metodologia de ensino do excepcional educador Paulo Freire. Célia fala com brilho no olhar da satisfação de ter aprendido um pouco a ler, escrever e assinar o nome. Explica com detalhes as dificuldades enfrentadas para cuidar e educar os filhos com colégio distante, falta

¹¹ Inspirado no Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), criado por Paulo Freire, o Projeto MOVA-Brasil tem como finalidades a inclusão social e a garantia do direito humano à educação, a redução do analfabetismo no Brasil, a geração de trabalho e renda e, com isso, a contribuição para a construção de políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). A ação pedagógica se desenvolve com base na Leitura do Mundo do(a) educando(a), que busca mapear as situações significativas do contexto em que estão inseridos. Desse processo, surgem os Temas Geradores que orientam a escolha dos conteúdos. Para garantir a qualidade social do Programa, realiza-se uma formação inicial e formações continuadas dos educadores(as) e coordenadores(as) ao longo do ano. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/programas-e-projetos/projeto-mova-brasil>. Acesso em: 4 nov. 2021.

de assistências políticas e sociais, como meio de subsistência somente a agricultura familiar. A própria casa foi construída aos poucos; a cada ano, após a colheita das castanhas de caju (economia de subsistência da região), construíam uma parte da casa, até poderem acomodar todos os filhos e filhas que iam crescendo e necessitando de mais espaço (antes de finalizar a agradável conversa, a qual era interrompida de vez em quando pelas filhas, pois domingo é dia de juntar a família para o almoço familiar).

Porém nada impediu de Célia levar o grupo até o quintal e apresentar as plantas medicinais que fazem parte da cultura da comunidade, que já vem desde os antepassados em cuidar da própria saúde com os chás, o mel, entre outras formas de utilização das ervas para o alívio das dores e dos males crônicos ou que surgem repentinamente, os quais são curados com o poder das ervas. Assim acredita Célia, pois só vai ao posto de saúde quando surge uma necessidade que deve ser tratada pelos médicos, a qual as plantas sozinhas, com o seu conhecimento, não conseguem resolver, deixando claro que a assistência médica é outra dificuldade enfrentada pela comunidade (quando estava finalizando a conversa com Célia, para deixá-la tranquila para os afazeres da casa, para o preparo do almoço de domingo com a família, já nos agradecimentos pela disponibilidade, pela atenção e pelo carinho em conceder um pouco do seu tempo para conversar sobre sua trajetória de vida na comunidade e a cultura vivenciada, uma herança cultural que vem sendo disseminada em gerações).

Neste momento, entra no alpendre da casa um jovem bem simpático, forte e prestativo que a Sra. Célia apresenta e fala que é seu filho, ele pergunta sobre a pesquisa; o momento se torna propício ao diálogo, então pergunta-se sobre a disponibilidade do jovem para falar um pouco sobre sua vivência na comunidade, e ele falou que veio comprar o macarrão para fazer o almoço, porém não lhe custaria muito tempo falar sobre sua trajetória de vida, aceitando que a conversa fosse gravada e registrada.

Durante a conversa com Alexandro Oliveira da Costa, 32 anos, casado, agricultor, apicultor, mecânico, com ensino fundamental completo. Ele falou da importância de ser quilombola, mesmo diante das dificuldades enfrentadas para sobreviver e permanecer no seu território. Quando concluiu o ensino fundamental, teve que sair para Fortaleza a procura de trabalho, visto que somente a agricultura não dava condições para um jovem cheio de sonhos se manter sem uma renda fixa. Ao chegar à cidade de Fortaleza, conseguiu trabalhar e posteriormente montar sua própria oficina, morou um tempo na capital, mas na esperança de conseguir recursos e voltar para a comunidade de origem.

No momento, ele está trabalhando com apicultura na comunidade de Melancias, montou também uma oficina, mas ainda, trabalha na colheita do caju e da castanha, indo a

Fortaleza sempre que necessário para resolver demandas de trabalhos. É admirador do trabalho que o professor Ernilton realiza na comunidade com o grupo de capoeira, porém nunca despertou o interesse pela roda de capoeira, talvez pelo fato de ter saído muito jovem para trabalhar fora da sua terra natal. Alexandre relata que: “o trabalho com apicultura é uma terapia, aprendi a lidar com as abelhas com meu tio que também mora na comunidade”. (COSTA, 2021e, informação verbal).

Foto 9 – Entrevista com o jovem Alexandre



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Saindo da entrevista com Alexandre, do pátio da casa, avista-se o Sr. Antônio no portão do alpendre. A autora aproximou-se, retirou a máscara para ele a reconhecer, logo que a reconheceu, acolheu o seu grupo com aquela alegria que somente ele sabe transbordar para fazer todos sentirem-se bem. Abriu o cadeado do portão e sentou com a autora em um banco de madeira fixado no pátio da casa debaixo de umas árvores (ninho) que fica de frente com a porta de entrada. Com lágrimas nos olhos, começou a contar sobre os tempos difíceis causados pela pandemia da Covid-19, visto que perdeu um parente próximo que morava em Pacajus: “não pude nem visitar, nem sepultar dignamente por conta da doença que é contagiosa. Ficar distante das pessoas queridas é muito difícil”, acrescenta Sr. Antônio.

Relatou o fato de ter colocado grade na casa inteira, pois, em certa noite, ainda cedo, parou um carro no pátio da casa; pensou que fossem pessoas conhecidas, porém, rapidamente, sua casa foi invadida por homens armados que colocaram revólver na sua cabeça e da sua esposa Maria Iranir. Pediram que ficassem calados para não morrer e levaram em torno de 10.000,00 reais entre dinheiro, eletrodomésticos, outros aparelhos eletrônicos; levaram até as bebidas do seu pequeno comércio.

Em sua fala, foi possível sentir a emoção do Sr. Antônio quando revelou que

nunca havia passado por um momento tão difícil como naquela noite, “sentir uma arma na cabeça, ver outra na cabeça da esposa, ver homens carregando as coisas de dentro de casa; uma televisão grande que a mulher ainda está pagando, levaram, a gente ver tudo isso e não poder fazer nada, é muito difícil! Agora vivemos trancados, até as coisinhas que a gente vende é pelas grades do portão, não temos mais segurança”. (COSTA, 2021a, informação verbal).

Foto 10 – Conversa com o Sr. Antônio



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Continuou-se a conversa sobre a importância do conhecimento, de saber ler e escrever. Sr. Antônio falou com tristeza por não ter tido a oportunidade de aprender a escrever o próprio nome; na sua época, precisava trabalhar muito para sobreviver e estudar; não era tão acessível quanto hoje. Ressaltou que aprendeu um pouco através do projeto Mova Brasil, quando a comunidade foi contemplada. Esse sistema de ensino ajudou muitas pessoas a saírem do analfabetismo, porém foi pouco tempo, contudo era uma festa todas as noites, animava muito a comunidade. No momento, os trabalhos realizados em Melancias estão quase parados devido os cuidados para não aglomerar, não se realizou mais reuniões da associação, não teve mais apresentação do grupo de capoeira, Maria Iranir tem feito poucas peças de artesanato de fuxico e os tapetes de retalhos. Ao invés do artesanato ela está costurando peças de roupas feminina, se movimentando para ver se melhora.

Nesse diálogo, Sr. Antônio rememorou a história da sua infância na cidade de Cascavel, vivia no meio do canavial, cortando cana de açúcar para os engenhos, fazia plantação de mandioca para manter as casas de farinha sempre funcionando; o transporte que possuíam na época, tanto para transportar os produtos, quanto para passeio era de tração animal. Na década de 30, construíram as primeiras casas na localidade denominada Lagoa das

Melancias, onde o Sr. Antônio casou-se e construiu sua família de onze filhos. O zelo pela natureza, pela agricultura de subsistência acompanha o líder cotidianamente. Aos 64 anos, ainda trabalha na roça, planta cana, roça, colhe caju, castanhas e tem uma pequena criação de porcos.

Ainda no calor do prazeroso diálogo, Maria Iranir apareceu com aquele sorriso no rosto e um olhar acolhedor, convidou o grupo para entrar e sentar no alpendre; em seguida, Sr. Antônio foi até a cozinha e trouxe um delicioso caldo de cana feito por suas mãos, de uma plantação de cana que ele mesmo cultivava na lagoa, onde foi denominada a comunidade de Lagoa das Melancias. Comprovando o sentimento de pertencimento da cultura dos ancestrais, trouxe consigo o desejo de manter viva a tradição do trabalho no canavial. Após servir o caldo de cana, convidou o grupo para ver sua engenhoca instalada no quintal; em seguida, levou o grupo até sua plantação de canas na Lagoa, que fica em frente à sua casa no outro lado da BR-116, lado da comunidade pertencente à cidade de Cascavel. “O vínculo com outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o ancião a alegria e uma ocasião de mostrar sua competência” (BOSI, 1998, p. 84). Veja as fotografias, a seguir.

Foto 11 - Sr. Antônio serve caldo de cana



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Foto 12 – Sr. Antônio faz o caldo de cana



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Foto 13 – Sr. Antônio faz o corte da cana



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

É perceptível a alegria do Sr. Antônio em servir o produto da cana feito pelas suas mãos, externando o prazer de rememorar sua juventude, quando viveu no meio do canavial. Torna-se evidente a satisfação explícita no rosto deste agricultor em colher da terra o próprio alimento, explicando passo a passo o seu trabalho. Na Foto 11, observa-se a exposição de peças de roupas feminina, parte do trabalho da Sra. Maria Iranir, esposa do Sr. Antônio, artesã dos tapetes e colchas de fuxico. Nesse período de pandemia, ela começou a confeccionar também peças de roupas femininas, aprimorando sua criatividade no corte e na costura.

O casal recordou quando os filhos eram crianças; cuidar de 11 filhos, 9 meninas e

2 meninos, foi um desafio, para que não faltasse o alimento todos os dias. Como sempre, a comunidade é desprovida de atendimento à saúde frequentemente (na época nem havia Programa Saúde da Família-PSF); distante de hospitais, postos de saúde, cuidavam dos filhos quando ficavam doentes à base dos conhecimentos tradicionais, com chás, mel, cozimentos (para banho e inalação), levava para as curandeiras rezar de quebranto, vento caído, na própria comunidade. Eles se lembram com saudades da última curandeira da comunidade que veio a óbito neste período de pandemia, sem poder ter um sepultamento digno.

No que se refere à educação, enfrentaram dilemas, pois na comunidade não havia colégio, sendo as crianças conduzidas à escola mais próxima em outra comunidade. A comunidade conseguiu a construção de uma escola, do lado que pertence ao município de Cascavel, porém, por motivo de a comunidade ser formada por um pequeno número de famílias, com poucas crianças para estudar, em pouco mais de uma década, a escola foi nucleada e permanece fechada, sendo necessário o deslocamento de crianças, adolescentes e jovens novamente para estudar em outro município, fato histórico similar se repetindo.

Assim, em busca de melhores condições de vida, parte dos(as) filhos(as) do Sr. Antônio e da Sra. Maria Iranir saiu da comunidade para a grande metrópole Fortaleza. Uma das filhas mora na Itália, almejando estudo, trabalho e estabilidade financeira, com o objetivo de um dia voltar e poder se manter na própria comunidade. Houve a oportunidade de entrevistar a jovem Josiana, que foi embora para Fortaleza; ela conseguiu juntar alguns recursos e voltou para investir na comunidade. Ela construiu um pólo de lazer que, além de animar os comunitários e os visitantes, ainda, gera emprego e renda na localidade.

Foto 14 – Josiana, jovem quilombola precursora do rastafári em Melancias



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Josiana relata que é empresária, porém se considera agricultora de coração, pois é da terra que retira a base da sobrevivência. Faz uso do cabelo rastafári por achar bonito e se sentir arrumada o tempo todo, pois o cabelo enrolado não ajuda muito na praticidade,

confessa que ama sua cor negra, tem orgulho de ser uma mulher quilombola, de ter aprendido os valores dos ancestrais e acredita no poder das plantas medicinais e das divindades presente na dança do grupo de capoeira. Foi uma das precursoras e disseminadoras do uso do cabelo rastafári em Melancias (COSTA, 2021a, informação verbal).

A jovem Tays Carneiro, de 18 anos de idade, com o ensino médio completo, faz parte das vivências culturais disseminadas na comunidade no uso do cabelo rastafári, do conhecimento e do uso das plantas medicinais cultivadas no quintal da sua casa, bem como da agricultura de subsistência como base para o entendimento do:

legado deixado pelos nossos familiares mais velhos como tradição fundamental para saber de onde vem os nossos valores, nunca sai da comunidade, no entanto acho que falta apoio por parte das políticas públicas para que as práticas culturais se desenvolvam na comunidade, assim, falta incentivo para os jovens permanecer e manter viva nossa história. (CARNEIRO, 2021).

Tays não gravou diálogo, não aceitou ser fotografada, autorizou documentar sua pesquisa impressa, sem uso da iconografia, vivenciando as práticas culturais na comunidade quilombola vinda de uma herança dos ancestrais, a qual foi fortemente praticada até menos de uma década, quando o meio de comunicação digital era distante da comunidade.

Segundo Geciliane Costa, filha de quilombola, apesar de ser acometida por uma deficiência rara, vivencia as práticas culturais, como: a agricultura de subsistência, o uso e o cultivo das plantas medicinais, o uso do cabelo rastafári e o convívio com as tradições do curandeirismo, da roda de capoeira. Ser uma mulher remanescente representa “minha identificação de pertencimento a comunidade quilombola, vivenciar nossa identidade de luta e resistência de preservação da cultura dos nossos ancestrais” (OLIVEIRA, 2021a, informação verbal). Geciliana é casada, tem bacharelado em gastronomia, é vice-presidenta da associação da comunidade de Melancias. Aos 26 anos de idade, está grávida do primeiro filho, vencendo o preconceito de ser mãe, apesar da deficiência.

Foto 15 - Geciliane, vice líder da associação dos moradores de Melancias



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Após uma manhã de conversa com os povos remanescentes de Quilombo em Lagoa das Melancias, finalizou-se parte das entrevistas naquela tarde de domingo por volta das 14 horas e 20 minutos, entregando a alguns entrevistados da comunidade, aqueles que estão acompanhando a pesquisa desde o início, demonstrando disponibilidade para colaborar com os dados e os documentos que legalizam a comunidade como quilombola, que conhecem a historiografia dos remanescentes por serem filhos e netos dos primeiros habitantes desta terra, como forma de agradecimentos, plantas: peperômia planta ornamental e boldo planta medicinal, como símbolo dos cuidados que os remanescentes têm para com a natureza e a preservação da vida saudável.

Para o conhecimento da comunidade que a pesquisa é documentada e disseminada para o mundo através da escrita e da publicação em artigos de livros e revistas, os pesquisadores levaram um livro publicado pelo grupo de pesquisa e mestrados em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis-Masts, com orientação e organização do Professor Dr. Antônio Roberto Xavier, como resultado da disciplina Delineamento de projetos, na qual escreveu-se sobre os projetos de pesquisa. Este livro intitulado como Sociobiodiversidade, Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade/Experiências, Limites e Possibilidades, no artigo Qualidade de Vida e Sustentabilidade: Projeto Amigos Solidários em Ocara, Ceará, Brasil, contemplando parte da terceira visita na comunidade de Melancias com uma palestra de incentivo para a busca de recursos e políticas públicas para a comunidade e para a distribuição de cestas básicas para as famílias em condições de vulnerabilidade. Com esse gesto de solidariedade do projeto amigos solidários, atenderam-se 50 famílias que residem na comunidade de Melancias, tanto do lado do Município de Ocara,

quanto de Cascavel. Esse livro foi um presente para as lideranças da comunidade para o entendimento da veracidade da pesquisa.

Foto 16 – Entrega das plantas e livro ao casal Sr. Antônio e Sra. Maria Iranir



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Foto 17 – Entrega do livro ao Professor de capoeira



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Como se observa nas fotos descritas acima, encerrou-se mais um dia de pesquisa com a entrega dos livros e das mudas de plantas. A saída de Melancias realizou-se com data prevista para outra visita, visto que a líder principal, Josirlândia, presidenta da associação, responsável pelos registros e pelos documentos da comunidade, a qual responde legalmente pelos remanescentes, não se encontra aos domingos na comunidade. Segundo os familiares e os demais entrevistados, Josirlândia é batalhadora pelas causas sociais dos remanescentes, bem como pela própria sobrevivência e da família. Além de trabalhar na agricultura, confecciona peças íntimas e vende na feira em Pacajus, forma de complementar a renda familiar. Desse modo, para consolidar a pesquisa, fica prevista uma próxima visita que será agendada por telefone através do *WhatsApp*.

A comunicação com a comunidade acontece por meio de mensagens pelo *WhatsApp*; após enviado o recado, logo que aparece sinal de internet, Josirlândia visualiza e responde, dificilmente é possível falar com a líder através de ligação direta, assim, ao visualizar a última mensagem, enviada após a penúltima visita, ela agendou o horário da tarde do dia 16 de outubro para um momento de conversa sobre alguns dados que eram necessários para consolidar a dissertação, assinatura do termo de consentimento da realização da pesquisa *in loco* para a submissão do projeto no Comitê de Ética, bem como ouvi-la sobre o sentimento de ser quilombola e a importância das práticas culturais vivenciadas na comunidade.

Atendendo o agendamento, a pesquisadora e o seu grupo chegaram à comunidade por volta das 15:00 horas, na tarde do dia 16 de outubro do corrente ano. A autora e o seu

esposo foram acolhidos pelo Sr. Antônio, que os direcionou à entrada para chegar à casa de Josirlândia, sua filha. Na estrada caminhada até chegar à casa da líder da comunidade, foi prazeroso contemplar a paisagem natural e acolhedora pelo cantar dos pássaros, pelos canteiros de verduras nos quintais, pelas plantas medicinais, pelas plantações de mamoeiros, pelas bananeiras, pelos cajueiros com bastante cajus, pelos canteiros feitos com reciclagem de garrafas PET; viu-se até pavão no quintal das casas. Segundo Josirlândia, essa estrada dá acesso a uma reserva de árvores nativas gigantescas que será preservada, onde estão projetando um parque natural.

Neste percurso, percebem-se diferentes construções, casas simples com cerca, fechando os quintais; casas de taipas sendo substituídas por casa de alvenaria, bem como casa moderna com muro bem alto. Pode-se observar nas fotos, a seguir.

Percurso até chegar à casa da líder da comunidade, Jorsirlândia:

Foto 18 – Cerca dos quintais



Foto 19 – Quintais produtivos



Foto 20 – Canteiros com PET

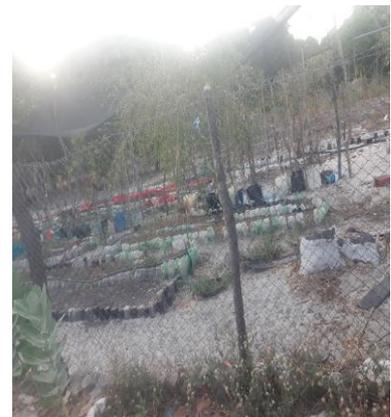


Foto 21-Casa de taipa x alvenaria



Foto 22 – Criação de pavão



Foto 23 – Casa moderna



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Chegando à residência de Josirlândia, cercada pelo verde das plantas, repleta de

tranquilidade natural, o grupo foi bem recepcionado pela líder da comunidade, que fala com alegria da satisfação de ser quilombola e morar em um lugar que respira o ar puro da natureza, pois a localização da sua casa se distancia da BR-116. Em sua fala, ressalta que não gosta da agitação da cidade grande, quando vai visitar as irmãs em Fortaleza ou Pacajus, sente-se sufocada, preferindo passeios breves e voltar o mais rápido possível para sua casa.

Foto 24 – Josirlândia, líder da comunidade de Melancias, na colheita de castanha e do caju no quintal



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Foto 25 – Assinatura do termo de consentimento da pesquisa



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Ao responder a entrevista através de texto escrito, Josirlândia (COSTA, 2021j, informação verbal) afirma:

Participo das práticas culturais da comunidade desde os oito anos de idade, em uma cultura que vem passando de geração em geração, desde as práticas que visa o financeiro através da agricultura, quanto o rastafári, entretenimento e beleza. Porém a participação dos jovens da comunidade é muito voltada para o esporte. Apesar de sermos pouco assistidos pelas políticas públicas, tentamos preservar a nossa identidade quilombola com as práticas culturais do artesanato, capoeira, plantas medicinais, visando sempre a sustentabilidade e a preservação da natureza através de uma área de reserva de plantas nativas.

Apesar de jovem, Josirlândia é bem comprometida com as causas sociais da comunidade, tem muito zelo e cuidado com toda a parte documental. Foi notória, durante as entrevistas, a confiança que os remanescentes têm em relação ao trabalho realizado pela líder. Sr. Antônio sempre liderou os trabalhos na comunidade, porém, por não ser alfabetizado, encontrou dificuldades em organizar a parte documental exigida pela Fundação Palmares quando a comunidade foi reconhecida como quilombola. Considerando que eram muitas assinaturas para fazer, sendo necessários leitura e escrita de documentos, ele pediu à filha para

ajudá-lo e, a partir de então, ela passou a liderar legalmente a comunidade quilombola com enorme satisfação, visando sempre o bem comum.

Naquela tarde, ao cair da noite, a última entrevistada foi Maria do Carmo, agricultora aposentada, de 59 anos, porém já exerceu outras profissões, inclusive foi professora na comunidade através do projeto Mova Brasil, apenas com o sétimo ano, pois na época não exigia formação acadêmica, bastava ser alfabetizada e ter algum grau de escolaridade. Falou das vivências culturais de Melancias, enfatizando a hereditariedade da agricultura de subsistência e a abundância que a lagoa das Melancias trouxe para os remanescentes. Enfatizou que seu pai foi um dos primeiros moradores quilombolas da comunidade de Melancias, sua mãe, ainda lúcida, aos 93 anos, é uma mulher guerreira, agricultora, sempre presente nos afazeres da agricultura de subsistência; nos trabalhos com mandioca, ela tinha uma casa de farinha e cevava mandioca para fazer as farinhadas. Sua avó era uma artesã, fazia trança, chapéu de palha e cesto.

Eu me considero uma quilombola com muito orgulho, buscando sempre conservar a cultura dos nossos antepassados. Faço uso do cabelo rastafári, gosto das tranças e me sinto bem com elas assim como quase toda a minha família faz uso também do rastafári. Cultivo e faço uso das plantas medicinais, bem como chás de ervas que servem de calmante, faço umas gororobas¹² verde para beber, quase não uso remédio da farmácia. (COSTA, 2021a, informação verbal).

Foto 26 – Maria do Carmo e sua mãe - Maria



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

¹² Expressão utilizada pela remanescente Maria do Carmo para descrever o suco verde com misturas de plantas medicinais e frutas. Palavra de origem Tupi Guarani. Segundo dicionário etimológico online, “é uma gíria para comida horrível”. Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br>. Acesso em: 11 nov. 2021.

Durante a entrevista, Maria do Carmo explicita que a comunidade, apesar de ser dividida entre vários municípios, é mais assistida pelos municípios de Ocara e Cascavel, mas quando se fala de comunidade não tem divisão, apenas na assistência das políticas públicas, quando surgem. Antigamente, havia certo preconceito na comunidade por pensar que ser quilombola era caracterizado simplesmente pela cor da pele, com o passar do tempo entendeu-se que ser quilombola é uma tradição cultural, por crenças, costumes, de luta e resistência. “Pensar como negro significa se auto valorizar, ter respeito e conhecimento de sua herança ancestral afro” (FERREIRA, 2020, p. 48).

Foto 27 – Lagoa das Melancias



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Atualmente, a Lagoa, a qual denominou o nome da comunidade quilombola “Lagoa das Melancias”, pela abundância de melancias encontradas, hoje, está assim, como aparece na Foto 27, nível baixo de água, com poucas plantações de cana, roça e melancias no entorno. Pertence ao Sr. Antônio, pois as terras foram divididas e cada família cuida da sua parte. Sr. Antônio dividiu sua parte para os filhos, e cada um dos onze filhos tem uma área para construir sua casa e um quintal para trabalhar.

A imagem a seguir é uma placa fixada na parede do alpendre da casa do Sr. Antônio, identificação do INCRA, designando comunidade com terras asseguradas por projeto de assentamento, sendo este um documento de identificação que caracteriza os remanescentes como povos quilombolas, os quais têm o pertencimento a estas terras.

Foto 28 – Projeto de Assentamento (PA)



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Segundo dados da agente de saúde Maria Lúcia, a qual atende a comunidade de Lagoa das Melancias do lado pertencente à Ocara, ela acompanha 48 famílias em visitas domiciliares no incentivo aos cuidados com a saúde na prevenção de doenças que podem ser adquiridas pelos hábitos incorretos de higienização, cuidados com a água que utilizam cotidianamente, uso correto de medicamentos de uso contínuo (idosos e pessoas com comorbidades), divulgação do calendário dos atendimentos clínicos, odontológicos, campanhas de vacinação, cuidados com a primeira infância, controle do peso, combate a obesidade, acompanhamento às gestantes e aos idosos. A agente de saúde desenvolve um trabalho significativo na comunidade de Melancias, fazendo parte da história dos remanescentes no que diz respeito aos cuidados com a saúde. Quando referia-se a dados na comunidade, eles direcionavam de imediato “consulta a agente de saúde”, pois ela tem os dados precisos.

Ao finalizar as entrevistas com dez pessoas (10) da comunidade de Melancias, cinco (5) jovens e cinco (5) idosos (as), foi notório o envolvimento dos membros da comunidade no uso e no cultivo da agricultura de subsistência e das plantas medicinais, sendo perceptível que essas práticas culturais foram bem disseminadas pelos ancestrais, deixando a marca de pertencimento em todas as fases da vida nas diferentes gerações.

Apresentam-se no quadro a seguir as pessoas entrevistadas, a faixa etária e as práticas culturais disseminadas.

Quadro 3 – Dados dos entrevistados

Nome dos entrevistados/as	Idade	Prática cultural disseminada
Maria Célia O. da Costa	60 anos	Agricultura e plantas medicinais.
Alexsandro Oliveira da Costa	32 anos	Agricultura, plantas medicinais e Capoeira.
Antônio Batista da Costa	74 anos	Agricultura e plantas medicinais.
Maria Iranir de A. da Costa	66 anos	Agricultura, plantas medicinais e Artesanato.
Josiana de Almeida Costa	31 anos	Agricultura, plantas medicinais e cabelo rastafári.
Tays de Almeida Carneiro	18 anos	Agricultura, plantas medicinais e cabelo rastafári.
Geciliane Costa de Oliveira	26 anos	Agricultura, plantas medicinais e cabelo rastafári.
Josirlândia de Almeida da Costa	26 anos	Agricultura, plantas medicinais, rastafári, artesanato.
Maria de Oliveira	93 anos	Agricultura e plantas medicinais
Maria do Carmo Oliveira	59 anos	Agricultura, plantas medicinais, capoeira e cabelo rastafári.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Para a realização da pesquisa, foram escolhidas, como critérios de inclusão, pessoas maiores de 18 anos (cinco jovens e cinco idosos[as]), pessoas moradoras da comunidade de Melancias, que tenham conhecimentos das práticas culturais da comunidade e que disseminem algumas dessas práticas culturais em pesquisa. Como critério de exclusão, descartaram-se pessoas recém-chegadas na comunidade que não representem a história dos ancestrais descendentes de quilombolas e que não tenham conhecimentos sobre as práticas culturais desenvolvidas na comunidade, bem como pessoas menores de 18 anos de idade.

Como é possível observar no gráfico apresentado a seguir, a agricultura de subsistência se tornou uma prática primordial para o fortalecimento da vida na comunidade, com a participação assídua de 100% dos jovens e idosos(as), os quais praticam essa cultura.

O cultivo e o uso das plantas medicinais entre as diferentes gerações são bem significativos e louváveis na comunidade, nos cuidados com a preservação da vida. Entre os jovens entrevistados foi unânime o uso e o cultivo com 100% de participação dos jovens no cultivo e no uso das plantas medicinais, igualando-se à participação dos idosos(as) também de 100%, pois é uma tradição peculiar aos mais velhos.

Quanto à roda de capoeira, percebeu-se que, apesar de ser uma prática cultural também vivenciada pelos ancestrais quilombolas, não foi do conhecimento dos primeiros remanescentes da comunidade de Melancias, visto que recentemente essa prática está sendo disseminada entre as crianças e os adolescentes da comunidade, através do jovem capoeirista Ernilton Oliveira, que aprendeu através de vivências na cidade de Cascavel.

Apesar de jovens e idosos da comunidade conhecerem e valorizarem a prática da roda de capoeira, ainda não se tem o sentimento de pertencimento dessa prática, pois não se envolvem diretamente, apenas fazem parte da plateia quando acontecem as apresentações. Durante as rodas de conversas e entrevistas, enfatizaram o distanciamento social causado pela Covid-19 como fator primordial para a desmotivação do grupo. Sem dúvidas, será uma prática cultural bem envolvente da futura geração de Melancias. Assim, a participação dos jovens entrevistados é de 20%, enquanto os idosos foram de 0% de participação.

O artesanato praticado pelos primórdios da comunidade representa o trabalho renovável do uso de palhas das carnaubeiras¹³ na confecção de tranças para a produção de chapéus, bolsas, esteiras, entre outras peças. Durante a pesquisa, também foi lembrado o

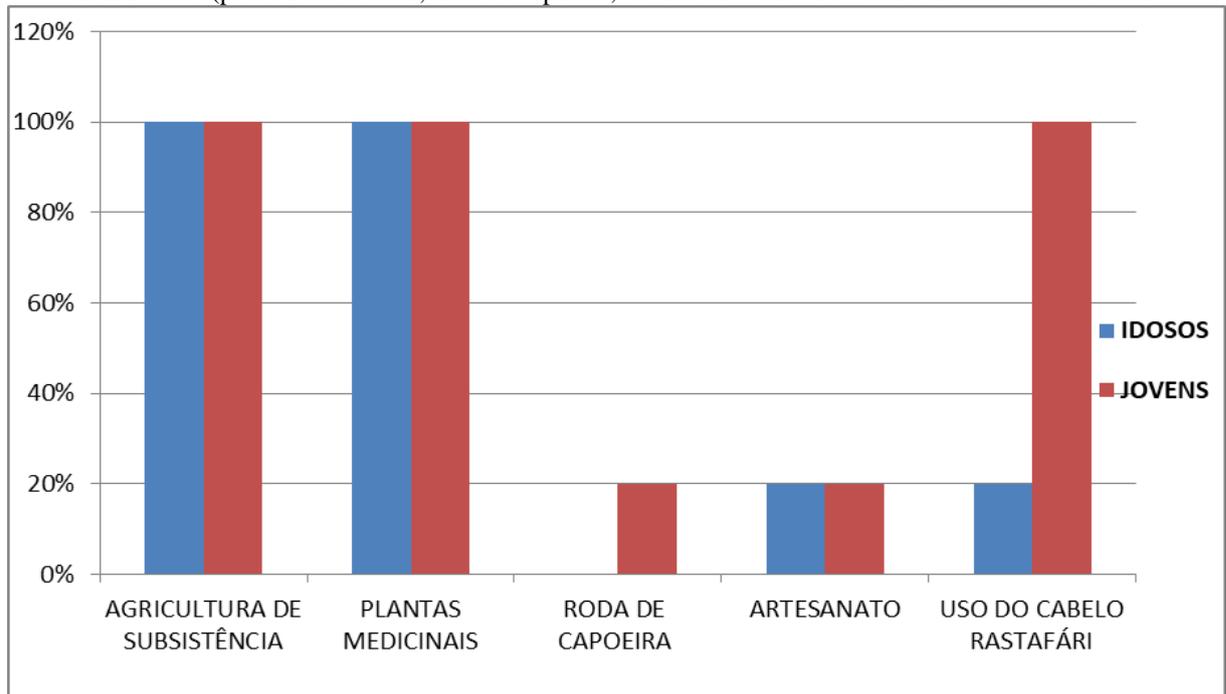
¹³ [Botânica] Planta da família das Palmeiras (*Copernicia cerifera*), frequentemente encontrada nos solos aluviais da costa do Ceará e Pernambuco, e cuja importância econômica reside na cera que se recolhe da superfície de suas folhas, chamada cera de carnaúba. Tem raiz comestível e das folhas obtém-se também uma fibra útil. Dicio, Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/carnaubeira/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

trabalho minucioso das mulheres rendeiras. Josirlândia recorda da sua avó fazendo renda, porém nenhuma mulher da comunidade ou familiar continuou essas artes, mas despertaram para a arte do trabalho com restos de tecidos na confecção de tapetes, toalhas, entre outras peças feitas com fuxico. No entanto, essa arte ainda não foi muito disseminada na comunidade, ela acontece com um grupo bem reduzido entre jovens e idosas. Das jovens entrevistadas, apenas 20% realizam trabalho com artesanato de tecidos, sendo similar ao grupo de idosas que somam também 20% de participação com a arte.

No entanto, o uso do cabelo rastafári, apesar de não ser uma prática dos ancestrais da comunidade, está sendo disseminado na comunidade na última década pelas jovens que aprenderam na cidade de Fortaleza quando saíram da comunidade à procura de trabalho e melhores condições de vida. Como descendentes de quilombolas, uma característica bem comum entre elas é o cabelo bem encaracolado. Segundo Josiana (COSTA, 2021a, informação verbal), o que a despertou ao uso do rastafári foi “a praticidade de estar com o cabelo sempre arrumado”. Desse modo, tornou-se comum a prática do uso do rastafári entre jovens e idosas, porém mais usado pelas jovens. 100% das entrevistadas fazem uso do rastafári e apenas 20% das idosas fazem uso do rastafári. Como observa-se no gráfico, a seguir, a cor vermelha representa os jovens e a cor azul representa os(as) idosos(as) para o entendimento do uso de cada prática cultural.

Desse modo, torna-se visível que as práticas culturais fortemente vivenciadas na comunidade de Lagoa das Melancias são a prática da agricultura de subsistência, que torna a comunidade sustentável, e o cultivo e o uso das plantas medicinais encontradas nos quintais das casas de todas as famílias pesquisadas.

Gráfico 1 - Porcentagem de jovens e idosos que utilizam ou já utilizaram as práticas culturais da agricultura de subsistência (plantas medicinais, roda de capoeira, artesanato e uso do cabelo rastafári em Melancias



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Destarte,

Negar este espaço como território de um povo é uma forma de não reconhecer as sociedades africanas como modelos civilizatórios que contêm uma economia possível de sobrevivência e também de desconsiderar as relações autônomas de sustentabilidade, e de impor um modelo externo de exploração da natureza como única via possível (ALVES & CARVALHO, 2008). Os territórios negros são essenciais para a identidade, a preservação da cultura e a resistência do povo negro ao longo da história e são peças-chaves para a elaboração das políticas públicas em âmbito nacional. (BRASIL, 2016, p. 15)

É inegável o sentimento de pertencimento dos remanescentes quilombolas de Melancias com o uso da terra, a aproximação da natureza na luta pela sobrevivência. Uma ação visível da identidade cultural dos primórdios da humanidade que percebe a natureza como fonte de vida; essa identidade foi incorporada pela comunidade quilombola de Lagoa das Melancias como prática natural, sendo visível como as políticas públicas não chegam à mesma proporção em todas as comunidades, de modo peculiar aos povos que vêm de uma cultura de exploração, negação, exclusão social, reminiscência do passado presente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de pesquisa, torna-se visível que, desde o período da colonização, os nativos (índios) e os negros foram submetidos aos processos de dominação do colonizador com a imposição à cultura majoritária de desvalorização de suas identidades e culturas, cuja ação foi subjugar e marginalizar os povos menos favorecidos, como os nativos e os negros. Tal processo de dominação política e cultural ocasionou prejuízos, os quais a sociedade brasileira está longe de reparar. No entanto, somente a partir de mobilizações sociais, tornaram-se viáveis políticas que resultaram em prerrogativas legais que se consolidaram, principalmente pela Constituição de 1988 (BRASIL, 1988); e em 2003, pela Lei 10.639/2003, revogada em 2008 pela Lei 11.645, concedente aos povos nativos e aos negros a vislumbrar um futuro mais promissor para a atual e para as futuras gerações através da garantia de alguns direitos. De modo peculiar, os direitos fundamentais, inclusive pela Lei das Diretrizes e Base-LDB de 1996, e a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo escolar. Bem como o reconhecimento do dia da Celebração da Consciência Negra em 2011, mostrando que os povos negros são protagonistas da própria história de libertação. Entretanto, essa valorização cultural e a construção de identidades negras na conjuntura social ainda se distanciam da realidade desses povos que almejam melhores condições de vida e de trabalho.

A ancestralidade dos sujeitos da pesquisa e os seus contextos históricos/cultural e sociais são a base para a compreensão da realidade social vivida, formada por cada ser na perspectiva de compreender as práticas realizadas cotidianamente. Dessa forma, essa compreensão, por sua vez, constitui um caráter temporal à comunidade, viabilizando novas necessidades e práticas que emergem em diferentes contextos. Desse modo, torna-se possível compreender que os espaços da comunidade Melancias influenciam nas práticas cotidianas dos sujeitos e tais práticas influenciam na formação dos sujeitos históricos diante das diferentes dinâmicas encontradas, sendo possível perceber pontos que interferem nas práticas culturais realizadas por cada sujeito no que diz respeito ao contexto histórico arraigado de preconceito e exclusão; as inovações tecnológicas e os recursos digitais influenciam na disseminação das práticas culturais, mesmo diante de resistência; a influência do capitalismo atinge o modo de pensar e agir dos remanescentes; a ausência de uma educação pautada no currículo próprio que repasse as práticas culturais e a vivência da cultura quilombola para a atual e para a futura geração e os valores da ancestralidade para a valorização da identidade.

Serem reconhecidos como quilombolas, não foi fácil, contudo, é necessário fortalecer a articulação, como associação, buscando junto às autoridades governamentais que contemplem a comunidade com políticas públicas, assegurando às famílias o desenvolvimento local, na garantia da educação formal, de cooperativa que fomente o desempenho das mulheres na confecção e na comercialização dos artesanatos. Projetos que possam angariar recursos para a manutenção e para prática do grupo de capoeira, recursos destinado à agricultura familiar, entre outras ações que podem se tornar práticas culturais da comunidade de Melancias.

O legado da cultura africana fora disseminado com base nas heranças dos nativos, presente na historiografia do povo brasileiro de forma imprescindível, uma história envolvente, com marcas de resistências nos diversos cenários presentes no arcabouço cultural, porém essas práticas culturais vivem imbuídas na inviabilidade, fato bem intencional a nível nacional, estadual e municipal. As práticas culturais vivenciadas pela comunidade quilombola, o trabalho artesanal sustentável das mulheres, o desempenho de articulação sob a liderança de uma mulher, representante da associação. A mesma, junto ao grupo mais próximo, garantiu o reconhecimento governamental do território e a conquista de alguns direitos pertinentes aos quilombolas. Mesmo com a escassez de recursos destinados à comunidade de Melancias, com muito esforço, conseguiu o direito legítimo ao título de território de remanescentes de quilombo, sendo reconhecidos por lei como comunidade tradicional.

As práticas culturais devem permanecer presentes na estrutura organizacional da comunidade, propiciando o sentimento de pertencimento em todas as gerações, seguindo sempre a cultura dos remanescentes de quilombolas; mesmo na atualidade, não perder a essência da identidade, da formação da etnia. A vivência cultural na comunidade de Melancias se assemelha à de outros quilombos de origem africana: agricultura de subsistência, costumes peculiares cotidianos, roda de capoeira, costume do cabelo em forma de tranças, uso de medicamentos naturais, trabalhos artesanais, como a confecção dos tapetes de retalhos e em forma de fuxico, peças bem coloridas, traços fortemente visíveis da descendência africana, características de comunidade que se organiza para a sustentabilidade.

Contudo, a pesquisa desenvolvida na comunidade deve cultivar e fortalecer a oralidade, as histórias relacionadas a fatos que remetem aos tempos da escravidão, dos refúgios, sobretudo à força obtida em conquistar seu território de fato e de direito como luta e resistência, não se deixar ser dominado pelo oponente, preservando sempre suas origens. Com o reconhecimento da cultura africana na formação da cultura brasileira, espera-se que as

políticas públicas assegurem, de fato e de direito, a liberdade dos povos remanescentes expressarem as práticas culturais sem preconceito e exclusão. Sabe-se que ainda há muitos grilhões para serem superados, porém, acredita-se na força das lutas cotidianas, nas escritas das publicações e nas práticas educacionais mediadas hoje no chão da sala de aula, com professores comprometidos com uma educação de qualidade; que o preconceito, a violação às diferenças, a discriminação social sejam abolidas e que reine a inclusão, a liberdade de expressão, a vivência de valores e das práticas culturais sustentáveis.

Com estas escritas, espera-se que a comunidade continue firme na busca dos direitos para garantir o desenvolvimento sustentável na preservação e na manutenção dos bens naturais, de modo a manter o equilíbrio pertinente na relação do homem e da natureza para que vivam em harmonia, trazendo bem-estar e qualidade de vida, tanto para a sociedade presente, quanto para as futuras gerações.

Em suma, espera-se que, com esta pesquisa, seja possível avançar nas discussões, e as escritas cheguem ao conhecimento do poder público para viabilizar os direitos fundamentais para que a comunidade de Lagoa das Melancias seja contemplada com políticas públicas que fortaleçam a cultura dos remanescentes e torne viável uma vida digna com base na sustentabilidade e na preservação da natureza, possibilitando que os sujeitos sociais ocupem os espaços públicos que a estes devem ser garantidos. Com efeito, as discussões realizadas neste estudo problematizam os interstícios de diferentes conhecimentos das práticas culturais da comunidade quilombola, com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento dos remanescentes, preservando a cultura e a identidade que caracterizam como quilombolas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. **Esboço Histórico de Melancias**. Uma Comunidade Quilombola. Ocara, CE: [S.n.], 2015.
- AREIAS, A. **O que é capoeira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ARRUTI, J. M. Políticas públicas para quilombos: terra, saúde e educação. *In*: PAULA, M.; HERINGER, R. (Org.). **Caminhos convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2009.
- ARNOUS, A. H.; SANTOS, A. S.; BEINNER, R. P. C. Plantas Medicinais de uso caseiro - Conhecimento popular e interesse por cultivo comunitário. **Revista Espaço para a Saúde**, Londrina, v. 6, n. 2, p. 1-6, jun. 2005. Disponível em: www.ccs.uel.br/espacoparasaude. Acesso em: 10 mar. 2021.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOSI, E. **Memórias e Sociedade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998. 484 p.
- BRASIL. **Guia de Políticas Públicas para comunidades quilombolas**. Brasília, DF: Programa Brasil Quilombola, 2013. Disponível em: www.seppir.gov.br. Acesso em: 8 jan. 2021.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro. **Certidão de Autodefinição**. Processo nº 01420.003633/2010-7. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.
- BRASIL. **Dossiê/ Inventário para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil**. Brasília, DF: IPHAN, 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie%C3%AA_capoeira.pdf. Acesso em: 3 abr. 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/22890196/O_que_%C3%A9_Educa%C3%A7%C3%A3o_Carlos_Rodrigues_Brand%C3%A3o. Acesso em: 20 dez. 2021.
- BRASILEIRO, B. G. *et al.* Plantas medicinais utilizadas pela população atendida no “Programa de Saúde da Família”, Governador Valadares, MG, Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, [S.l.], v. 44, n. 4, out./dez. 2008.
- BURKE, P. **Cultura Popular na Idade Moderna-Europa 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CARNEIRO, T. A. **[Entrevista concedida à Meiriane da Silva Pinheiro]**. Lagoa das Melancias, Ocara, CE, 2021. Mp3 (30 min.).

CAVALCANTE, A. C. L.; OLIVEIRA, J. C. L.; XAVIER, A. R. Políticas Culturais e Educacionais Indígena e Afro-Brasileira em Ocara - CE. *In*: XAVIER, L. C. V.; CAVALCANTE, A. C. L.; XAVIER, A. R. (Org.). **Políticas Culturais e educacionais étnico-raciais em Ocara-CE: gestão, participação e inclusão**. Fortaleza: Imprece, 2016. 42-68 p.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. Secretaria do Turismo. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável**. Polo Maciço de Baturité. Fortaleza, CE: PRODETUR, 2014. Disponível em: <https://www.setur.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/59/2018/09/PDITS-macico-baturite-tomo-II.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

CEARÁ. Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem. **Diversidade e Inclusão Educacional Educação Escolar Indígena e Quilombola**. Fortaleza, CE: CDEA, 2015. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=Os+quilombos+nol+'Cear%C3%A1&btnG=. Acesso em: 19 abr. 2021.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Portugal, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37416210>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CLARO, R. **Olhar a África: fontes visuais para a sala de aula**. 1. ed. São Paulo: Hedra Educação, 2012.

COSTA, A. B. **[Entrevista concedida à Meiriane da Silva Pinheiro]**. Lagoa das Melancias, Ocara, CE, 2021a. Mp3 (60 min.).

COSTA, A. O. **[Entrevista concedida à Meiriane da Silva Pinheiro]**. Lagoa das Melancias, Ocara, CE, 2021e. Mp3 (45 min.).

COSTA, J. A. **[Entrevista concedida à Meiriane da Silva Pinheiro]**. Lagoa das Melancias, Ocara, CE, 2021a. Mp3 (30 min.).

COSTA, J. A. **[Entrevista concedida à Meiriane da Silva Pinheiro]**. Lagoa das Melancias, Ocara, CE, 2021j. Mp3 (1h 20 min.).

COSTA, M. C. O. **[Entrevista concedida à Meiriane da Silva Pinheiro]**. Lagoa das Melancias, Ocara, CE, 2021d. Mp3 (60 min.).

COSTA, M. C. **[Entrevista concedida à Meiriane da Silva Pinheiro]**. Lagoa das Melancias, Ocara, CE, 2021a. Mp3 (60 min.).

COSTA, M. I. **[Entrevista concedida à Meiriane da Silva Pinheiro]**. Lagoa das Melancias, Ocara, CE, 2021b. Mp3 (1h 30 min.).

DUTRA, N. O. Mangazeiros ou quilombolas: histórias, memórias e identidades dos negros do mangal/barro vermelho (Urubu de Cima- sec. XVIII-XXI-BA). In: SEMINÁRIO DO GRUPO DE PESQUISA, CULTURA, SOCIEDADE E LINGUAGEM (GPCSL/CNPq): OS SERTÕES DA BAHIA. 1., 2011, Caetité. **Anais [...]** Caetité: GPCSL, 2011. Disponível em: <http://www.gruposerto.es.ureb.br/anais-1-seminario/textoscompletos/nivaldo-osvaldodutra.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2013.

FERREIRA, F. G. P. *et al.* Uso de plantas medicinais no Ceará: uma revisão da literatura de 2008 a 2018. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, [S.l.], v. 11, n. 5, p. 198-209, 2020. Disponível: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2020.005.0020>. Acesso em: 15 nov. 2013.

FERREIRA, H. Reflexões de um negro cearense inquieto com o combate ao racismo no Ceará. In: BONFIM, M. A. L.; PAIVA, F. J. O. (Orgs.). **I curso de formação em relações étnico-raciais e combate ao racismo do movimento negro unificado do Ceará (turma Preta Simoa):** saberes construídos na luta antirracista cearense. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 47-87 p.

FERNANDES, V. **A luta pela hegemonia** – uma perspectiva negra. Salvador: Instituto Búzios, 2007.

FIABANI, A. **Mato, palhoça e Pilão.** O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). São Paulo: Expressão popular, 2005.

FREDIANE, M.; BARBOSA, R. A. **História da tradição oral:** os contos etiológicos. Cultura popular e Educação. Brasília: Salto para o Futuro/ TV Escola/ SEED/ MEC, 2008. 133-140 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREITAS, A. E. C. **Territórios Ameríndios:** espaço de vida nativa no Brasil meridional. Povos indígenas e Educação. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. 6390 p.

GOMES, A. S. Quilombolas e educação: vivências de ações afirmativas em três regiões brasileiras. **MÉTIS: história & cultura**, v. 17, n. 33, p. 103-133, jan./jun. 2018.

GRANADA, D. Compreender o Brasil através da capoeira: capoeira, “raça” e “nação” no Brasil. In: BRITO, C. (Org.). **Cultura, política e sociedade:** estudos sobre a Capoeira na contemporaneidade. Teresina, PI: EDUFPI, 2020. 7-21 p. Disponível: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/livro_digital1_120200609161144.pdf. Acesso em: 30 jan. 2021.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Censo Brasileiro de 2010. **Histórico de Ocara.** Fortaleza: IBGE, 2010. Disponível em: cidades.ibge.gov.br. Acesso em: 10 nov. 2019.

LÉVI-STRAUSS, C. **O cru e o cozido**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

LIMA, R. G. Engenharia e arte. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. **Cultura Popular e Educação**. Salto para o futuro. Brasília: Secretaria de Educação a Distância, 2008. 246 p.

MACHADO, N. M. C. “**Sociedade vs. Mercado – Notas Sobre o Pensamento Económico de Karl Polanyi**”. 2009. 204 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Econômica e das Organizações) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2009.

MALACHIAS, R. Cabelo bom. Cabelo ruim! *In*: Percepções da diferença. Negros e brancos na escola. **Percepções da diferença**. 1. ed. São Paulo: Ministério da Educação, NEINB, 2007. Disponível em: <http://www.usp.br/neinb/wp-content/uploads/NEINB-USP-VOL-1.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

MATTOSO, K. Q. **Ser escravo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense 2003.

MOUSINHO, P. Glossário. *In*: TRIGUEIRO, A. (Coord.). **Meio ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. 367 p.

MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 56-63, dez./fev. 1996. Disponível em: biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_OrigemEHistoricoDoQuilomboNaAfrica.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

MUNANGA, K. Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania. **Movimento-revista de educação**, [S.l.], n. 12, 18 dez. 2013. Disponível em: <http://www.usp.br/neinb/wp-content/uploads/NEINB-USP-VOL-1.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.

OLIVEIRA, F. C. *et al.* Avanços nas Pesquisas Etnobotânicas no Brasil. **Acta Bot. Bras.**, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 590-605, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-33062009000200031>. Acesso em: 12 nov. 2019.

OLIVEIRA, E. [Entrevista concedida à Meiriane da Silva Pinheiro]. Lagoa das Melancias, Ocara, CE, 2021c. Mp3 (1h 20 min.).

OLIVEIRA, G. C. [Entrevista concedida à Meiriane da Silva Pinheiro]. Lagoa das Melancias, Ocara, CE, 2021a. Mp3 (40 min.).

OOSTERBEEK, M. G. O. R.; REIS, M. G. O. Terras de preto em terras da santa: Itamatatua e as suas dinâmicas quilombolas. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 19, n. 1, p. 7-14, 2012.

PINHEIRO, M. S.; XAVIER, A. R.; REIS, E. C. Qualidade de vida e sustentabilidade: projeto Amigos Solidários em Ocara, Ceará, Brasil. *In*: **Sociobiodiversidade, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade: experiências, limites e possibilidades** (Org.). Fortaleza: Imprece, 2020. 128-147 p.

PRESTA, G. A. Transgressão e Resistência nas estéticas do Rastafári. **Revista Ciclos**, Florianópolis, v. 2, n. 4, ano 2, fev. 2015.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, D.; LIMA, I. C. Quilombos no Ceará: desafios ao acesso de direitos aos territórios. *In: CONGRESSO NACIONAL AFRICANIDADES E BRASILEIDADES: DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS*, 2., 2018, Ceará. **Anais [...]** Ceará: GT Africanidades e Brasileidades em Direitos Humanos e Políticas Públicas, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/cnafricab/article/view/21873>. Acesso em: 19 abr. 2021.

SILVA, N. I.; MEDANHA, J. F.; COSTA, K. G. A Resistência para sobrevivência no Quilombo Grotão no município de Filadélfia – TO. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES NEGROS*, 10., 2018, Uberlândia. **Anais [...]** Uberlândia: [S.l.], 2018.

SOBRINHO, J. H. F. “**Catirina minha nega, teu sinhô ta te querendo vende, pero nunca mais ti vê, Amaru mambirú**”: o Ceará no tráfico interprovincial - 1850 - 1881. 2005. 172 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

SOUZA, M. M. **África e Brasil africano**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2007.

SUCUPIRA, T. G. *et al.* O protagonismo quilombola na comunidade de Boqueirão da Arara, Ceará. **Caderno de Pesquisa**, São Luís, v. 25, n. 3, jul./set. 2018.

SUCUPIRA, T. G. **Quilombo Boqueirão da Arara, Ceará: memórias, histórias e práticas educativas**. 2015. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2015.

TRASFERETTI, J. Corpo e Cultura no contexto da sociedade brasileira. **Comunicação & Informação**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 126-137, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/80898>. Acesso em: 13 set. 2021.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de Sustentabilidade: Uma análise comparativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

WILLIAMS, R. **Cultura**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/qdownload/williams-raymond-culturapdf-pdf-free.html>. Acesso em: 20 mar. 2021.

XAVIER, A. R. **Joana Paula de Moraes: história, memória e trajetórias educativas (1900-1963)**. 2014. 411 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

XAVIER, A. R. *et al.* Pesquisa em Educação: aspectos históricos e teórico-metodológicos. **educa. Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 8, p. 1-19, jan./dez. 2021.

Disponível em: <https://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/4627>. Acesso em: 22 fev. 2021.

XAVIER, L. C. V.; SANTOS, A. G.; DANTAS, S. M. S. O reisado em Ocara - CE: história, memória e educação. *In*: XAVIER.; CAVALCANTE, A. C. L.; XAVIER, A. R. (Org.). **Políticas culturais e educacionais étnico-raciais em Ocara - CE: gestão, participação e inclusão**. Fortaleza: Imprece, 2016. 69-98 p.

APÊNDICE

Retalhos da minha História

Amigos, caros leitores,
uma história vou contar:
Um sonho de uma menina,
No sertão do Ceará.
Vivendo no meio do mato,
Com uma carta de ABC,
Na luz da lamparina,
Lutava para vencer.

Nasci em sítio Lagoinha,
Pertencente a Aracoiaba.
Andei muito de jumento,
Trazendo água pra casa.
Brinquei muito com os colegas,
De ciranda, pega-pega e a-do-le-tá.
Andava quilômetros à pé,
Se quisesse estudar.

Filha de agricultores,
O incentivo era vencer,
Senão iria trabalhar
Até o dia amanhecer.
Na casa de sete filhos,
Acordava ouvindo, era:
Neguinho para estudar,
Também tem que trabalhar.

O alimento não faltava,
Faltavam apenas livros,
Mas a carta de ABC,
Era a nossa guarda-guia.
Enquanto mamãe preparava
O sustento da barriga,
Papai sentava na mesa,
Rodeado dos seus filhos.

Ensinava-nos as letras,
Depois mandava juntar,
Formando as velhas sílabas,
Para a frase completar.
Lendo também versos
De autor desconhecido
Tentando ler corrido
Sem se quer, gaguejar.

Venci muitas batalhas,

Até chegar na faculdade
Fazendo muitas histórias
Onde fui licenciada.
Escrevendo Patrimônio Histórico,
A cultura consagrada,
sobre educação de Ocara
Onde tudo começava.

Trago boas lembranças
De professores amados,
Na história brasileira,
Criticando a Pátria amada.
Preparavam seus discentes
Para além da escrita
Buscando meios diferentes
Com crescimentos a vista.

Finalizei a história,
Fiz até pedagogia,
Também me especializei
Em neuropsicopedagogia.
Passei no concurso público,
Ser professora era meta,
Para quem já quimeras,
Era temporária há uma década.

Com filho, esposo,
Uma casa pra cuidar,
Foi difícil, mas consegui
Ter vida disciplinar.
Tentando chegar ao mestrado,
Pensando ser contramão,
Mas, foi sempre um sonho,
Não posso desistir, não.

Entrei no grupo de estudo,
Com o objetivo traçado,
Construí o meu projeto,
Penso: bem organizado.
Fui para a africanidade,
Conheci novas histórias,
Da comunidade Melancias
Cultivando a memória.

Cheguei aos quilombolas,
Povos destemidos,
Lutam por moradia,
Garantindo seus direitos.
Vivem a sustentabilidade,
Amando a natureza,

A herança dos ancestrais,
Buscam fortalecer.

Disseminam a cultura,
Nas diferentes idades
Na cidade de Ocara,
Também na comunidade.
Mulheres lutadoras,
Dona de casa, artesã,
Desenvolvem com capricho
Fazem até fuxico,
Costurados à mão.

Com restos de tecidos,
Fabricam a linda arte,
Tapetes, colchas, toalhas,
E outras diversidades,
Resgatando a velha história,
Dos nossos ancestrais,
Construindo a identidade
Com as práticas culturais.

A agricultura é a base
Da sustentabilidade,
No trabalho coletivo
Dentro da comunidade.
Com criatividade,
Usam às plantas medicinais.
Mas, não para por aqui,
Tem mais práticas culturais:
Na ginga da capoeira,
Dos espíritos ancestrais
Da luta, da raça e das cores
No cabelo das mulheres
Nas tranças, nós ou enrolados
Da cultura tradicional
Do cabelo rastafári,
Estilo memorável
Cultuado na jamáica.

Homenageando meus professores,
Não posso esquecer, jamais
De um grande mestre querido
Que me deu todo apoio,
Acreditou no meu potencial
Na academia da vida.
Ajudou-me na graduação
Coorientando meu artigo
Continuou apostando
Em meu destino específico

Que podia da continuidade
E em breve ingressar
Se não desanimar
Em um excelente Mestrado.

Orientou meu projeto
No qual fui aprovada
Foi novamente meu professor,
Também meu orientador
Em sociobiodiversidade
Neste mestrado amado
O qual pela UNILAB
Fui também agraciada,
Minha eterna gratidão
A esta instituição,
Também ao coordenador
Do MASTS o qual faz parte
Professor Juan Alcócer
Deve sempre ser lembrado.

Para finalizar estes versos
Quero homenagear,
O inestimável Professor
Que muito me guiou
Pela academia científica.
Sendo um ser extraordinário
Exemplo de competência,
Profissional humano e amado,
Por toda a eternidade
Minha gratidão de fato:
Professor Roberto Xavier
Profissional renomado,
No vasto entendimento
Para sempre, admirável!

Meiriane da Silva Pinheiro

ANEXOS

Foto 1 - Tapete de Babados



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Foto 2 - Tapete de Tiras



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Foto 3 - Toalha de Fuxico



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Foto 4 - Foto com a artesã da comunidade de Melancias



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Foto 5 - Foto com a família líder da comunidade de Melancias



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Foto 6 - Sr. Antônio no corte da cana na Lagoa das Melancias



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Foto 7 - Escola Municipal João de Deus-Melancias



Escola João de Deus - Atualmente desativada

Fonte: Alves (2015).

Foto 8 – Registro Iconográfico

REGISTRO ICONOGRÁFICO



Br116 - Imediações da residência de Antônio Batista



Igreja Batista Shalom Jerusalém



Moradia em Melancias



Moradias em Melancias

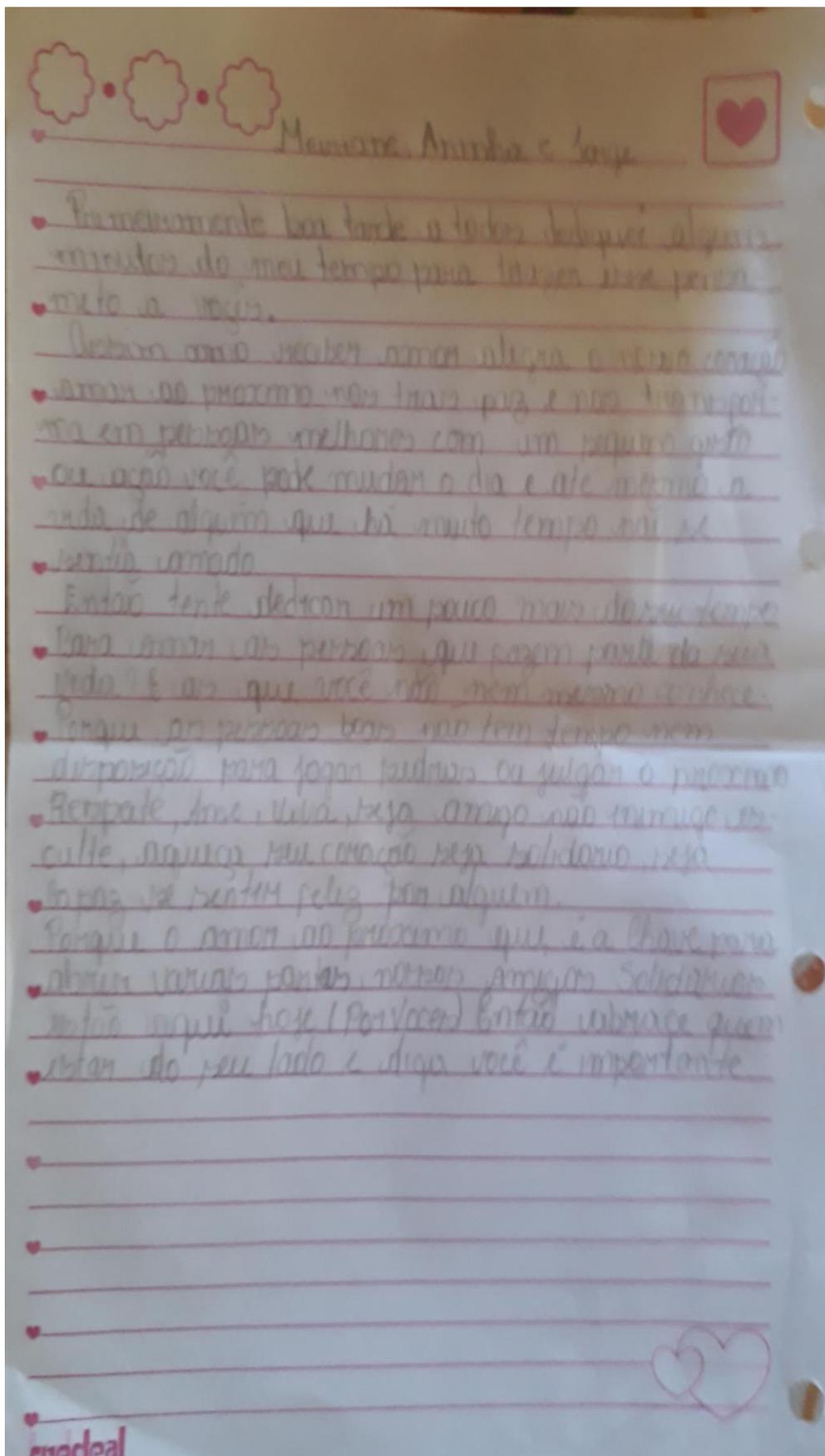
Fonte: Alves (2015).

Foto 9 - Foto da ata com assinatura dos membros da comunidade de Melancias

Maria Celina Almeida da Costa
 Jacirio Batista do 1976
 PRESENCIA DA ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBO-
 LA DA LOCALIDADE DE MELANCIAS/OCARA-CE 29/02/2020
 Maria de Fatima Oliveira Costa
 Simone Costa de Oliveira
 Ligia Pereira Batista
 Adriano de Almeida Costa
 Bruno Barbosa do Silva
 Wendine Patrícia Monteiro Pereira
 Abaciana da Silva Almeida
 Maria Helena Oliveira de Almeida Romas
 Maria Celina de Almeida
 Francineide Claudia da Costa Oliveira
 Rosiane de Almeida Costa
 Roberto Oliveira Costa
 José Antônio de Almeida
 João Paulo de Almeida
 Otilia Aparecida de Almeida
 Mário Raimundo de Almeida
 Maria Esterivan Silva
 Valdelice Oliveira de Almeida
 Tatiana da Costa Oliveira
 Ana Cláudia Oliveira Carneiro
 Tommas da Costa Barros
 Sotirand de Sousa Bastos
 Leilane de Almeida Costa
 Maria Izabela Almeida Costa
 Maria Celina da Costa
 Joselia Oliveira da Costa
 EDISON SEBASTIÃO DE ALMEIDA
 ANTONIO BASTOS

Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Foto 10 - Mensagem de agradecimento da comunidade Melancias para o projeto Amigos Solidário



Fonte: Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Foto 11 - Certidão de autodefinição da Comunidade Quilombola de Melancias em Ocara - CE

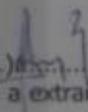


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n.º 7.668 de 22 de agosto de 1988

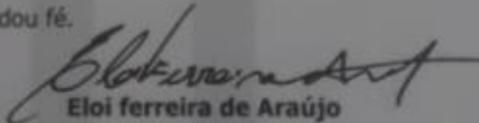
Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção n.º 169, ratificada pelo Decreto n.º 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo desta Fundação n.º 01420.003633/2010-71 **CERTIFICA** que a **COMUNIDADE DE MELÂNCIAS**, localizada no município de OCARA/CE, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n.º 1.538, fl.154, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO.**

Eu, **Alexandro Anunciação Reis**, (Ass.) , Diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extrai. Brasília/DF, **27 de outubro de 2011.**

O referido é verdade e dou fé.


Eloi ferreira de Araújo
Presidente
Fundação cultural palmares/MinC

 ANO INTERNACIONAL DOS POVOS
AFRODESCENDENTES

Sector Comercial Sul - Qd. 09 - Ed. Parque Cidade Corporata - Torre B - 2º and. Brasília / DF - Brasil.
CEP: 75006-200. Tel.: 55 (61) 3424-0100. Fax: 55 (61) 3226-0351. Site: www.palmares.gov.br

Fonte: Arquivo da pesquisadora.